nome e representação da sociedade comercial anónima denominada Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., com sede na Rua Latino Coelho, 37 A/B, em Lisboa, freguesia de São Sebastião da Pedreira, pessoa colectiva n.º 504523058, com o capital social de 250 000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 10399, verifiquei a qualidade e respectivos poderes pela certidão emitida pela dita Conservatória do Registo Comercial datada de 26 de Julho de 2001.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade n.º 1387490, emitido em 27 de Maio de 1992, pela Direcção-Geral dos Registos e Notariado de Lisboa e n.º 311498, emitido em 8 de Novembro de 1999, pela referida Direcção-Geral.

E por eles foi dito: que pelo presente instrumento, na qualidade em que outorgam, constituem procuradores da sociedade sua representada: Miguel Patriarca Ramalho, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa, residente na Avenida Helena Vieira da Silva, 46, 2.º esq., em Lisboa, contribuinte fiscal n.º 194274209; e Domingos do Rosário Campos, casado, natural de Salgueiro do Campo, Castelo Branco, residente na Rua Luís de Camões, 11, 1.º esq., Portela, Loures, contribuinte fiscal n.º 103170332.

A quem conferem os poderes para qualquer deles, em conjunto com um administrador da sociedade, praticarem em nome e representação da mesma, os seguintes actos: celebrar quaisquer contratos ou acordos, tendo em vista a regularização de créditos da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., que se encontrem em dívida, podendo receber quaisquer bens como dação em pagamento de créditos da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A.; celebrar contratos e assinar documentos tendo em vista a constituição de garantias reais ou pessoais a favor da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A.; assinar cheques, ordenar transferências e dar ordens de pagamento; assinar correspondência relativa às referidas operações, contando que relacionada com os poderes que lhe são conferidos; promover, praticar e assinar tudo o mais preciso ou conveniente ao exacto desempenho do presente mandato, designadamente junto das conservatórias do registo predial e comercial, repartições de finanças e quaisquer repartições públicas ou organismos oficiais, requerendo, praticando e assinando tudo o que necessário se torne para os fins indicados; assinar todos os documentos necessários à transmissão de valores mobiliários, ou consequentes da sua correcta e efectiva transmissão, com exclusão dos que sejam propriedade da Intervalores — Sociedade Corretora, S. A.; celebrar quaisquer contratos com clientes, fornecedores e prestadores de serviços. Mais lhe conferem ainda, os poderes para, isoladamente, praticarem em nome e representação da sociedade todos os actos de mero expediente.

Assim o disseram e outorgaram.

Foi feita e leitura desta procuração e lido e explicado o seu conteúdo em voz alta aos outorgantes na sua presença.

O Segundo-Ajudante, *José Alberto de Faria Xerez*.

Acta n.º 9 da assembleia geral

No dia 24 de Março de 2005, reuniram os accionistas da sociedade Intervalores — Sociedade Corretora, S. A., com o capital social de 700 000 euros, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 10 399, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 504523058, na sua sede social da Rua Dr. António Cândido, 10, 3.º, em Lisboa.

Estavam presentes ou representados todos os sócios titulares da totalidade das acções representativas de capital social, conforme lista de presenças que se anexa à presente acta.

A reunião foi presidida pelo presidente da mesa da assembleia geral, Eng. António Fernando Couto dos Santos e secretariada pelo Dr. António Fernando Pacheco Castilho Labisa, secretário da mesa.

Assistiu à sessão o Dr. José Martins Lampreia em representação do fiscal único.

O presidente verificou que estavam presentes ou representados todos os accionistas e informou que a assembleia só podia reunir nos termos do disposto no artigo 58.º do Código das Sociedades Comerciais desde que todos os accionistas presentes manifestassem a vontade de que a assembleia reunisse, se constituísse e validamente deliberasse sobre determinadas matérias.

Seguidamente os accionistas presentes decidiram por unanimidade que a assembleia se reunisse, se constituísse e validamente deliberasse sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre a eleição dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004-2007;

2.º Deliberar sobre a ratificação de todos os actos praticados pelo conselho de administração desde 29 de Março de 2004 até à presente data;

3.º Deliberar sobre o relatório do conselho de administração e as contas do exercício de 2004;

4.º Deliberar sobre o destino a dar aos resultados do exercício findo;

5.º Apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade.

Entrando-se de imediato na discussão do ponto 1 da ordem de trabalhos, o presidente informou os presentes que tinha sido apresentada uma proposta no sentido da recondução dos actuais órgãos sociais.

Posta a proposta à votação, foi a mesma deliberada favoravelmente por unanimidade.

Assim, ficaram eleitos para o quadriénio 2004-2007, os seguintes órgãos sociais:

Conselho de administração:

Presidente do conselho de administração: Dr. Armando Manuel de Carvalho Nunes.

Administrador: Eneramb — Consultores de Energia, Tecnologia e Ambiente, L.da, representada pelo Prof. Dr. Álvaro Gonçalves Martins Monteiro.

Administrador: Eng. Carlos Alberto Martins Pimenta.

Assembleia geral:

Presidente: Eng. António Fernando Couto dos Santos.
Secretário: Dr. António Fernando Pacheco Castilho Labisa.

Fiscal único:

Lampreia & Viçoso — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Martins Lampreia.

Passou-se então ao ponto 2 da ordem do dia, tendo o presidente informado os presentes de que tinha sido apresentada uma proposta para ratificação de todos os actos e decisões tomadas pelo conselho de administração cessante, e ora reconduzida, desde 29 de Março de 2004 até à presente data.

Posto assunto à discussão, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto 3 da ordem do dia, o presidente colocou à discussão e à aprovação o relatório do conselho de administração e as contas do exercício os quais foram aprovados por unanimidade.

Seguiu-se o ponto 4 da ordem de trabalhos, no âmbito do qual foi aprovada por unanimidade a proposta do conselho de administração da sociedade no sentido do resultados positivos do exercício no valor de 117 170,38 euros serem levados a reserva legal pelo valor de 11 719,35 euros e à conta de resultados transitados pelo remanescente, valor de 105 451,03 euros.

Entrando-se no 5.º e último ponto da ordem de trabalhos, foi apreciada e reconhecida por unanimidade a prestação positiva da administração e da fiscalização da sociedade e de cada um dos seus membros.

Nada mais havendo tratar, o presidente dei por encerrada a sessão agradecendo a participação de todos os presentes.

(Sem Assinaturas.) 2009912110

LISBOA — 4.A SECÇÃO

COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 1587; identificação de pessoa colectiva n.º 500844321; número e data da inscrição: 3858/16 de Junho de 2003.

Maria da Graça Bicho Martins, segunda-ajudante, da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2002 e consolidadas.

Está conforme o original.

Lisboa, 14 de Junho de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Graça Bicho Martins*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Jorge Maria Bleck.
Vice-presidente: Alberto Fernando de Paiva Amorim Pereira.

Conselho de administração:

Presidente: Eurico Silva Teixeira de Melo.

Vice-presidentes:

Matias Pedro Rodriguez Inciarte.
António Mota de Sousa Horta Osório.

Vogais:

António José Sacadura Vieira Monteiro.
António Manuel Palma Ramalho.
Eduardo José Stock da Cunha.
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos.
Miguel de Campos Pereira de Bragança.
Nuno Manuel da Silva Amado.

Fiscal único:

Efectivo: Luís Augusto Gonçalves Magalhães em representação de Magalhães, Neves & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
Suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro em representação de Freire, Loureiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Comissão executiva:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório.
Vice-presidente: Nuno Manuel da Silva Amado.

Vogais:

António José Sacadura Vieira Monteiro.
António Manuel Palma Ramalho.
Eduardo José Stock da Cunha.
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos.
Miguel de Campos Pereira de Bragança.

Secretário da sociedade:

Secretário efectivo: Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes.
Secretário suplente: António Miguel Leonetti Terra da Motta.

Nota. — O Dr. Carlos Manuel Tavares da Silva apresentou a sua renúncia ao cargo de vogal do conselho de administração no dia 5 de Abril de 2002.

Principais indicadores

(Em milhões de euros)

	2002	2001	2000	Variação 2002-2001 (percent.)
Balanço:				
Activo líquido	10 797	10 012	8 818	+ 7,8
Crédito líquido	8 866	8 038	6 798	+ 10,3
Recursos totais de clientes	4 737	4 696	4 526	+ 0,9
Capitais próprios + interesses minoritários	602	397	226	+ 51,4
Demonstração de resultados:				
Margem financeira	223,3	201,2	191,1	+ 11,0
Produto bancário	254,4	242,6	225,2	+ 4,9
Resultado de exploração	137,0	105,8	84,6	+ 29,5
Resultados antes de impostos	91,9	51,9	15,5	+ 77,1
Resultado liquido	75,2	37,8	6,3	+ 99,0
Resultado líquido por acção (anualizado)	1.3.	0,8	0,2	+ 67,0
Ratios (percentagem):				
ROE	18,9	16,8	2,4	(*a*) + 2,1
ROA	0,7	0,4	0,1	(*a*) + 0,3
Ratio de eficiência	39,7	49,2	55,8	(*a*) — 9,6
Ratio de solvabilidade:				
Banco de Portugal	12,3	8,0	6,0	(*a*) + 4,3
Ratio BIS	11,6	7,1	6,5	(*a*) + 4,5
TIER I	7,5	5,9	3,3	(*a*) + 1,6
Crédito vencido + 90 dias/crédito total	2,7	2,7	2,9	–
Cobertura de crédito vencido a + 90 dias	96,8	116,4	121,5	(*a*) — 19,6
Colaboradores	1 863	1 972	2 110	— 109
Colaboradores em Portugal	1 852	1 962	2 104	— 110
Postos de atendimento	162	160	158	+ 2
Agências em Portugal	158	156	153	+ 2

(*a*) Pontos percentuais.

Relatório do conselho de administração

Práticas do governo do Banco

A actuação do conselho de administração e de cada um dos seus membros é regida pelos princípios da eficácia, transparência e responsabilidade, com vista a maximizar a rendibilidade do Banco e a optimizar os interesses dos seus accionistas, clientes e colaboradores.

Constitui preocupação constante do Banco a satisfação escrupulosa das normas legais e regulamentares vigentes. De modo a dar expressão prática a esse desiderato, dispõe o Banco da Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento colocada no primeiro plano da hierarquia da Instituição, à qual compete, precisamente, entre outras funções, promover e zelar pelo cumprimento das disposições vigentes, nomeadamente através do estabelecimento de orientações e procedimentos, divulgação das alterações normativas verificadas, definição de regras de conduta e controlo das práticas instituídas.

As regras respeitantes ao governo do Banco têm tradução, não só nos próprios estatutos, como também nas normas e procedimentos internos, aprovados pelo conselho ou pela comissão executiva, e contém um conjunto de medidas práticas relativas à actuação destes órgãos e de todos os outros integrantes da estrutura da sociedade.

Destaca-se o facto de o estatuto não conter qualquer norma de blindagem, estando excluídas quaisquer disposições susceptíveis de conduzir a idêntico resultado.

Por outro lado, está em vigor um Código de Conduta aplicável aos membros do conselho de administração que, sem prejuízo dos deveres gerais, legalmente consagrados, que lhes incumbem, estabelece um conjunto acrescido de obrigações específicas destinadas a garantir a confidencialidade, o sigilo, a isenção e a transparência e a prevenir e acautelar eventuais conflitos de interesses.

O Banco está regulamentado no cumprimento integral das normas e recomendações sobre o bom governo das sociedades, de acordo com o previsto, em especial, no Regulamento n.º 7/2001.

Estrutura accionista

As posições dos accionistas detentores de participações superiores a 10% do capital social do Crédito Predial Português, são a 31 de Dezembro de 2002 as seguintes:

Accionista	Número de acções	Percentagem
Foggia, SGPS, S. A.	33 211 811	59,31
Petrofinac	14 935 522	26,67

Enquadramento da actividade

Economia internacional

O ano de 2002 iniciou-se com perspectivas de que as principais economias teriam sido relativamente pouco afectadas pelos acontecimentos trágicos de 11 de Setembro de 2001. Nos EUA, a melhoria dos indicadores económicos referentes ao quarto trimestre de 2001 reflectiu-se numa progressiva revisão em alta das previsões de crescimento para 2002.

No entanto, a incerteza viria a manter-se elevada ao longo de todo o ano, fruto da conjugação de vários factores. Sucessivos escândalos financeiros conduziram os mercados accionistas para mais um ano de perdas, reduzindo a riqueza — e, consequentemente, a confiança — dos consumidores.

Adicionalmente, a ameaça de uma intervenção militar no Iraque com a repercussão na subida do preço do petróleo, contribuíram para manter em baixa a confiança dos agentes económicos.

A despesa das famílias americanas, todavia, manteve-se sustentada, fruto da forte descida das taxas de juro de longo prazo, que contribuiu para uma substancial redução dos seus custos de financiamento.

As empresas, por seu lado, continuaram o ajustamento iniciado em 2000, reduzindo os níveis de existências e o emprego.

Crescimento económico mundial

	1998	1999	2000	2001	2002 (*a*)	
					Abril./02	Set./02
Mundo	2,6	3,6	4,7	2,2	2,8	2,8
Países avançados	2,7	3,4	3,8	0,8	1,7	1,7
EUA	4,3	4,1	3,8	0,3	2,3	2,2
Japão	— 1,2	0,8	2,4	— 0,3	— 1,0	— 0,5
UEM	2,9	2,8	3,5	1,5	1,4	0,9
Reino Unido	2,9	2,4	3,1	1,9	2,0	1,7
Países em desenvolvimento	3,5	4,0	5,7	3,9	4,3	4,2
África	3,4	2,8	3,0	3,5	3,4	3,1
Ásia	4,0	6,1	6,7	5,6	5,9	6,1
Médio Oriente e Turquia	3,6	1,2	6,1	1,5	3,3	3,6
América Latina	2,3	0,2	4,0	0,6	0,7	— 0,6
Países em transição (ex-comunistas)	— 0,7	3,7	6,6	5,0	3,9	3,9

(*a*) Estimativa.

Fonte. — FMI.

O Japão tem-se mostrado incapaz de solucionar o problema da deflação e o crescimento mantém-se fraco, apesar de sucessivos planos governamentais de estímulo à economia. O elevado peso de crédito malparado no balanço dos bancos continua a impedir a concessão de crédito, sobretudo às pequenas e médias empresas, enquanto o aumento do desemprego e a deflação se reflectem num fraco crescimento do consumo privado. O governo apresentou, no final de Outubro, um novo plano destinado a acelerar o processo de saneamento das instituições financeiras e a estimular o sector empresarial, através de uma reforma fiscal e de apoios às pequenas empresas e à criação de emprego.

Nos mercados emergentes, logo no início de 2002 há a destacar o abandono da paridade com o dólar americano (*currency-board*) pela Argentina, e consequente desvalorização do peso. As medidas de conversão em pesos dos depósitos em dólares (a uma taxa de câmbio inferior à do mercado) e o congelamento das contas bancárias aumentaram a instabilidade económica e social.

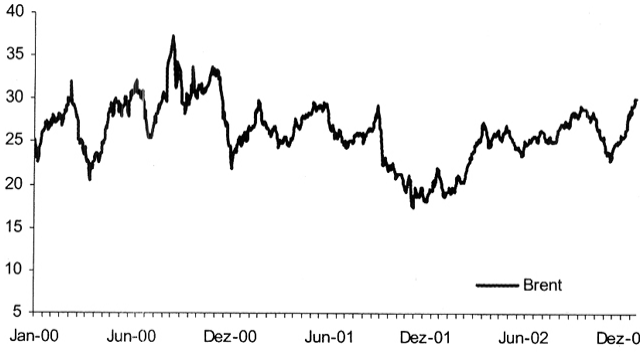
A instabilidade transmitiu-se depois ao Brasil, em antecipação das eleições presidenciais de Outubro de 2002.

A esperada vitória de Lula da Silva gerou receios de uma alteração radical da política desenvolvida nos últimos anos, conduzindo o real para o valor mais baixo de sempre (muito próximo dos quatro reais por dólar). No entanto, o novo governo assegurou a manutenção de uma política de estabilidade macroeconómica.

O preço do petróleo registou uma subida acentuada ao longo de 2002, ultrapassando mesmo o preço médio de 25 USD/b, definido pela OPEP. A subida, logo no início do ano, deveu-se à melhoria das perspectivas de crescimento económico para 2002.

A partir de meados do ano o preço do petróleo foi influenciado pela discussão em torno da redução de quotas pela OPEP, mas sobretudo pelos receios de uma intervenção militar no Iraque.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril



Fonte. — *Bloomberg*.

Economia da UEM:

Na UEM, e contrariamente aos EUA, as previsões de crescimento foram progressivamente revistas em baixa. A economia europeia revelou não ser tão imune aos acontecimentos registados nos EUA como inicialmente esperado, sobretudo por via das interligações financeiras. Embora as acções representem uma baixa proporção da riqueza dos consumidores, estes foram afectados pela queda dos mercados accionistas, num cenário de aumento da incerteza global, levando mesmo a uma retracção do consumo. Por outro lado, as eleições legislativas

na Alemanha e a necessidade de redução do défice orçamental, com a discussão de novos aumentos dos impostos, afectaram a confiança dos empresários que adiaram decisões de investimento e de aumento do emprego. No entanto, apesar do menor crescimento económico, o desemprego aumentou de forma moderada. A inflação manteve-se acima do limite dos 2% durante quase todo o ano, revelando uma grande resistência à descida, apesar do abrandamento da actividade, de aumentos salariais relativamente controlados e da apreciação do euro. No início do ano a inflação subiu devido ao arredondamento dos preços resultante da introdução do euro, que teve um impacto maior do que o esperado. Posteriormente, seria afectada pela subida dos preços do petróleo.

Economia da UEM

	PIB		Inflação	
	2001	2002	2001	2002 (*a*)
UEM	1,5	0,8	2,5	2,4
Alemanha	0,6	0,4	2,4	1,6
França	1,8	1,0	1,8	1,9
Itália	1,8	0,3	2,5	2,5
Espanha	2,7	1,8	2,8	3,5

(*a*) Estimativa.

Fonte. — OCDE.

Em 2002, a Comissão Europeia aplicou pela primeira vez o procedimento dos défices excessivos. Portugal foi o primeiro país alvo de uma recomendação explícita, pelo défice orçamental de 2001 (4,1% do PIB). A Alemanha foi o país seguinte visado devido ao défice de 2002, e a França está a ser analisada cuidadosamente, devido a défice esperado para 2003.

A partir de 2003 o défice orçamental começará a ser analisado em termos ajustados do ciclo económico para acomodar o impacto do menor crescimento sobre a despesa pública.

Economia portuguesa:

A economia portuguesa iniciou a necessária correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, sobretudo do défice público. O ano de 2002 iniciou-se sob o signo de eleições legislativas, marcadas pela discussão em torno do valor final do défice orçamental de 2001, que ascendeu a 4,1% do PIB, o mais elevado da zona euro. O novo governo apresentou um orçamento rectificativo, propondo uma maior contenção da despesa e o aumento da taxa normal do IVA em 2 pontos percentuais, por forma a reduzir o défice orçamental para 2,8%.

A contenção da despesa pública acresceu, assim, ao abrandamento das economias externas e à moderação do consumo privado. Pelo terceiro ano consecutivo, as famílias privilegiaram a poupança, ajustando o forte aumento do endividamento ocorrido nos anos anteriores. Entretanto o investimento registou uma contracção significativa, na sequência do abrandamento da actividade de construção, obras públicas e sector residencial, que tinha registado um forte crescimento no passado recente.

Indicadores sobre Portugal

	1998	1999	2000	2001	2002 (*a*)
PIB	4,6	3,8	3,7	1,6	0,7
Consumo privado	5,0	5,1	2,6	1,2	0,5
Consumo público	4,1	5,6	4,0	2,8	1,4
Investimento	12,4	7,4	3,3	–	— 1,5
Exportações	9,1	2,9	8,0	1,4	2,0
Importações	14,2	8,5	5,4	0,3	0,3
Inflação média	2,8	2,3	2,9	4,4	3,6
Desemprego	5,0	4,4	4,0	4,2	5,2
Défice público (percentagem do PIB)	— 2,6	— 2,4	— 2,9	— 4,1	— 2,8
Dívida pública (percentagem do PIB)	55,0	54,4	53,3	55,5	58,8
BTC (percentagem do PIB)	— 4,7	— 6,3	— 8,8	— 8,4	— 6,0

(*a*) Estimativa.

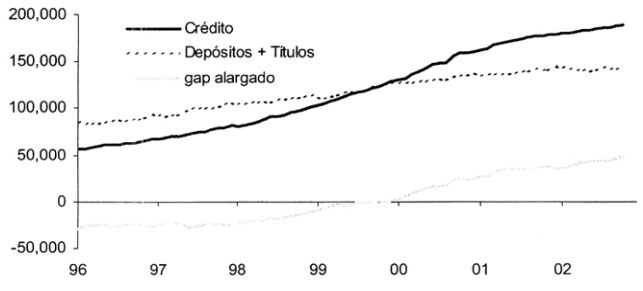
Fonte. — INE, Ministério das Finanças, BSNP.

As exportações, apesar do abrandamento da procura nos principais parceiros comerciais, nomeadamente a Alemanha, e do maior crescimento dos salários em Portugal, aceleraram face ao ano transacto, confirmando as indicações de ganhos de quota de mercado pelas exportações portuguesas. As importações terão estagnado pelo segundo ano consecutivo, reflectindo o forte abrandamento do consumo privado e do investimento, que têm um elevado conteúdo importado.

O défice externo manteve-se em níveis elevados, sendo o maior da OCDE, conduzindo a um novo aumento do endividamento ao exterior, assegurado quase exclusivamente pelo sector bancário. Entre Dezembro de 2001 e Outubro de 2002 o sector bancário aumentou a sua dívida externa em quase 10 biliões de euros, valor idêntico ao verificado no período homólogo do ano anterior. No final daquele período o financiamento do crédito pela dívida externa bancária aumentou, para 24% do total do crédito concedido, para atingir cerca de 35% do PIB (um aumento superior a 5% face à situação de 2001).

Mercado bancário e *gap* de liquidez

(Milhões de euros)



Fonte. — Banco de Portugal.

A inflação desacelerou de forma moderada, caindo para 3,6% em 2002, face aos 4,4% de 2001. A semelhança do ocorrido nos restantes países da zona euro, os arredondamentos de preços resultantes da introdução das notas e moedas de euro tiveram um impacto sensível sobre a inflação. Grande parte da desaceleração da inflação deveu-se aos preços da alimentação, que tiveram uma evolução bastante favorável, e que anularam em grande medida o impacto do aumento da taxa normal de IVA sobre os preços. O diferencial da taxa de inflação com a zona euro reduziu-se, para 1,4 p.p., mas situa-se ainda a um nível elevado, colocando problemas de competitividade.

O mercado de trabalho continuou a ajustar-se à desaceleração da actividade económica, com a taxa de desemprego a aumentar para 5,1% no terceiro trimestre, o nível mais elevado desde o primeiro trimestre de 1998. No entanto, apesar de uma moderação face ao período homólogo, os aumentos salariais continuaram a exceder o aumento da produtividade.

Mercados cambiais:

Em 2002 o euro esteve sobretudo sob a influência de factores como os diferenciais de crescimento e fluxos de fundos, que voltaram a marcar a tendência nos mercados de câmbios. No início do ano, a revisão em alta das previsões de crescimento nos EUA, reflectiu-se na depreciação do euro, que voltou a aproximar-se dos níveis mínimos verificados em 2001.

A partir do segundo trimestre de 2002 a queda dos mercados accionistas norte-americanos, afectados por vários escândalos financeiros, e a consequente redução dos fluxos de fundos destinados aos EUA, reflectiu-se numa recuperação do euro, que se aproximou da paridade. Esta tendência viria a revelar-se pouco sustentada, na medida em que no segundo semestre a economia europeia deu sinais de que não estava imune aos desenvolvimentos nos EUA, com uma revisão em baixa das previsões de crescimento para 2002, e sobretudo para 2003.

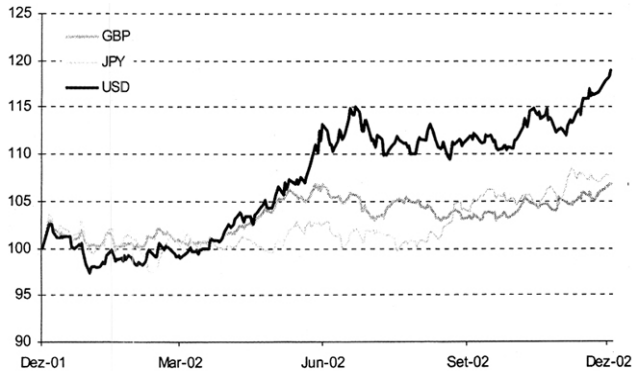
No entanto, e já no quarto trimestre, o euro ultrapassou significativamente a paridade com o dólar, beneficiando, por um lado da demissão da equipa económica da administração norte-americana e sua substituição por uma nova equipa, menos estrita na defesa de um dólar forte e por outro, de novos receios de uma intervenção militar pelas forças norte-americanas no Iraque.

A libra esterlina acompanhou de perto a evolução do dólar, depreciando-se face ao euro mas em menor escala. Em 2002, embora sem desenvolvimentos concretos quanto à participação do Reino Unido na zona euro, foram conhecidos vários estudos que revelam estimativas para a taxa de conversão da libra, situadas em torno de 0,70 libras por euro.

O iene manteve-se, durante o primeiro semestre, em torno dos níveis alcançados em 2001 (os mais baixos dos últimos três anos), reflectindo as fracas perspectivas para a economia japonesa, conforme já referido.

No entanto, no segundo semestre, viria a apreciar-se, devido a uma recuperação conjuntural da economia, e aos factores específicos que afectaram sobretudo o dólar americano.

Evolução das principais taxas de câmbio (Dezembro de 2001 = 100)



Fonte. — BCE.

Mercados monetários:

Na sequência das fortes descidas das taxas de referência ocorridas em 2001, o ano de 2002 iniciou-se com expectativas de inversão do ciclo monetário.

No entanto, ao longo do exercício, as constantes revisões em baixa das taxas de crescimento da economia, conduziram a um pessimismo generalizado que se traduziu em expectativas de descida das taxas de referência.

Os bancos centrais dos EUA e da zona euro viriam efectivamente a baixar as taxas de referência, no quarto trimestre de 2002. Nos EUA, a reserva federal reduziu a taxa de referência para 1,25%, um mínimo de quatro décadas, devido à quebra da confiança dos consumidores motivada pela perspectiva de desenvolvimentos político-militares no Iraque.

Na sequência desta decisão, a reserva federal dos EUA deu por concluída a sua tarefa, considerando que a política monetária era consistente com a recuperação da economia americana.

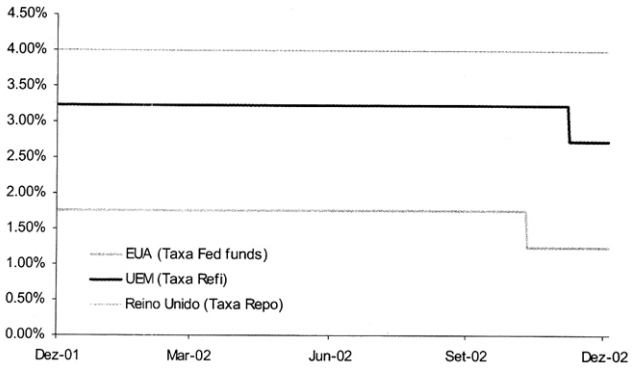
Por seu turno, o Banco Central Europeu baixou também a taxa de referência, para 2,75%, reconhecendo que o abrandamento económico nos EUA e o aumento da incerteza global afectaram igualmente a economia europeia.

Na sequência desta decisão, e de declarações de que os riscos para a actividade continuavam elevados, os mercados financeiros anteciparam um novo corte, até 0,5%, poderia ser decidido, o que conduziu as taxas de juro a novos mínimos.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra discutiu por várias vezes uma eventual descida das taxas de referência, mas manteve-as inalteradas no mínimo de 4%.

Embora preocupados com o abrandamento da economia global, o forte crescimento dos salários e o aumento dos preços do imobiliário reforçaram a dualidade da economia britânica, levando o banco central a ter uma postura mais cautelosa, não alterando a política monetária.

Taxas de referência dos principais bancos centrais



Fonte. — *Reuters*.

No Japão, a manutenção do cenário de recessão económica e a deflação levou o Banco Central a observar a política de taxas de juro zero, bem como a aumentar a taxa de expansão dos agregados monetários, para contrariar a tendência de descida dos preços.

Mercados obrigacionistas:

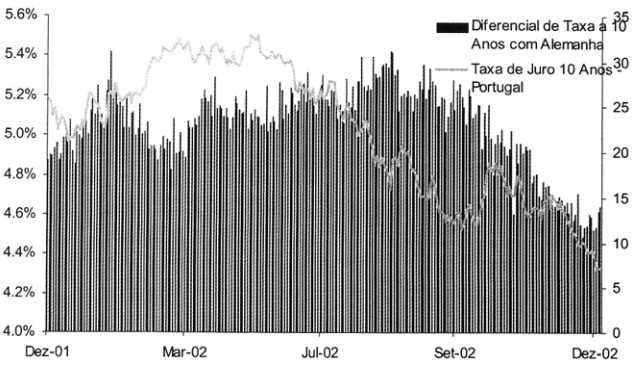
Em 2002 as taxas de juro de longo prazo voltaram a descer de forma significativa, aproximando-se dos níveis mínimos verificados em 1998 -1999.

A descida das taxas de juro, que se acentuou a partir de meados do ano e que mais do que anulou a subida verificada no início do ano (a qual ocorreu na sequência das expectativas iniciais de recuperação da actividade económica), foi determinada pelo conjunto de factores já anteriormente referidos e que podem basicamente ser sintetizados num movimento de «fuga para a qualidade».

De facto, os mercados obrigacionistas assumiram um importante papel de refúgio para os investidores. Inicialmente, foi a queda dos mercados accionistas a espoletar um movimento de reafectação de carteiras em favor de activos com menor risco. Em seguida, o agravamento da situação financeira no Brasil, em antecipação das eleições presidenciais, e num contexto de elevada incerteza sobre os restantes países da América Latina, gerou um movimento de fuga dos mercados emergentes, sendo a dívida pública dos mercados desenvolvidos a aplicação preferida.

A descida das taxas de juro de longo prazo foi mais acentuada nos EUA, situando-se abaixo dos níveis de taxas na zona euro. As taxas de juro de longo prazo europeias terão sido afectadas negativamente pelo agravamento dos défices orçamentais, devido não só ao mais fraco crescimento económico, como também a políticas económicas menos adequadas. O facto de a Alemanha ter excedido o limite de 3% do PIB para o défice público e, desta forma, incorrer no procedimento dos défices excessivos pelo Conselho Europeu, é disso o principal exemplo. Dentro da zona euro, a evolução das taxas foi diferenciada, com uma redução dos diferenciais de taxas de juro entre os países centrais (sobretudo a Alemanha) e os países periféricos (incluindo Portugal).

Taxa de juro 10 anos e diferencial com Alemanha



Fonte. — BSN Portugal, *Reuters*.

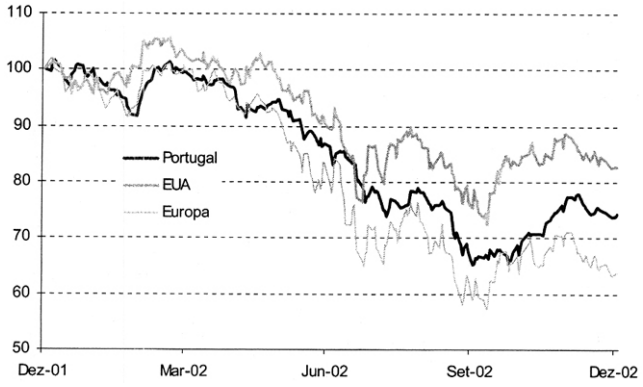
Mercados accionistas:

O optimismo que marcou o início de 2002, reflectindo-se numa rápida recuperação das cotações, foi manchado por vários escândalos financeiros, de que a falência da Enron, uma das principais empresas energéticas dos EUA, é o caso extremo. Efectivamente, foram muitos os casos de má informação prestada pelas empresas cotadas, que levou mesmo à alteração das normas das entidades reguladoras. Os mercados accionistas registaram, após o segundo trimestre de 2002, uma queda tão ou mais acentuada do que no decurso dos dois anos anteriores.

Como já mencionado a zona euro não ficou imune. O sector das telecomunicações foi particularmente afectado, na sequência da crise da Worldcom, uma empresa americana do sector, e que lançou receios quanto à situação das empresas europeias, que haviam aumentado muito o seu endividamento na preparação do lançamento do sistema de terceira geração de comunicações móveis, o UMTS.

Setembro foi o mês com o comportamento mais negativo, tendo as cotações caído nos primeiros dias de Outubro para os níveis mais baixos dos últimos cinco anos. Entre Março e Outubro de 2002, a generalidade dos mercados perdeu mais de 30%, que compara com cerca de 20% nos dois anos anteriores (cerca de 10% nos EUA). O final do quarto trimestre ficou, contudo, marcado pela recuperação da confiança quanto a 2003, o que permitiu a subida generalizada dos mercados accionistas.

Mercados accionistas



Fonte. — *Reuters*, BVL.

Embora registasse uma performance menos negativa do que os principais mercados europeus, Portugal não escapou à tendência internacional, apesar da incerteza sobre a América Latina afectar também algumas das principais empresas cotadas. O facto de em 2001, a bolsa portuguesa ter caminhado de forma mais negativa, poderá ter contribuído para essa evolução. A nível nacional destaque-se, o início da consolidação do sector de comunicações móveis, com a venda da OniWay aos três actuais operadores. Igualmente importante, foi a integração da BVL na Euronext, a bolsa Europeia que agrega também as bolsas de Paris, Amesterdão, Bruxelas e a bolsa de futuros Liffe.

Áreas de negócio

Actividade comercial

Banca comercial — particulares e negócios:

O ano de 2002 caracterizou-se por uma forte dinâmica em termos de política de captação de recursos e vinculação de clientes, mantendo o foco na área imobiliária, que constitui o *core business* do Banco.

O volume de negócio alcançou 10 854 milhões de euros, com uma variação positiva de 319 milhões de euros face a 2001.

Particulares & Negócios + *Private Banking*

(Em milhões de euros)

	2001	2002	Variação (percent.)
Total de crédito	6 357	6 545	2,9
Crédito em balanço (*a*)	6 037	6 286	4,1
Crédito imobiliário (*a*)	4 418	4 968	12,4

(Em milhões de euros)

	2001	2002	Variação (percent.)
Total de recursos	4 178	4 309	3,2
Produtos estruturados	290	448	54,5
Fundos de investimento	514	807	57,1
Volume de negócio	10 535	10 854	3,0

(*a*) Não inclui valores referentes a angariação da rede Totta.

A estratégia de captação de recursos apoiou-se em acções específicas, das quais se destacam, devido à importância de que se revestem, as seguintes:

O lançamento mensal de produtos estruturados inovadores, com elevado potencial de rendibilidade;

O lançamento mensal de seguros *unit-linked*, que permitem a fidelização dos clientes a médio/longo prazo;

A dinamização da venda de produtos fiscais ao longo do ano.

Assistiu-se, assim, a um importante salto qualitativo na *performance* da rede de particulares e negócios do Crédito Predial na área de recursos, com particular destaque para os produtos estruturados e fundos de investimento, que cresceram 54,5% e 57,1% respectivamente, em 2002.

No que respeita ao crédito, o crédito à habitação registou uma produção de 941 milhões de euros, durante o ano de 2002, não obstante a forte retracção na procura sentida no 4.º trimestre, após o termo do crédito bonificado.

Para este desempenho contribuiu o lançamento de vários produtos, dos quais se destacam as campanhas Super Oferta Lar e Factor 22, que registaram um êxito assinalável na captação do negócio de habitação.

Lançada no início do 2.º trimestre de 2001, a campanha Super Oferta Lar oferecia ao cliente, no momento da contratação, um cheque para compra de artigos para o lar.

A campanha Factor 22, foi lançada em Outubro de 2002, oferecendo 22 vantagens ao cliente, das quais se destacam, além de uma prestação competitiva, um seguro de garantia de pagamento de prestação em caso de doença ou desemprego. Com esta campanha foi lançado o Simpac Habitação, um novo conceito de venda de produto, que permitiu a simplificação e melhorou a qualidade de informação prestada ao cliente.

A alteração legislativa que implicou o fim do regime de crédito bonificado obrigou a um especial cuidado no acompanhamento dos processos entrados e à criação de opções nos produtos já existentes que permitissem fazer face à nova legislação, salientando em particular o alargamento para 50 anos, nos prazos de contratação.

Os períodos de campanha foram, igualmente, utilizados para solidificar a relação do Banco com imobiliárias e construtores por forma a assegurar bons níveis de produção fora dos períodos de campanha.

Durante o ano promoveram-se várias iniciativas no sentido de relançar o crédito ao consumo. De salientar as acções de crédito pré-concedido que abrangeram um elevado número de clientes, com taxas de adesão significativas, tendo o crédito ao consumo registado um crescimento de 20,3%.

No que concerne a produtos não financeiros, área tradicionalmente pouco desenvolvida no Banco, assistiu-se a uma dinamização da força de vendas, tendo sido lançadas várias campanhas, com êxito assinalável, de que destacamos as campanhas Crediphoto (máquinas digitais), Superbyte (computadores) e Hora Certa (relógios de prestígio).

Em 2002 assistiu-se à consolidação de um dos mais novos canais complementares à rede de balcões: a rede de promotores externos. Este canal, apesar de recente, tem contribuído, de forma muito relevante, para o aumento da capilaridade da rede, a custo variável, tendo-se destacado na captação de clientes, de recursos e de crédito.

O Crédito Predial manteve, em 2002, a política seguida em anos anteriores de consolidação da sua rede de Balcões, tendo aberto apenas dois balcões, Portimão e Loures, perfazendo um total de 158 balcões em Portugal no final do ano.

Como facto relevante da actividade comercial do Crédito Predial em 2002 destaca-se ainda que o Banco manteve a sua colaboração com o IAPMEI, na iniciativa PME Excelência Construção. Como Banco da Família, com forte componente na habitação, o Crédito Predial esteve presente em várias feiras do imobiliário, das quais se destacam o Salão do Imobiliário na FIL e a Expo Habitação/Salão do Imobiliário, na Exponor.

Banca transaccional:

Cash Management — 2002 foi um ano de consolidação na área de *cash management* das empresas. Ampliou-se a oferta de produtos e serviços que permitem optimizar os pagamentos e cobranças das empresas, introduziram-se melhoramentos nos produtos existentes, assim como se iniciou um controlo rigoroso da evolução das comissões ao nível do cliente. Destaca-se o desenvolvimento e promoção do sistema de débitos directos e o lançamento de um novo produto na vertente de pagamentos: emissão automática de carta cheque para pagamento a fornecedores internacionais.

Terminal de Pagamento Automático (POS) e Pagamento de Serviços — Em 2002 entrou em funcionamento uma nova aplicação informática de gestão dos POS que permite, por um lado, um maior controlo e análise da rendibilidade de cada cliente, e por outro, uma maior rapidez na instalação dos terminais bem como uma redução da carga administrativa dos balcões.

Procedeu-se a uma promoção de oferta activa dos POS Móveis, que possibilitou a obtenção, no final do ano, de uma melhoria de quota; bem como ao lançamento de uma campanha de Instalação de POS, no último trimestre do ano, baseada no estabelecimento de objectivos quantitativos para cada balcão.

Negócio Internacional — A reestruturação organizativa operada, no decurso de 2002, na área de empresas permitiu efectuar um acompanhamento mais direccionado dos clientes, oferecendo produtos e serviços internacionais desenvolvidos de acordo com as necessidades das empresas.

A criação de uma direcção comercial vocacionada para o segmento de empresas ibéricas, proporcionou uma especial atenção, no apoio a empresas espanholas instaladas em Portugal e na criação de soluções para as empresas portuguesas que operam no mercado espanhol.

Cartões:

Pela necessidade de dotar a rede comercial de produtos inovadores e competitivos no sentido de completar a carteira do Banco, proporcionando uma oferta total e homogénea, foram lançados vários tipos de cartões.

Numa experiência piloto, a nível mundial, o Banco lançou o cartão Visa SuperSatisfação, com a possibilidade de ser personalizado com imagens entregues pelos clientes, tornando-o num cartão único no mundo.

Foram também disponibilizados, na rede de balcões, e pela primeira vez em Portugal, os cartões recarregáveis, permitindo a clientes e não clientes, um cartão passível de ser oferecido e reutilizado através de carregamentos por transferência interbancária ou depósitos em numerário. Ao cliente é permitida a escolha de imagens alusivas à oferta que pretende fazer, ou optar pelo cartão mesada, transferindo periodicamente e de forma automática as verbas que deseja para os cartões dos seus filhos e ou familiares.

Proporcionando rapidez e comodidade foram criados os cartões afectos a pacotes, destacando-se o Super Oferta Lar e Conta de Depósitos à Ordem, entregando-se de imediato um cartão não titulado e um pin, podendo o cliente, 24 horas depois, estar a fazer a utilização da sua conta por esta via. Este cartão é de utilização nacional e renova automaticamente por um internacional e titulado.

Repetindo as acções anteriores da época natalícia, o Banco lançou o cartão alusivo ao Natal, pelo segundo ano consecutivo, com imagem apropriada estendendo a acção aos cartões recarregáveis. Os cartões de crédito possuem uma limitação temporal associada à época e renovam automaticamente por cartões da mesma gama.

Os produtos lançados e as campanhas que tiveram lugar durante o ano, proporcionaram um crescimento de cerca de 100% no que respeita a cartões de crédito activos do Banco.

O ano de 2002 caracterizou-se ainda pelo desenvolvimento de uma plataforma informática de cartões, para a qual todos migraram, o que potência uma melhor e mais abrangente prestação de serviço ao cliente.

Banca comercial — canais complementares:

NetB@nco — 2002 foi, claramente, o ano de expansão da área do Canal Web, tendo-se verificado um importante incremento no nível de serviço e funcionalidades disponibilizadas.

O *site* foi melhorado em termos de navegação, de apresentação gráfica e de estrutura de informação, tendo sido criados e implementados sub-sites de conteúdos dedicados a organismos e empresas com acordos com o Banco, sendo estes de acesso restrito e controlado.

Iniciou-se o projecto que irá permitir usufruir da última tecnologia em termos de plataforma de *homebanking*.

Foram desenvolvidas diversas acções de promoção dos serviços de Homebanking de onde se destaca a implementação de objectivos trimestrais à rede de balcões, bem como acções de *marketing* directo e de promoção à adesão ao serviço.

O processo de adesão ao serviço foi melhorado, permitindo a sua subscrição ao balcão através de códigos pré-atribuídos.

Call Centre — O ano em análise caracterizou-se por um forte crescimento do nível de utilizadores do serviço, para o qual terá contribuído um maior envolvimento e articulação com a rede comercial, bem como uma maior facilidade proporcionada pelo novo processo de adesão.

Durante o ano foi dado apoio às campanhas publicitárias do Banco, tendo sido realizadas 31 campanhas, incrementando significativamente o número de contactos em relação a 2001.

SelfBanking — O Crédito Predial Português atingiu no final de 2002 um parque global de 204 ATMs, o que representa uma taxa de crescimento, face a 2001, de 4,1%. Melhorou-se significativamente o nível de serviço dos ATMs através de uma monitorização cuidada de todo o parque.

Banca comercial — empresas e institucionais:

Na área de empresas foi criado o Departamento de Protocolos e Crédito Protocolado que pretende, por um lado aumentar o *cross selling* entre as empresas e os particulares, tentando vincular ao Banco os colaboradores das empresas clientes, e por outro centralizar todas as relações com os organismos oficiais.

Assente no desenvolvimento de um conjunto de produtos específicos para clientes empresa o Banco apostou, a partir do 2.º trimestre do ano, na colocação de produtos estruturados, com rendibilidades indexadas à taxa Euribor, constituindo alternativas de investimento muito interessantes para clientes com disponibilidades financeiras.

Foram lançados novos produtos de crédito ao investimento para empresas, na sequência do acordo estabelecido com o BEI (Banco Europeu de Investimento) e no âmbito do novo programa SIME (Sistema de Incentivos para a Modernização Empresarial). Perto do final do ano, foi disponibilizado um produto de gestão de frotas muito competitivo, designado Auto Renting, que alia uma componente de financiamento operacional a um conjunto completo de serviços associados, que se espera venha a ter uma forte adesão durante o ano de 2003, pela sua adequação às necessidades das empresas e às actuais condições do mercado automóvel.

Foi colocada em prática uma estratégia de micro-*marketing*, através do patrocínio e organização de diversos eventos e inserções publicitárias destinadas a atingir segmentos específicos de mercado, reforçando assim o marketing relacional que se pretende aprofundar nesta área.

Banca comercial — *private banking*:

A actividade de *private banking* registou um impulso, reflectido num aumento significativo do número de clientes e do volume de recursos deste segmento, não obstante o difícil enquadramento económico e a conjuntura desfavorável dos mercados financeiros, conforme já referido.

A consolidação da equipa e a estreita relação com a rede comercial permitiram um serviço mais personalizado e uma oferta de valor acrescentado, quer a actuais clientes do Banco, quer a novos clientes.

A proximidade com a área de *asset management* foi particularmente positiva para o *Private Banking*, permitindo estender a oferta para produtos inovadores e que visam colmatar a volatilidade e riscos dos mercados accionistas.

Produtos estruturados, de capital garantido, cabazes de obrigações, fundos imobiliários, fundos alternativos e seguros de capitalização foram algumas das modalidades oferecidas aos clientes com vista a potenciar alternativas ao mercado accionista e às aplicações tradicionais em depósitos a prazo.

Esta área de negócio, privilegiando um serviço de qualidade, distintivo e diferenciador, continuará em 2003 a ser um veículo importante para a satisfação e fidelização dos clientes de elevado rendimento.

Desempenho económico-financeiro do Crédito Predial Português

Actividade consolidada

O Crédito Predial Português prosseguiu em 2002 o seu foco estratégico no financiamento à actividade imobiliária, acompanhando toda a cadeia da construção até ao financiamento da habitação, apoiando-se no produto âncora de crédito habitação como base ao desenvolvimento de banca global de particulares.

No âmbito do processo de reorganização do Grupo Totta em Portugal, durante o ano 2002, o Crédito Predial adquiriu ao Totta a parti-

cipação na Sulférias tendo posteriormente procedido à sua liquidação. Foi também adquirida à Santander Investement, S. A. (empresa pertencente ao accionista maioritário do Grupo), a Madeisisa, empresa gestora de participações sociais.

O ano 2002 foi marcado por um forte crescimento dos resultados, apoiado numa evolução muito favorável da margem operacional e na redução das provisões e outros resultados não operacionais. De entre os factores mais marcantes do exercício em análise, destaca-se:

Crescimento de 10% do crédito, reafirmando a vocação histórica do Banco para a sua actividade tradicional.

	Milhões de euros	Percentagem
Operações com clientes:		
Crédito líquido sobre clientes	+ 828	+ 10
Débito para com clientes + débito representado por títulos	— 324	— 8
Operações activas com títulos:		
Carteira de títulos/participações	— 63	— 10
Operações com instituições de crédito:		
Créditos sobre instituições de crédito	+ 19	+ 2
Débitos para com instituições de crédito	+ 1 019	+ 22
Capitais próprios + interesses minoritários	+ 204	+ 51

Crescimento da margem operacional de 29,5%, por expansão de 4,9% do produto bancário e redução dos custos de transformação em 15,5% face a 2001:

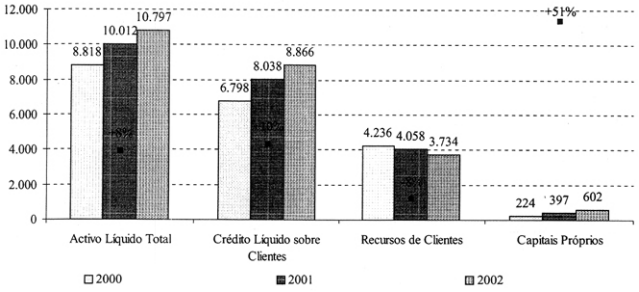
	Variação 2002-2003 (percent.)
Margem financeira (inclui rendimento de títulos)	+ 11,0
Margem de serviços	— 3,5
Margem de *trading*	<–200,0
Produto bancário	+ 4,9
Custos de transformação	— 15,5
Margem operacional	+ 29,5
Resultado antes de interesses minoritários e impostos	+ 77,1
Resultado líquido	+ 99,0

Aumento do recurso ao mercado interbancário por um crescimento do crédito não acompanhado pelo crescimento dos recursos em balanço;

Reforço da solidez financeira do Crédito Predial por via de um aumento de capital no valor de 45 milhões de euros, em Fevereiro de 2002, subscrito integralmente pelos accionistas do Banco.

Evolução das principais rubricas do balanço

(2000-2002)



Balanço:

O activo líquido consolidado do Crédito Predial atingiu, em final de Dezembro de 2002, 10,8 mil milhões de euros, crescendo cerca de 7,8% face ao ano anterior, resultante essencialmente do crescimento do crédito.

	2002	2001	Variação em euros	Variação (percentagem)
Disponib. e depósitos. em bancos centrais e crédito sobre instit. de crédito	838	869	— 31	— 3,5
Crédito líquido	8 866	8 038	+ 828	+ 10,3
Títulos	585	649	— 64	— 9,8
Participações	12	12	–	+ 2,2
Imobilizações	138	144	— 6	4,3
Outros activos	358	301	+ 57	+ 18,9
Total de activos	10 797	10 012	+ 785	+ 7,8
Bancos centrais e instituições de crédito	5 736	4 717	+ 1 019	+ 21,6
Recursos de clientes	3 734	4 058	— 324	— 8,0
Provisões diversas e outros passivos	288	342	— 55	— 16,0
Subordinados	438	497	— 60	— 12,0
Capitais próprios + interesses minoritários	602	397	+ 204	+ 51,4
Grau de transf. de depósitos em crédito	237,4	198,1	(*a*) + 39,4	

(*a*) Pontos percentuais.

O crédito líquido a clientes atingiu 8,9 mil milhões de euros no final de 2002, evidenciando um crescimento de 10,3% face ao ano anterior (+ 0,8 mil milhões de euros), passando a representar 82,1 % do total do activo líquido, contra 80,3% no final de 2001.

Estrutura do balanço do Crédito Predial Português — balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2002 e de 2001

	2002 — Peso (perc.)	2001 — Peso (perc.)	Variação Peso (*a*)
Disponibilidade e dep. em bancos centrais e crédito sobre instituições de crédito	7,8	8,7	— 0,91
Crédito a clientes	82,1	80,3	1,83
Aplicações em títulos/participações	5,5	6,6	— 1,07
Imobilizado e outros activos	4,6	4,4	0,15
Total	100,0	100,0	–

	2002 — Peso (perc.)	2001 — Peso (perc.)	Variação Peso (*a*)
Bancos centrais e instituições de crédito	53,1	47,1	6,01
Recursos de clientes	34,6	40,5	— 5,95
Provisões diversas e outros passivos	2,7	3,4	— 0,75
Passivos subordinados	4,1	5,0	— 0,91
Capitais próprios + interesses minoritários	5,6	4,0	1,60

(*a*) Pontos percentuais.

O total de recursos de clientes em balanço perde peso (— 5,9 p.p.) na estrutura de balanço, não só pela redução do seu valor absoluto, como também pelo crescimento dos activos líquidos.

O Banco procedeu em Fevereiro de 2002 ao aumento do capital social com a emissão de 9 milhões de acções, passando o capital social para 280 milhões de euros, que compara com 235 milhões de euros em 2001.

	2002 — Real (percent.)	2001 — Real (percent.)	Variação (percent.)
Crédito vencido + 90 dias/crédito total	2,7	2,7	— 0,02
Cobertura de crédito vencido a + 90 dias	96,8	116,4	— 19,60

Continuou a ter-se em atenção a adequada constituição de provisões. No entanto, e face à degradação da conjuntura económica, registou-se um ligeiro aumento da carteira de crédito vencido tendo conduzido a uma redução em 20 pontos percentuais da cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias por provisões que se situou em 96,8%.

Ratio de solvabilidade:

O reforço da solidez financeira do Crédito Predial Português é confirmado pelo *ratio* de solvabilidade de 12,3%, bastante acima dos 8,0% de Dezembro de 2001.

Ratio de solvabilidade consolidado

(Em milhões de euros)

	2002	2001
Fundos próprios base	516,7	353,9
Fundos próprios complementares e deduções	317,1	140,4
Total dos fundos próprios	833,9	494,2
Activo ponderado	6 671,7	6 057,3
Elementos extrapatrimoniais	123,2	109,2
Ratio de solvabilidade (percentagem)	12,3	8,0

O *ratio* de solvabilidade melhora significativamente fruto do impacto do aumento de capital realizado pelo Banco Totta, e da incorporação do resultado líquido do ano. Este aumento dos fundos próprios, ao ser superior ao dos activos ponderado pelo risco, produz uma melhoria de 4,3 pontos percentuais no *ratio* de solvabilidade.

Refira-se que o *ratio* BIS, a 31 de Dezembro, foi de 11,6% contra 7,1% registado no final de 2001.

Demonstração de resultados:

Os resultados líquidos evoluíram muito favoravelmente, duplicando o valor face ao ano anterior. Este crescimento foi sustentado pela evolução muito positiva da margem operacional (29,5%), cuja evolução resulta da conjugação de um crescimento de 4,9% do produto bancário, a par com uma redução dos custos de transformação face ao ano anterior (— 15,5%). O crescimento da margem operacional foi ainda alavancado pela redução das provisões e outros resultados em 16,3%.

Evolução da demonstração de resultados

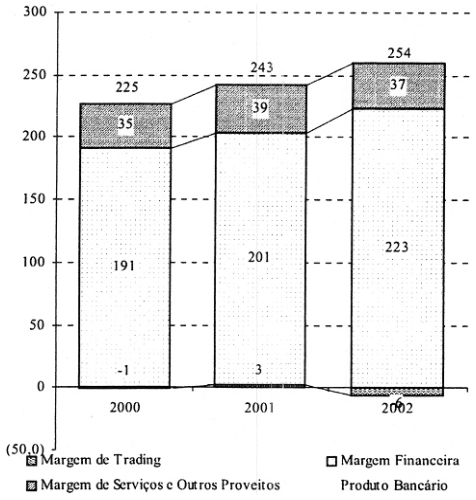
(Em milhões de euros)

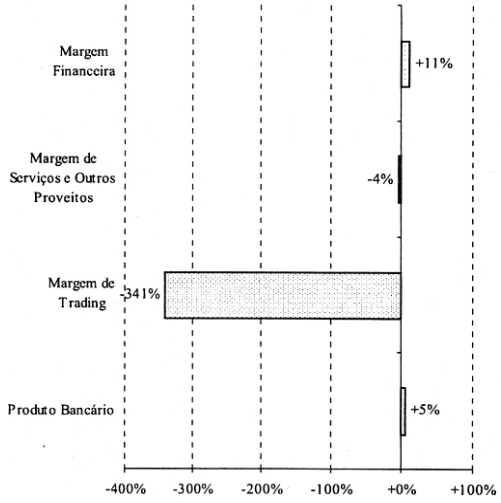
	2002	2001	Variação (percent.)
Margem financeira	208,1	200,7	3,7
Rendimento de títulos	15,2	0,5	>200
Margem financeira (inclui rendim. de títulos)	223,3	201,2	11,0
Comis. recebidas e outros proveitos	68,7	64,2	7,1
Comis. pagas + outros impostos	(31,4)	(25,4)	23,3
Margem de serv. e outros proveitos	37,4	38,7	— 3,5
Margem de *trading*	(6,4)	2,6	<— 200
Produto bancário	254,4	242,6	4,9
Custos de transformação	(100,9)	(119,4)	— 15,5
Custos com pessoal	(64,9)	(82,7)	— 21,6
Outros gastos administrativos	(36,0)	(36,7)	— 1,8
Amortizações	(16,4)	(17,3)	— 5,0
Margem operacional	137,0	105,8	29,5
Provisões e outros resultados	(45,1)	(53,9)	— 16,3
Resultado antes de impostos	91,9	51,9	77,1
Impostos	(16,6)	(14,1)	18,2
Interesses minoritários	—	—	—
Resultado líquido	75,2	37,8	99,0

O produto bancário ascendeu a 254,4 milhões de euros, apresentando um crescimento de 4,9% face a 2001. Num ano marcado por

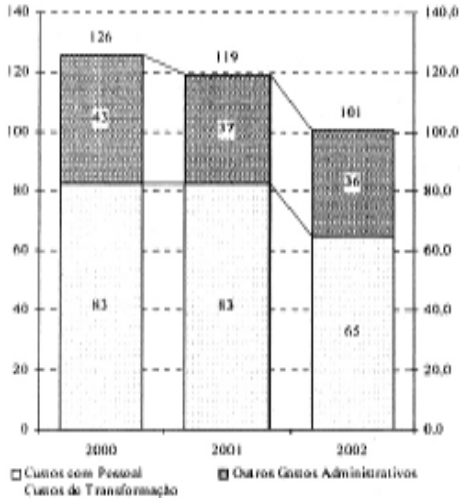
uma forte concorrência, a margem financeira (incluindo rendimento de títulos) cresceu 11%, atingindo 223,3 milhões de euros.

A margem de serviços e outros proveitos terminou 2002 com 37,4 milhões de euros, e a margem de *trading* deteriorou-se, caindo nove milhões de euros.

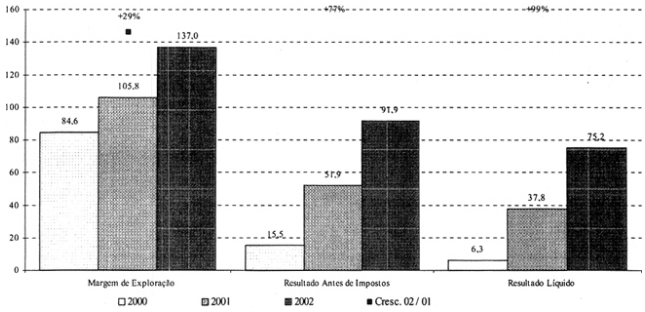




Os custos de transformação reduziram-se 15,5%, por via de um decréscimo significativo dos custos com pessoal (— 21,6%), parcialmente explicado pela redução registada nos fundos de pensões, em virtude da alteração do critério de contabilização dos mesmos (novo regulamento do Banco de Portugal) e pela evolução favorável dos gastos gerais administrativos (— 1,8%), apesar da abertura de dois novos balcões.



Com um crescimento da margem operacional de 29,5%, alavancada por um decréscimo de 16,3% nas provisões e outros resultados, os resultados antes de impostos atingem 91,9 milhões de euros, quase duplicando face ao ano anterior.



O resultado líquido do Crédito Predial atingiu 75,2 milhões de euros, duplicando relativamente a 2001.

Rendibilidade e eficiência:

A melhoria do resultado líquido do Banco, acima explicada, levou a um incremento da rendibilidade, passando o ROE de 16,8% para 18,9%.

O *ratio* de eficiência cifrou-se em 39,7% reflectindo o crescimento do produto bancário e a evolução favorável dos custos de transformação, o que se traduziu numa melhoria significativa relativamente ao ano transacto (— 9,6 p.p.).

A produtividade do crédito por empregado e por balcão melhora substancialmente, em consequência do aumento do volume de crédito, da redução do quadro de pessoal e do aumento do número de balcões.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	Variação (percent.)
ROE (percentagem)	18,9	16,8	(*b*) + 2,1
ROA (percentagem)	0,7	0,4	(*b*) + 0,3
Ratio de eficiência (percent.)	39,7	49,2	(*b*) — 9,6
Empregados por ponto de atendimento (*a*)	11,5	12,3	— 0,8
Créditos por ponto de atendimento (*a*)	55 649	51 258	+ 9
Captação por ponto de atendimento (*a*)	29 239	29 348	–
Resultado líquido por empregado	40,4	19,2	+ 111
Resultado líquido por ponto de atendimento (*a*)	464,5	236,3	+ 97

(*a*) Inclui agências, postos automáticos, sucursais e escritórios de representação.
(*b*) Pontos percentuais.

Actividade individual

Balanço:

O activo líquido do Crédito Predial atingiu, no final de Dezembro de 2002, 10,3 mil milhões de euros, crescendo cerca de 6% face ao ano anterior, baseado essencialmente na evolução do crédito.

(Em milhões de euros)

	2002	2001	Variação em euros	Variação (percent.)
Disponibilidade e dep. em bancos centrais e crédito sobre instituições de crédito	657	750	— 92	— 12,3
Créditos líquidos	8 627	7 954	+ 673	+ 8,5
Títulos	131	185	— 55	— 29,5
Participações	298	296	+ 2	+ 0,6
Imobilizações	130	136	— 6	— 4,5
Outros activos	450	402	+ 48	+ 11,9
Total de activos	10 293	9 724	+ 570	+ 5,9
Depósitos em instituições de crédito	5 252	4 453	+ 799	+ 17,9
Recursos de clientes	3 734	4 058	— 324	— 8,0
Provisões diversas e outros passivos	273	321	— 47	— 14,8
Subordinados	438	497	— 60	— 12,0
Capital	596	394	+ 202	+ 51,2
Transferências de depósitos em crédito	231,0	196,0	(*a*) + 35,0	

(*b*) Pontos percentuais.

O crédito líquido a clientes cifrou-se em 8,6 mil milhões de euros no final de 2002, com um crescimento de 8,5% face ao ano anterior (+ 0,7 mil milhões de euros) bastante superior ao do activo líquido, passando a representar 83,8%, contra 81,8% no final de 2001.

O total de recursos de clientes em balanço perde peso (— 5,5 p.p) na estrutura de balanço, não só pela redução do seu valor absoluto, como também pelo crescimento dos activos líquidos do Banco.

Conforme já referido, o Banco procedeu, em Fevereiro de 2002, ao aumento do capital social, através da emissão de 9 milhões de acções, passando o capital para 280 milhões de euros, que compara com 235 milhões de euros em 2001.

Continuou a ter-se em atenção a adequada constituição de provisões. No entanto, e face à degradação da conjuntura económica, registou-se um ligeiro aumento da carteira de crédito vencido tendo conduzido a uma redução em 20 p.p. da cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias por provisões que se situou em 96,8%.

(Em percentagem)

	2002 — Real (percent.)	2001 — Real (percent.)	Variação (percent.)
Crédito vencido + 90 dias/crédito total	2,7	2,7	(*a*) + 0,02
Cobertura de crédito vencido a + 90 dias	96,8	116,8	(*a*) — 20,04

(*b*) Pontos percentuais.

Ratio de solvabilidade:

De registar a melhoria significativa do *ratio* de solvabilidade de 7% para 11,1%, valor claramente acima dos 8% — mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

(Em milhões de euros)

	2002	2001
Fundos próprios base	511,0	350,5
Fundos próprios complement. e deduções	173,0	59,3
Total dos fundos próprios	684,0	409,8
Activo ponderado	6 072,7	5 815,1
Elementos extrapatrimoniais	106,7	67,7
Ratio de solvabilidade (percentagem)	11,1	7,0

O *ratio* de solvabilidade melhora significativamente fruto do impacto do aumento de capital realizado pelo Banco Totta e da incorporação do resultado líquido do ano.

Este aumento dos fundos próprios, ao ser superior ao dos activos ponderado pelo risco, produz uma melhora de 4,1 p.p. no *ratio* de solvabilidade.

Refira-se que o *ratio* BIS, a 31 de Dezembro, era de 10,6%, contra 6,7% no final de 2001.

Demonstração de resultados:

Os resultados líquidos do crédito predial duplicaram o valor face ao ano anterior, em virtude da evolução da margem operacional (+ 30,6%), cuja evolução positiva resulta da conjugação do crescimento do produto bancário (+ 4,7%) com a redução dos custos de transformação (— 16,4%).

O crescimento da margem operacional foi ainda sustentado pela redução das provisões e outros resultados em 15,6%.

Evolução da demonstração de resultados

(Em milhares de euros)

	2002	2001	Variação (percent.)
Margem financeira	187,4	189,0	— 0,9
Rendimento de títulos	28,1	14,4	+ 95,2
Margem financeira (inclui rendimento de títulos)	215,5	203,4	+ 5,9
Comissões recebidas e outros proveitos	68,2	62,4	+ 9,2
Comissões pagas + outros impostos + outros custos	(31,1)	(24,5)	+ 26,9
Margem de serviços e outros proveitos	37,0	37,9	— 2,3
Margem de *trading*	(4,4)	(4,5)	— 1,3

(Em milhares de euros)

	2002	2001	Variação (percent.)
Produto bancário	248,1	236,8	+ 4,7
Custos de transformação	(98,1)	(117,3)	— 16,4
Custos com pessoal	(64,1)	(81,4)	— 21,3
Outros gastos administrativos	(34,0)	(35,9)	— 5,2
Amortizações	(16,3)	(17,2)	— 4,9
Margem operacional	133,7	102,4	+ 30,6
Provisões e outros resultados	(45,6)	(54,1)	— 15,6
Resultados antes de impostos	88,0	483	+ 823
Impostos	(15,2)	(12,5)	+ 21,9
Resultado líquido	72,8	35,8	+ 103,3

O produto bancário alcançou 248,1 milhões de euros, representando uma evolução favorável de 4,7% face a 2001. Num ano marcado por uma forte concorrência, a margem financeira (sem rendimento de títulos) cifrou-se em 187,4 milhões de euros reflectindo um ligeiro decréscimo em relação ao período homólogo. A este decréscimo e ao aumento do rendimento de títulos não é alheia a reorganização da estrutura do Grupo e a redução das taxas de juro.

A margem de serviços que se situou em 37 milhões de euros e a margem de *trading* estão quase em linha com os valores registados no ano anterior.

Os custos de transformação reduziram-se 16,4% (o que se traduziu numa diminuição em termos reais de aproximadamente 20%), consequência do decréscimo observado nos custos com pessoal e da contracção dos gastos gerais administrativos (— 5%).

À variação da rubrica de custos com pessoal não é alheia a política de renovação, rejuvenescimento dos quadros do Banco bem como a alteração do critério de contabilização do fundo de pensões de acordo com o regulamento do Banco de Portugal.

Os gastos gerais administrativos decrescem 5,2% face a 2001, por redução dos gastos gerais em praticamente todas as rubricas, resultando tal facto da política de racionalização de custos implementada.

Com um crescimento da margem operacional de 30,6%, alavancada por um decréscimo de 15,6% nas provisões e outros resultados, os resultados antes de impostos atingem 88 milhões de euros, quase duplicando face ao ano anterior.

O resultado líquido do Crédito Predial atingiu 72,8 milhões de euros, duplicando face ao ano anterior, ocorrendo igual tendência relativamente ao resultado líquido por acção.

Rendibilidade e eficiência:

A melhoria de resultados líquidos do Banco acima explicada, levou a um incremento da rendibilidade, passando o ROE de 16,1% para 18,2%.

O *ratio* de eficiência, reflectindo um crescimento do produto bancário superior ao crescimento dos custos de transformação, melhorou em 10 p.p., para 39,5%

A produtividade de crédito e recursos por empregado e por balcão melhora substancialmente, como consequência do aumento dos volumes, redução do quadro de pessoal e aumento do número de balcões.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	Variação (percent.)
ROE	18,2	16,1	(*b*) + 2,2
ROA	0,7	0,4	(*b*) + 0,3
*Ratio*de eficiência	39,5	49,5	(*b*) — 10,0
Empregados por ponto de atendimento (*a*)	11,5	12,3	— 0,8
Créditos por ponto de atendimento (*a*)	54 632	51 025	+ 7
Captação por ponto de atendimento (*a*)	29 239	29 348	–
Resultado líquido por empregado	39,1	18,2	+ 115
Resultado líquido por ponto de atendimento (*a*)	449,6	224,0	+ 101

(*a*) Inclui agências, postos automáticos, sucursais e escritórios de representação.
(*b*) Pontos percentuais.

Gestão de risco

Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito no Banco refere-se à identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e à sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

O processo de gestão dos riscos de crédito adapta-se ao segmento do cliente ao longo das sucessivas fases do ciclo do crédito: admissão, gestão e seguimento e recuperação.

O modelo baseia-se na aplicação do princípio de tratamento único a cada cliente.

Este princípio de igual tratamento a cada cliente é todavia diferenciado em função das características do cliente e do produto. Basicamente, o modelo de risco da Banca de Retalho faz uma distinção entre: tratamento dos riscos personalizado e de gestão global (médias e grandes empresas); e tratamento dos riscos standardizados (pequenas empresas, negócios e particulares).

Os riscos standardizados são geridos, ao longo do ciclo de admissão, seguimento e recuperação, com o forte apoio de sistemas de tomada de decisão e ferramentas informatizadas com emissão atempada de sinais de alerta.

A gestão e o seguimento do crédito a empresas é suportado por um sistema de vigilância especial, que determina a política a ser seguida com os clientes ou grupos.

Este sistema, baseado na detecção de sinais de alerta, na revisão de *ratings* ou nos relatórios de auditoria interna, identifica diferentes graus de vigilância especial.

Estes, por seu turno, estabelecem as medidas a adoptar para cada cliente, e reduzem os poderes delegados nos casos de maior preocupação.

Durante o último exercício, continuou a implantação de processos computarizados de selecção e admissão de riscos standardizados em clientes particulares e em produtos tipificados. Esta actuação foi conseguida através da introdução e do desenvolvimento de diversos sistemas de *scoring* aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito.

Risco contraparte e risco país

Existem duas áreas principais no controlo de risco: risco contraparte e risco-país.

Risco contraparte é aquele incorrido com instituições de crédito, outras sociedades financeiras e seguradoras, quer nas actividades de tesouraria quer na gestão de correspondentes. Este risco é controlado por duas áreas especializadas (operações de tesouraria e *trade finance*), sendo o controlo levado a cabo, em tempo real, através de um sistema integrado que providencia a informação necessária de disponibilidade de limites e exposição agregada, para diferentes produtos e maturidades, consolidando os dados de todo o Grupo.

Os níveis desejados de risco (conforme o tipo de operações a realizar) são desde logo tidos em conta na aprovação de linhas de crédito, havendo a possibilidade de autorizações de excessos ou de operações pontuais caso seja considerado pelos responsáveis máximos de risco de crédito que o respectivo acréscimo de risco se enquadra em níveis aceitáveis e respeita igualmente os limites prudenciais estabelecidos.

O sistema interno de controlo de risco utiliza factores de risco individualizados por prazos, tipos de instrumentos, activos subjacentes e moedas.

O risco país está relacionado com a possibilidade de um devedor enfrentar obstáculos no cumprimento das suas responsabilidades, sejam pela dificuldade em obter divisas estrangeiras por contrapartida da sua divisa nacional, pela incapacidade de transferir fundos para fora do seu país, ou devido à ineficácia de medidas legais para a recuperação de crédito conforme os enquadramentos jurídicos de cada país.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas dos níveis das taxas de juro, taxas de câmbio, níveis de preços do mercado accionista, metais ou outras *commodities*.

O Banco está exposto ao risco de mercado fundamentalmente como resultado directo do desenvolvimento das seguintes actividades:

Negociação de instrumentos financeiros, o que envolve a sujeição aos riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e preços de acções;

Envolvimento na actividade de banca de retalho, o que implica a sujeição a risco de taxa de juro, uma vez que uma alteração nos níveis de taxa de juro afecta a margem financeira e o comportamento dos nossos clientes.

Princípios orientadores na gestão e controlo do risco de mercado:

A gestão e controlo do risco de mercado no Banco assenta nos seguintes princípios fundamentais:

Do ponto de vista organizacional a separação clara entre a gestão e o controlo e reporte dos riscos de mercado, constitui uma política fundamental do Banco. Consequentemente, a gestão dos riscos de mercado é entregue aos tomadores de risco que se podem encontrar em distintas áreas de negócio, sendo a análise, a medição, o controlo e o reporte dos mesmos entregues ao departamento de controlo de riscos de mercado — entidade independente e que reporta à administração;

Segregação da gestão dos riscos de mercado em duas grandes áreas: uma relativa às operações nos mercados financeiros (actividades de *trading*/negociação) e outra relativa às actividades de gestão de balanço/ALM.

Em consonância com os princípios orientadores da gestão e controlo do risco de mercado, existe uma estrutura dual composta pelo Comité de Riscos e Comité ALCO, que potência o envolvimento activo da gestão de topo nos processos de análise, gestão e controlo dos níveis e tipos de risco de mercado implícitos na actividade/posições do Banco.

Risco de balanço

O Banco dá particular importância à gestão e controlo dos riscos globais e integrados do balanço.

A função ALM está cometida a um órgão de 1.º nível da estrutura organizacional, sendo as decisões tomadas pelo Comité de Activos e Passivos, presidido pelo presidente da comissão executiva, que integra os administradores das áreas financeira, tesouraria, comercial, *marketing* e internacional. O Comité reúne mensalmente, sendo analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

A missão do ALM é, para além da mensuração e controlo dos riscos, a optimização da rendibilidade do balanço, em cumprimento à estratégia superiormente delineada e dos limites aprovados.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e sensibilidade do valor patrimonial (MVE);

Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

Risco de taxa de juro:

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido pelo modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. Em linhas gerais, o modelo consiste no agrupamento de activos e passivos sensíveis por datas de repreciação (datas de alteração da taxa de juro) em intervalos fixos de tempo, a partir dos quais se pode estimar a sensibilidade do balanço às variações das taxas de juro. Para cada intervalo calcula-se o total dos fluxos activos e passivos e, por diferença dos mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo. O modelo integra as operações de balanço e fora de balanço, sendo calculado o *gap* de risco de taxa de juro para cada uma das moedas consideradas relevantes para a actividade.

Face às perspectivas de descida da taxa de juro para o ano de 2002, foi reduzida substancialmente a sensibilidade da margem financeira, encontrando-se, em termos gerais a Dezembro de 2002 o balanço imunizado ao risco de taxa de juro (variações paralelas não esperadas da *yield curve*).

Risco de taxa de câmbio:

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Banco como estratégia a cobertura total.

Risco de liquidez:

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida em ALCO. A política de financiamento do Banco toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

As decisões sobre política de liquidez são tomadas em ALCO e executadas pela Tesouraria, em coordenação com o ALM.

Risco operacional

O Banco desenvolveu um modelo de gestão e controlo de risco operacional, mediante:

A definição de normas e procedimentos de suporte à gestão e controlo do risco e das competências de todos os intervenientes;

O seguimento das fontes geradoras de risco;

A análise e reporte da informação agregada sobre incidências de risco;

A proposta de implementação de medidas preventivas e de acções correctoras assim como de controlos que permitam reduzir o nível de risco do Banco.

Com base no modelo implementado, que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidades pelas diversas unidades orgânicas, estas assumem a gestão do risco de forma directa e na totalidade das fases do ciclo operacional.

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2002, foi de 72 838 649 euros, e o resultado líquido do exercício consolidado, em 2002 e atribuível ao CPP, foi de 75 246 692 euros.

Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento do Banco.

O conselho de administração vem, nos termos do artigo 19.º dos estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1 — 7 283 865 euros para reserva legal;

2 — O remanescente para resultados transitados, deduzido do montante que a assembleia geral deliberar atribuir aos administradores a título de participação nos resultados.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003. — O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Informação complementar

Prevenção de branqueamento de capitais

O Crédito Predial Português identifica-se com a sociedade e as autoridades dos diferentes países ao reconhecer a importância da prevenção e combate contra o branqueamento de capitais, por afectar aspectos essenciais da vida em sociedade.

É objectivo fundamental do Crédito Predial Português o estrito cumprimento das leis contra o branqueamento de capitais, assim como as recomendações emitidas pelo Grupo de Acção Financeira Internacional, pelas autoridades nacionais e internacionais.

O Crédito Predial Português entende que a melhor forma de cumprir com o seu compromisso implica o estabelecimento de normas e procedimentos internos eficazes, desenvolver a actividade bancária de acordo com rigorosas regras deontológicas, implantar padrões de actuação e sistemas de controlo e de comunicação, a fim de impedir que as suas Unidades sejam utilizadas no branqueamento de capitais e garantir que todos os colaboradores do Banco observam as políticas e procedimentos instituídos.

Neste sentido, o Banco está dotado de normas internas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais, tem uma estrutura orgânica assignada a esta matéria, utiliza procedimentos automatizados de informação e análise de operações de risco e procedimentos de comunicação de operações eventualmente suspeitas.

2002 foi um ano particularmente intenso na realização de acções de formação em prevenção de branqueamento de capitais, uma delas corporativa, cujo módulo abrangeu praticamente a totalidade do quadro de pessoal e pela realização de acções de refrescamento para os responsáveis de prevenção dos Balcões da Rede Comercial.

Também foram criados procedimentos de KYC e de revisão de operações na Banca de Correspondentes e foi levado a efeito um programa de revisão e enriquecimento dos expedientes individuais dos clientes de Banca Privada, com vista a comprovar o cumprimento dos exigentes padrões em matéria de conhecimento do cliente.

O Banco mantém um esforço permanente de actualização e utilização das melhores práticas conhecidas no mercado e, nesse sentido, está a aperfeiçoar a automatização dos procedimentos de análise e controlo de operações de risco em branqueamento de capitais e a detecção automatizada de entidades referenciadas pela União Europeia em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2580/2001 do conselho de 27 de Dezembro de 2001, relativo a medidas restritivas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades.

Estrutura orgânica por pelouro

António Horta Osório:

Direcção Auditoria Interna:

Departamento de Riscos Operativos.
Departamento de Riscos de Crédito.
Departamento de Riscos Financeiros.

Gabinete Presidente Comissão Executiva:

Nuno Manuel Amado:

Direcção de Coordenação de Particulares e Negócios — Norte:

Direcção Com. Habitação, Particulares e Pequenos Negócios — Norte:

Direcção Com. Norte 1.
Direcção Com. Norte 2.
Direcção Com. Norte 3.
Direcção Com. Norte 4.
Direcção Com. Norte 5.

Direcção de Coordenação de Particulares e Negócios — Sul:

Direcção Com. Habitação, Particulares e Pequenos Negócios — Sul.
Direcção Com. Sul 1.
Direcção Com. Sul 2.
Direcção Com. Sul 3.
Direcção Com. Sul 4.
Direcção Com. Sul 5.
Direcção Com. Sul 6.

Direcção de Coordenação de Controlo e Dinamização da Rede:

Departamento de Controlo de Gestão e Marketing de Rede.
Departamento de Dinamização e Apoio à Rede.

Direcção de Coordenação de Recursos Humanos:

Gabinete de Informação e Compensação.
Gabinete de Apoio Desenvolvimento Tecnológico.
Departamento de Gestão de Recursos Humanos.
Departamento de Formação Desenvolvimento Profissional.
Departamento de Administração Recursos Humanos.
Departamento de Gestão de Recursos Humanos — BSNP e Participadas.

Direcção de Coordenação Comercial de Redes Externas:

Direcção Regional de Rede Mediadores Norte.
Direcção Regional de Rede Mediadores Sul.

Gabinete de Apoio à Gestão.
Gabinete de Controlo de Irregulares.

José Benigno Perez Rico:

Direcção de Coordenação de Empresas Ibéricas.
Direcção de Coordenação de Fomento à Construção:

Direcção Comercial de Fomento à Construção Norte.
Direcção Comercial de Fomento à Construção Sul.

Direcção Banca Transaccional.
Direcção de Clientes Institucionais, Marketing de Empresas e Protocolos:

Gabinete de Marketing de Empresas.
Departamento de Protocolos e Crédito Protocolado.
Departamento de Institucionais.

Miguel Pereira de Bragança:

Direcção de Coordenação do Planeamento, Orçamento e Controlo:

Departamento de Planeamento Estratégico.
Departamento do Orçamento e Controlo de Gestão.

Direcção de Coordenação da Contabilidade:

Departamento de Contabilidade e Prestação de Contas.
Departamento de Informação e Desenvolvimento.
Departamento de Consolidação.

Direcção de Coordenação Financeira:

Gabinete de Relações com Institucionais e Investidores.
Departamento de Finanças Corporativas.
Departamento de Fiscalidade.
Departamento de Participações Financeiras.
Departamento de Gestão de Activos e Passivos.

Direcção de Análise de Competitividade Estratégica e Qualidade.
Departamento de Cartões.
ALCO (Assets and Liabilities Comitee).

José Carlos Sítima:

Direcção de Coordenação da Assessoria Jurídica do Negócio:

Adjunto da Direcção de Coordenação (DCAJN).
Departamento da Assessoria do Negócio.

Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento.
Direcção dos Serviços de Secretário da Sociedade.
Gabinete de Inspecção.
Unidade de Prevenção de Branqueamento de Capitais.

Luís Bento dos Santos:

Gabinete de Imagem, Comunicação Externa e Interna.
Gabinete de Informação e Seguimento.
Gabinete de Relações Públicas e Eventos.
Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração.

António Vieira Monteiro:

Dir. Rede África e Oriente:

Dir. África e Oriente.
Dir. Cooperação com África e Oriente.
Departamento de Apoio Técnico.

Gabinete das Universidades.
Direcção de Coordenação de Recuperações:

Gabinete Controlo de Gestão.
Departamento de Telecobranças.
Departamento de Gestão de Recuperações.
Departamento de Casos Especiais.

Dir. Coord. Riscos de Crédito.
Conselho Superior de Crédito.

Carlos Amaral de Pinho:

Direcção de Coordenação de Canais Complementares:

Departamento de Canal Telefónico.
Departamento de Self-Banking.
Departamento de NetB@nco.

Direcção de Coordenação de Organização, Optimização de Custos e Logística:

Adjunto da Direcção de Coordenação (DCOOCL).
Departamento de Desenvolvimento de Processos.
Departamento de Organização das Redes e Projectos Especiais.
Departamento de Compras, Comunicações e Transportes.
Departamento de Logística.
Departamento de Optimização e Controlo de Custos.

Direcção de Coordenação de Tecnologias e Sistemas:

Gabinete Planeamento e Controlo.
Gabinete Projectos Especiais.
Departamento de Canais e Arquitectura NET.
Departamento de lnformação Gestão e Sistemas Distribuídos.
Departamento de Desenvolvimento de Negócio.
Departamento de Infoestrutura Tecnológica.

Direcção de Coordenação de Imóveis e Segurança:

Gabinete Segurança.
Departamento de Obras.
Departamento de Estudos, Projectos e Património.

Departamento de Serviços Técnicos.
Direcção de Coordenação de Operações:

Gabinete Assessoria Técnica.
Departamento Estrangeiro e Pagamentos.
Departamento Operacional de Crédito.
Departamento de Títulos.

Departamento Operacional da Sala de Mercados.
Departamento de Crédito Hipotecário.

António Palma Ramalho:

Direcção de Coordenação de *Private Banking*:

Dir. Com. Private Banking Norte.
Dir. Com. Private Banking Sul.

Direcção de Coordenação de Promotores Externos:

Gabinete Técnico.
Dir. Promotores Norte (CPP).
Dir. Promotores Sul (CPP).

Dir. Internacional:

Departamento de Instituições Internacionais.
Departamento de Gestão e Controlo da Rede.
Departamento Comercial de Emigração.

Luís Alexandre:

Direcção de Coordenação de *Marketing* Central:

Planeamento e Adjunto de Direcção.
Gabinete de Produtos Particulares.
Gabinete de Produtos Pequenos Negócios.
Gabinete de Comunicações.
Gabinete Assessores.

Direcção de Coordenação de Produtos e Serviços:

Gabinete de Produtos Activo.
Gabinete de Produtos Passivo.
Gabinete de Serviços e Preçário.
Gabinete de Assessores Comerciais.

Direcção de Qualidade, Estudos e Informações a Clientes:

Gabinete de Controlo Orçamental e Preçário.
Gabinete de Apoio Clientes.
Gabinete de Estudos e Informação a Clientes.
Gabinete de Certificação e Auto-avaliação.

Gabinete de Estudos e Bases de Dados.

José Manuel Elias da Costa:

Direcção de Coordenação de Grandes Empresas Norte:

Dir. Com. Grandes Empresas Norte 1.
Dir. Com. Grandes Empresas Norte 2.
Dir. Com. Grandes Empresas Norte 3.

Direcção de Coordenação de Grandes Empresas Sul:

Adjunto da Direcção de Coordenação (DCGES).
Dir. Com. Grandes Empresas Sul 1.
Dir. Com. Grandes Empresas Sul 2.
Dir. Com. Grandes Empresas Sul 3.

Direcção de Coordenação de Tesouraria e Rendimento Fixo:

Departamento de *Trading/Market Making*.
Departamento de Tesouraria — Sala de Mercados.
Departamento de *Corporate*.

Movimentos de acções e obrigações dos membros dos órgãos administração e fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º Código das Sociedades Comerciais e na alínea *a*), do artigo 6.º, do Regulamento 11/2000 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2002, foram os seguintes:

Conselho de administração:

Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente:

Posição em acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

2000 acções do Banco Santander Central Hispano;
133 acções do Banco Santander Portugal;
134 acções do Banco Santander Portugal — cônjuge;
100 acções do Banco Totta & Açores.

Posição em obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

800 obrigações BSP — Cx. Inv. Europa 2002;
1098 obrigações Santander Investimento Europa;
50 obrigações Euro Rendimento Semestral.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 8 de Abril de 2002, subscrição de 1500 obrigações BSP — Santander Crescente, ao preço unitário de 50 euros.
Em 2 de Janeiro de 2002, reembolso de 1098 obrigações Santander Investimento Europa, ao preço unitário de 50 euros.

Em 27 de Junho de 2002, reembolso de 800 obrigações BSP — Santander Europa, ao preço unitário de 50 euros.
Em 8 de Julho de 2002, subscrição de 800 obrigações BSP — Max Desporto, ao preço unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

1500 obrigações BSP — Santander Crescente.
50 obrigações BSP — Euro Rendimento Semestral.
800 obrigações BSP Max Desporto.

Matias Rodriguez Inciarte, vice-presidente:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

468 975 acções do Banco Santander Central Hispano.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 3 de Janeiro de 2002, subscrição de 27 613 acções BSCH.
Em 27 de Dezembro de 2002, subscrição de 7473 acções BSCH.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

504 061 acções do Banco Santander Central Hispano.

António Mota de Sousa Horta Osório — vice-presidente:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

50 288 acções do Banco Santander Central Hispano.
4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.
2 acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de acções:

Em 31 de Julho de 2002, aquisição Bolsa 25 000 acções BSCH, ao preço unitário de 6,33 euros.
Em 6 de Agosto de 2002, aquisição Bolsa 35 000 acções BSCH, ao preço unitário de 5,80 euros.
Em 24 de Setembro de 2002, aquisição Bolsa 15 000 acções BSCH, ao preço unitário de 5,07 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

125 288 acções do Banco Santander Central Hispano.
4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.
2 acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

100 obrigações Port. CPP — Euro Valorização.
50 obrigações Port. CPP — Euro Banca.
50 obrigações Port. CPP — Euro Yen Valorização.
25 obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +.
50 obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras.
25 obrigações Port. CPP — Europa +.
25 obrigações Port. CPP — Euro Yen
25 obrigações Port. CPP — Duplinvest.
5 obrigações BSP — Cx Milénio V.
50 obrigações BSP — Cx Euro Crescimento.
50 obrigações BSP — Cx Inv. Europa 2002.
50 obrigações BSP — Cx 50, 30, 20.
25 obrigações BSP — Cx Aplic 9+.
25 obrigações BSP — Cx PSI-20 Rend. Seguro.
25 obrigações BSP — Cx Europa TOP 50.
25 obrigações BSP — Cx Banca Europa.
25 obrigações BSP — Super Taxa Gar. Euro.
100 obrigações Pte Totta Rend. Euro-0/02.
100 obrigações Pte Totta Rend. Valorização 2%.
100 obrigações Pte Totta Selecção Europa 3%.
50 obrigações Pte Totta + Rendimento 3,30% 20.
50 obrigações Pte Totta + Valorização.
50 obrigações Pte Totta Banca Europeia 2%.
25 obrigações Pte Totta Novo Invest. 9+ 3%.
25 obrigações Totta Max 20 — 01/03 2,50 2.
25 obrigações Totta Max 28 — Cx 01/04 3,00.
25 obrigações Totta V Men. V.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções de obrigações:

Em 3 de Março de 2002, reembolso de 50 obrigações BSP Euro Crescimento, ao preço unitário de 50 euros.
Em 27 de Junho de 2002, reembolso de 50 obrigações BSP Santander Inv. Europa, ao preço unitário de 50 euros.
Em 4 de Novembro de 2002, subscrição de 50 obrigações BSP Valor Oriente, ao preço unitário de 50 euros.
Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA — Totta Europreço, ao preço unitário de 50 euros.
Em 25 de Fevereiro de 2002, subscrição de 250 obrigações BTA — Totta Mundial 2002, ao preço unitário de 50 euros.
Em 29 de Abril de 2002, subscrição de 50 obrigações Totta Max 4, ao preço unitário de 50 euros.
Em 11 de Junho de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA — Multisatisfação, ao preço unitário de 50 euros.
Em 4 de Outubro de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA — Totta Valor Europa, ao preço unitário de 50 euros.
Em 21 de Outubro de 2002, reembolso de 100 obrigações Totta Rend. Euro-00/02, ao preço unitário de 50 euros.
Em 2 de Dezembro de 2002, subscrição de 100 obrigações BTA — Totta Cresc. Europa, ao preço unitário de 50 euros.
Em 30 de Dezembro de 2002, subscrição de 50 obrigações BTA — Totta Inv. Banca, ao preço unitário de 50 euros.
Em 1 de Agosto de 2002, reembolso de 50 obrigações Port. CPP Euro Yen Valorização, ao preço unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

100 obrigações Port. CPP — Euro Valorização.
50 obrigações Port. CPP — Euro Banca.
25 obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9 +.
50 obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras.
25 obrigações Port. CPP — Europa +.
25 obrigações Port. CPP — Euro Yen II.
25 obrigações Port. CPP — Duplinvest.
5 obrigações BSP — Cx Milénio V.
50 obrigações BSP — Cx 50,30,20.
25 obrigações BSP — Cx Aplic 9+.
25 obrigações BSP — Cx PSI-20 Rend. Seguro.
25 obrigações BSP — Cx Europa TOP 50.
25 obrigações BSP — Cx Banca Europa.
25 obrigações BSP — Super Taxa Gar. Euro.
50 obrigações BSP — Valor Oriente.
100 obrigações Pte Totta Rend. Valorização 2,00%.
100 obrigações Re Totta Selecção Europa 3,00%.
50 obrigações Pte Totta + Rendimento 3,30% 20.
50 obrigações Pte Totta + Valorização.
50 obrigações Pte Totta Banca Europeia 2,00%.
25 obrigações Pte Totta Novo Invest.9+ 3,00%.
25 obrigações Totta Max 20 — 01/03 2,50 2.
25 obrigações Totta Max 28 — CX 01/04 3,00.
25 obrigações Totta V Men. V.
50 obrigações BTA — Totta Europreço.
250 obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
50 obrigações Totta Max 4.
50 obrigações BTA — Multisatisfação.
50 obrigações BTA — Totta Valor Europa.
100 obrigações BTA — Totta Cresc. Europa.
50 obrigações BTA — Totta Inv. Banca.

António José Sacadura Vieira Monteiro, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

2091 acções do Banco Santander Central Hispano.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

250 obrigações CPP — Euro Banca.
20 obrigações CPP — Aplicação 2001/2003.
53 obrigações CPP — Garantido seis anos.

António Manuel Palma Ramalho, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

1389 acções do Banco Santander Central Hispano.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

600 obrigações Port. CPP — Euro Yen Valorização.
800 obrigações Port. CPP — Euro Banca.
798 obrigações Port. CPP — Euro Valorização.
600 obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras.
800 obrigações Port. CPP — Novo Investidor 9+.
600 obrigações Port. CPP Aplicação 8,25.
500 obrigações CPP Europa +.
300 obrigações Port. CPP CPP/2001 Caixa Sub..
100 obrigações Port. CPP Euro Yen II.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 100 obrigações CPP Euro Preço, ao preço unitário de 50 euros.
Em 28 de Março de 2002, subscrição de 400 obrigações CPP Crescente, ao preço unitário de 50 euros.
Em 29 de Abril de 2002, subscrição de 300 obrigações CPP Max 4, ao preço unitário de 50 euros.
Em 10 de Julho de 2002, subscrição de 400 obrigações Totta Mundial 2002, ao preço unitário de 50 euros.
Em 15 de Julho de 2002, subscrição de 300 obrigações CPP Cabraz Clássico, ao preço unitário de 50 euros.
Em 1 de Agosto de 2002, subscrição de 150 obrigações CPP Real Estate, ao preço unitário de 50 euros.
Em 2 de Agosto de 2002, reembolso de 600 obrigações Port. CPP — Euro Yen Valorização, ao preço unitário de 50 euros.
Em 29 de Outubro de 2002, venda de 100 obrigações Port. CPP Euro Yen II, ao preço unitário de 50 euros.
Em 4 de Novembro de 2002, subscrição de 100 obrigações CPP Valor Oriente, ao preço unitário de 50 euros.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

800 obrigações Port. CPP — Euro Banca.
798 obrigações Port. CPP — Euro Valorização.
600 obrigações Port. CPP — Euro Seguradoras.
800 obrigações Port. CPP — Novo Investidor 9+.
600 obrigações Port. CPP Aplicação 8,25.
300 obrigações Port. CPP CPP/2001 Caixa Sub.
500 obrigações CPP Europa +.
100 obrigações CPP Euro Preço.
400 obrigações CPP Crescente.
300 obrigações CPP Max 4.
300 obrigações CPP Cabraz Clássico.
150 obrigações CPP Real Estate.
100 obrigações CPP Valor Oriente.
400 obrigações Totta Mundial 2002.

Eduardo José Stock da Cunha, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002 detinha:

1742 acções do Banco Santander Central Hispano
1310 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

10 obrigações CPP — Euro-Yen II.
10 obrigações BSP — Cx. Rent. Garantida.
10 obrigações BSP — Cx. Super Taxa GAR. Euro.
10 obrigações BSP — Cx. Telecomunicações.
10 obrigações BSP — Cx. Plus.
25 obrigações Totta Max 28.
10 obrigações Totta Mensal.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções:

Em 28 de Janeiro de 2002, detinha 60 obrigações BSP — Santander Euro Valor, ao preço unitário de 50 euros.
Em 28 de Janeiro de 2002, detinha 60 obrigações BSP — Santander Euro Preço, ao preço unitário de 50 euros.
Em 28 de Março de 2002, detinha 30 obrigações CPP — Crédito Predial Crescente, ao preço unitário de 50 euros.
Em 29 de Abril de 2002, detinha 20 obrigações CPP — Crédito Predial Max 4, ao preço unitário de 50 euros.
Em 1 de Agosto de 2002, detinha 150 obrigações CPP — Real Estate, ao preço unitário de 50 euros.
Em 25 de Março de 2002, detinha 10 obrigações BTA — Totta Crescente, ao preço unitário de 50 euros.
Em 29 de Abril de 2002, detinha 10 obrigações Totta Max 4, ao preço unitário de 50 euros.
Em 11 de Junho de 2002, detinha 10 obrigações BTA — Totta Multisatisfação, ao preço unitário de 50 euros.
Em 25 de Fevereiro de 2002, detinha 20 obrigações BTA — Totta Mundial 2002, ao preço unitário de 50 euros.
Em 4 de Outubro de 2002, detinha 20 obrigações BTA — Totta Valor Europa, ao preço unitário de 50 euros.
Em 2 de Dezembro de 2002, detinha 20 obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22, ao preço unitário de 50 euros.
Em 30 de Dezembro de 2002, detinha 10 obrigações BTA — Totta Investimento Banca, ao preço unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 detinha:

10 obrigações BSP — Cx. Rent. Garantida.
10 obrigações BSP — Cx. Super Taxa Gar. Euro.
10 obrigações BSP — Cx. Telecomunicações.
10 obrigações BSP — Cx. Plus.
60 obrigações BSP — Santander Euro Valor.
60 obrigações BSP — Santander Euro Preço.
10 obrigações CPP — Euro-Yen II.
30 obrigações CPP — Crédito Predial Crescente.
20 obrigações CPP — Crédito Predial Max 4.
150 obrigações CPP — Real Estate.
25 obrigações Totta Max 28.
10 obrigações Totta Mensal.
10 obrigações Totta Max 4.
10 obrigações BTA — Totta Crescente.
10 obrigações BTA — Totta Multisatisfação.
20 obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
20 obrigações BTA — Totta Valor Europa.
20 obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22.
10 obrigações BTA — Totta Investimento Banca.

José Carlos Sítima, vogal:

Posição em acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

1048 acções do Banco Santander Portugal.

Posição em obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

1000 obrigações CPP Euro Valorização.
300 obrigações CPP Euro Banca.

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002 detinha:

225 acções do Banco Santander Central Hispano.

Durante o ano de 2002 efectuou as seguintes transacções:

Em 1 de Agosto de 2002, detinha 500 obrigações BSP Real Estate, ao preço unitário de 50 euros.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

20 obrigações Port. — Euro Valorização.
40 obrigações CPP Aplicação 8,25.
500 obrigações BSP Real Estate — cônjuge.

Crédito Predial Português Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

2500 acções do Banco Santander Central Hispano.
1310 acções do Banco Santander Portugal.

Posição em obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

200 obrigações BSP — Cx. Europa Top-50.

Nuno Manuel Silva Amado, vogal:

Posição de acções:

Em 31 de Dezembro de 2001 detinha:

3976 acções do Banco Santander Central Hispano.
2100 acções do Banco Santander Portugal.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 30 de Setembro de 2002, aquisição de Bolsa Estrangeiro 5000 acções BSCH, ao preço unitário de 5,05 euros.
Em 30 de Setembro de 2002, aquisição de 5000 acções BSCH, ao preço unitário de 5,25 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

13 976 acções do Banco Santander Central Hispano.
2100 acções do Banco Santander Portugal.

Posição de obrigações:

Em 31 de Dezembro de 2001, detinha:

300 obrigações BSP — Cx. Euro acções Cap. Gar. 98.
10 obrigações BSP — Cx. Euro Rend. Semestral.
6 obrigações BSP — Cx.Milénio III.
300 obrigações BSP — Cx. Euro Crescimento.

Durante o ano de 2002, efectuou as seguintes transacções:

Em 2 de Janeiro de 2002, reembolso de 300 obrigações BSP — Euro Acções Capital Garantido, ao preço unitário de 50,00 euros.
Em 4 de Abril de 2002, reembolso 300 obrigações BSP — Cx. Euro Crescimento, ao preço unitário de 50,00 euros.
Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 100 obrigações BSP — Santander Euro Valor, ao preço unitário de 50 euros.
Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 200 obrigações BSP — Euro Preço, ao preço unitário de 50,00 euros.
Em 11 de Junho de 2002, subscrição de 300 obrigações BSP — Santander Multisatisfação, ao preço unitário de 50 euros.
Em 28 de Janeiro de 2002, subscrição de 200 obrigações BTA — Totta Euro Preço, ao preço unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, detinha:

10 obrigações BSP — Cx. Euro Rend. Semestral.
6 obrigações BSP — Cx. Milénio III.
100 obrigações BSP — Santander Euro Valor.
300 obrigações BSP — Santander Multisatisfação.
200 obrigações BSP — Euro Preço.
200 obrigações BTA — Totta Euro Preço.

Participações qualificadas

Anexo ao relatório anual do órgão de administração a que se refere o n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e o artigo 6.º, alínea *e*) do Regulamento 11/2000 da CMVM:

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 6.º, alínea *e*), do Regulamento 11/2000 da CMVM, informa-se que:

São accionistas com 10% ou mais do capital social:

	Número de acções	Capital social (percent.)	Direito de voto (percent.)
Foggia, SGPS, S. A.	33 211 811	59,31	59,31
Petrofinac	14 935 522	26,67	26,67

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal.

Balanços da actividade global em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em euros)

	Notas	2002			2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	52	42 367 615	–	42 367 615	91 826 720
2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	53	59 151 756	–	59 151 756	190 414 926
3 — Outros créditos sobre instit. de crédito	14	555 753 771	40 424	555 713 347	467 288 917
4 — Créditos sobre clientes	14	8 744 430 181	117 102 809	8 627 327 372	7 953 978 273
5 — Obrig. e outros títulos de rendim. fixo		88 546 733	52 536	88 494 197	156 868 532
a) Obrig. e outros títulos de rendim. fixo:					
De emissores públicos	10	21 827 231	269	21 826 962	21 412 781
b) Obrig. e outros títulos de rendim. fixo:					
De outros emissores	10	66 719 502	52 267	66 667 235	135 455 751
6 — Acções e outros títulos de rendim. variável	10	48 887 476	6 726 881	42 160 595	28 409 774
7 — Participações	6	10 621 082	189 664	10 431 418	10 458 241
8 — Partes do capital em empresas coligadas	6	287 953 630	387 535	287 566 095	285 893 053
9 — Imobilizações incorpóreas	11	58 248 420	48 155 612	10 092 808	10 131 658
10 — Imobilizações corpóreas	11	261 427 836	141 204 232	120 223 604	126 274 291
(Das quais: imóveis)		(170 992 488)	(63 923 746)	(107 068 742)	(110 993 687)
13 — Outros activos	31	299 510 088	7 112 210	292 397 878	306 205 415
14 — Contas de regularização	27	157 431 947	–	157 431 947	95 928 649
Total do activo		10 614 330 535	320 971 903	10 293 358 632	9 723 678 449

PASSIVO

	Notas	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito		5 252 168 632	4 453 074 373
a) À vista	18	11 007 442	115 807 977
b) A prazo ou com pré-aviso	18	5 241 161 190	4 337 266 396
2 — Débitos para com clientes		3 309 092 661	3 828 918 078
a) Depósitos de poupança	18	279 858 041	292 101 529
b) Outros débitos		3 029 234 620	3 536 816 549
ba) À vista	18	1 062 036 368	1 644 963 535
bb) A prazo	18	1 967 198 252	1 891 853 014
3 — Débitos representados por títulos		425 084 564	229 484 614
a) Obrigações em circulação	19	425 060 300	229 460 350
b) Outros		24 264	24 264
4 — Outros passivos	31	21 791 939	26 773 246
5 — Contas de regularização	27	99 149 356	149 970 576
6 — Provisões para riscos e encargos		152 345 015	139 579 025
a) Provisões para pensões e encargos similares		–	–
b) Outras provisões	25	152 345 015	139 579 025
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	25	–	4 371 036
8 — Passivos subordinados	22	437 606 368	497 376 053
9 — Capital subscrito	29 e 51	280 000 000	235 000 000
10 — Prémios de emissão	51	163 703 281	79 553 281
11 — Reservas	51	24 082 104	20 498 673
12 — Reservas de reavaliação	51	23 245 192	23 245 192
13 — Resultados transitados	51	32 250 871	–
14 — Lucro do exercício	51	72 838 649	35 834 302
Total do passivo e da situação líquida		10 293 358 632	9 723 678 449

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2002	2001
1 — Passivos eventuais	23	285 287 533	381 193 824
Dos quais:			
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados		–	–
Cauções e activos dados em garantia		62 181 748	171 419 325
2 — Compromissos	23	720 964 584	1 093 614 458
Dos quais:			
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra		–	–

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstrações de resultados por naturezas da actividade global em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

CUSTOS

(Em euros)

	Notas	2002	2001
1 — Juros e custos equiparados	55	290 517 931	344 295 336
2 — Comissões		29 424 112	23 522 254
3 — Prejuízos em operações financeiras		63 487 662	71 354 854
4 — Gastos gerais administrativos		98 091 085	117 300 547
a) Custos com pessoal	56	64 105 940	81 446 617
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(50 330 076)	(48 143 580)
(— encargos sociais)		(13 337 206)	(23 056 802)
Dos quais:			
(— com pensões)	49	(3 969 119)	(14 244 216)
b) Outros gastos administrativos		33 985 145	35 853 930
5 — Amortizações do exercício	11	16 322 136	17 166 978
6 — Outros custos de exploração	39	772 694	503 794

(Em euros)

	Notas	2002	2001
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito vencido e para outros riscos	25	87 916 208	79 315 465
8 — Provisões para imobilizações financeiras	25	365 158	973
10 — Resultado da actividade corrente		(91 362 381)	(45 739 581)
11 — Perdas extraordinárias	39	12 981 412	5 402 913
13 — Impostos sobre os lucros	41	15 200 464	12 467 803
14 — Outros impostos		950 384	512 449
15 — Lucro do exercício	51	72 838 649	35 834 302
Total		688 867 895	707 677 668

PROVEITOS

	Notas	2002	2001
1 — Juros e proveitos equiparados	54	477 890 278	533 323 011
(Dos quais: de títulos de rendimento fixo)		(7 496 289)	(3 659 474)
2 — Rendimento de títulos	57	28 100 585	14 396 097
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		14 738 259	27 290
b) Rendimento de participações		469 936	218 097
c) Rendimento de partes do capital em empresas coligadas		12 892 390	14 150 709
3 — Comissões		51 321 717	46 766 632
4 — Lucros em operações financeiras		59 076 737	66 886 089
5 — Reposições e anul. respeit. a correc. de valor relat. a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	25	44 941 160	22 169 718
6 — Reposições e anul. respeit. a correc. de valor relat. a valores mobiliários que tenham o carácter de imobiliz. financ., a particip. e a partes de capital em empr. coligadas	25	100 439	–
7 — Outros proveitos de exploração	39	16 828 451	15 658 235
9 — Ganhos extraordinários	39	10 608 528	8 477 887
Total		688 867 895	707 677 668

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstrações dos resultados individuais por funções em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	2002	2001
Margem financeira	187 372 347	189 027 675
Provisões para riscos de crédito	(37 890 768)	(33 953 405)
Recuperações de crédito	8 312 641	8 744 528
Margem de intermediação	157 794 220	163 818 798
Comissões líquidas	21 897 605	23 244 378
Outros resultados de exploração	7 743 116	6 409 913
Margem de serviços	29 640 721	29 654 291
Rendimento de títulos	28 100 585	14 396 096
Resultados em operações financeiras	(4 410 925)	(4 468 765)
Provisões para depreciação de títulos	10 848 946	415 898
Margem da função de investimento	34 538 606	10 343 229
Outros custos	(950 384)	(512 449)
Resultados antes dos custos de transformação	221 023 163	203 303 869
Custos com o pessoal	(64 105 940)	(81 446 617)
Outros custos administrativos	(33 985 145)	(35 853 930)
Amortizações	(16 322 136)	(17 166 978)
Custos de transformação	(114 413 221)	(134 467 525)
Resultado operacional	106 609 942	68 836 344
Outras provisões	(16 197 945)	(23 609 213)
Resultados na alienação de participações financeiras	–	(1 129 551)
Outros resultados extraordinários	(2 372 884)	4 204 525
Resultados antes de impostos	88 039 113	48 302 105

(Em euros)

	2002	2001
Impostos	(15 200 464)	(12 467 803)
Resultado líquido	72 838 649	35 834 302
Resultado por acção	1,30	0,76
Produto bancário	249 015 369	237 353 825

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	2002	2001
Fluxo de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	533 960 445	593 769 160
Juros e comissões pagas	(339 095 360)	(320 413 802)
Recuperação de crédito e de juros anulados em exercícios anteriores	8 312 641	7 174 593
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(102 288 344)	(102 197 119)
Contribuição para o fundo de pensões	(73 710 455)	(86 909 000)
Outros recebimentos/(pagamentos)	29 435 417	(10 337 025)
Fluxos de caixa operacionais antes das alterações nos activos operacionais	56 614 344	81 086 807
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito	(88 416 753)	695 860 155
Créditos sobre clientes	(714 244 701)	(1 183 768 305)
Outros activos operacionais	(6 424 176)	(14 018 534)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	799 094 258	517 068 254
Débitos para com clientes	(519 825 420)	(254 491 524)
Débitos representados por títulos	195 599 950	80 781 200
Outros passivos operacionais	(4 373 598)	591 462
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	(281 976 096)	(76 890 485)
(Pagamento)/recebimento de impostos sobre lucros	(13 626 835)	2 098 558
Caixa líquida das actividades operacionais	(295 602 931)	(74 791 927)
Fluxo de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	27 168 346	14 368 806
Compra de títulos de investimento	(1 085 376 996)	(559 804 645)
Compra de participações e de partes de capital em empresas coligadas	(1 686 479)	(286 813 903)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento	1 135 810 621	420 840 422
Valores recebidos na venda de participações e de partes de capital em empresas coligadas	396 609	–
Compra de imobilizações	(13 400 348)	(21 326 737)
Valores recebidos na venda de imobilizações	3 164 738	6 827
Imóveis e outros bens recebidos em dação	6 504 838	5 494 349
Juros recebidos	4 315 988	5 379 237
Caixa líquida das actividades de investimento	76 897 317	(421 855 644)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:		
Emissão de obrigações subordinadas	15 050 000	330 278 757
Reembolso de obrigações subordinadas	(74 819 685)	–
Remuneração paga dos títulos de participação	(2 739 133)	(1 930 411)
Remuneração paga dos empréstimos obrigacionistas subordinados	(21 748 869)	(14 952 873)
Remuneração paga de obrigações de caixa	(6 908 974)	(5 932 986)
Prestações acessórias de capital	–	(100 008 978)
Aumento de capital e prémios de emissão	129 150 000	200 905 817
Caixa líquida das actividades de financiamento	37 983 339	408 359 326
(Diminuição)/Aumento líquido em caixa e seus equivalentes	(180 722 275)	(88 288 245)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	282 241 646	370 529 891
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	101 519 371	282 241 646

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Balanços da actividade consolidada em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em euros)

	Notas	2002			2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	52	42 369 643	–	42 369 643	91 827 584
2 — Disponib.à vista sobre instituições de crédito	53	146 676 495	–	146 676 495	195 239 308
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	648 825 401	40 424	648 784 977	581 441 248
4 — Créditos sobre clientes	14	8 983 016 488	117 102 809	8 865 913 679	8 037 822 065
5 — Obrigações e outros títulos de rendim. fixo		327 388 825	52 536	327 336 289	404 705 919
a) De emissores públicos	10	21 827 231	269	21 826 962	21 412 781
b) De outros emissores	10	305 346 451	9 068	305 337 383	383 112 579
c) Títulos próprios	10	215 143	43 199	171 944	180 560
6 — Acções e outros títulos de rendim. variável	10	264 485 163	6 726 882	257 758 281	244 007 461
7 — Partes do capital em empresas associadas	6	1 881 276	–	1 881 276	1 591 110
9 — Outras participações financeiras	6	10 634 976	204 753	10 430 223	10 457 044
10 — Imobilizações incorpóreas	11	58 759 014	48 666 206	10 092 808	10 131 657
11 — Imobilizações corpóreas	11	271 085 254	143 277 587	127 807 667	133 974 661
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)		(146 477 633)	(43 102 567)	(103 375 066)	(106 721 123)
16 — Outros activos	31	211 191 668	13 442	160 272 476	93 096 855
Total do activo		11 126 586 679	329 513 526	10 797 073 153	10 012 345 116

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito		5 735 988 314	4 716 919 849
a) À vista	18	11 007 442	113 794 745
b) A prazo ou com pré-aviso	18	5 724 980 872	4 603 125 104
2 — Débitos para com clientes		3 309 004 144	3 828 885 086
a) Depósitos de poupança	18	279 858 041	292 101 529
b) Débitos à vista	18	1 061 947 851	1 644 930 542
c) Débitos a prazo	18	1 967 198 252	1 891 853 014
3 — Débitos representados por títulos		425 084 564	229 484 614
a) Obrigações em circulação	19	425 060 300	229 460 350
b) Outros		24 264	24 264
4 — Outros passivos	31	23 012 713	29 825 720
5 — Contas de regularização	27	108 227 484	164 430 839
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial		–	–
7 — Diferenças de consolidação		–	–
8 — Provisões para riscos e encargos		156 294 887	143 577 832
a) Provisões para pensões e encargos similares		–	–
b) Outras provisões	25	156 294 887	143 577 832
9 — Fundo para riscos bancários gerais	25	–	4 371 036
10 — Passivos subordinados	22	437 606 368	497 376 053
16 — Interesses minoritários		–	–
11 — Capital subscrito	29 e 51	280 000 000	235 000 000
12 — Prémios de emissão	51	163 703 281	79 553 281
13 — Reservas	51	40 082 445	21 865 013
14 — Reservas de reavaliação	51	23 245 192	23 245 192
15 — Resultados transitados	51	19 577 069	–
17 — Lucro consolidado do exercício	51	75 246 692	37 810 601
Total do passivo e da situação líquida		10 797 073 153	10 012 345 116

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2002	2001
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	23	285 287 533	383 896 894
Dos quais:			
Aceites e endossos		–	–
Garantias e avales		222 580 797	163 508 491
Outros		–	–
2 — Compromissos	23	720 964 584	1 309 279 381
Dos quais:			
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra		–	–

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstrações dos resultados consolidados por naturezas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

CUSTOS

(Em euros)

	Notas	2002	2001
1 — Juros e custos equiparados	55	307 675 697	348 576 127
2 — Comissões		29 625 828	24 174 120
3 — Prejuízos em operações financeiras		60 748 759	43 125 343
4 — Gastos gerais administrativos		100 912 598	119 442 070
a) Custos com pessoal	56	64 870 553	82 737 962
b) Outros gastos administrativos		36 042 045	36 704 108
5 — Amortizações do exercício	11	16 439 598	17 302 187
6 — Outros custos de exploração	39	773 193	513 981
7 — Provisões para crédito de cobr. duvidosa, crédito vencido e para outros riscos	25	87 975 574	81 684 291
8 — Provisões para imobilizações financeiras	25	1 883	972
9 — Perdas extraordinárias	39	13 515 492	5 323 979
10 — Impostos sobre os lucros	41	16 625 862	14 062 280
11 — Outros impostos		962 282	742 186
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação			469
13 — Interesses minoritários		–	–
14 — Lucro consolidado do exercício	51	75 246 692	37 810 601
Total		710 503 458	692 758 606

PROVEITOS

	Notas	2002	2001
1 — Juros e proveitos equiparados	54	515 782 611	549 301 718
2 — Rendimento de títulos	57	15 208 194	450 978
3 — Comissões		51 455 966	48 021 438
4 — Lucros em operações financeiras		54 397 321	45 759 280
5 — Reposições e anulações de provisões	25	45 636 085	22 883 770
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	308	32 646	
7 — Outros proveitos de exploração	39	17 291 715	16 154 637
8 — Ganhos extraordinários	39	10 731 258	10 154 139
Total		710 503 458	692 758 606

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstrações dos resultados consolidados por funções em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	2002	2001
Margem financeira	208 106 914	200 725 591
Provisões para riscos de crédito	(37 891 768)	(33 951 997)
Recuperações de crédito	8 312 641	8 747 982
Margem de intermediação	178 527 787	175 521 576
Comissões líquidas	21 830 138	23 847 318
Outros resultados de exploração	8 205 881	6 892 674
Margem de serviços	30 036 019	30 739 992
Rendimento de títulos	15 208 194	450 978
Resultados de empresas consolidadas por equivalência patrimonial	308	32 646
Resultados em operações financeiras	(6 351 438)	2 633 937
Provisões para depreciação de títulos	11 300 074	(80 027)
Margem da função de investimento	20 157 138	3 037 534
Outros custos	(962 282)	(742 186)
Resultados antes dos custos de transformação	227 758 662	208 556 916
Custos com o pessoal	(64 870 553)	(82 737 962)
Outros custos administrativos	(36 042 045)	(36 704 108)
Amortizações	(16 439 598)	(17 302 187)
Custos de transformação	(117 352 196)	(136 744 257)
Resultado operacional	110 406 466	71 812 659
Outras provisões	(15 749 678)	(24 769 938)
Resultados na alienação de participações financeiras	–	1 200 741
Outros resultados extraordinários	(2 784 234)	3 629 419
Resultados antes de impostos	91 872 554	51 872 881
Impostos	(16 625 862)	(14 062 280)
Resultado líquido	75 246 692	37 810 601
Resultado por acção	1,34	0,68
Produto bancário	255 312 638	243 331 126

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	2002	2001
Fluxo de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	558 468 029	604 215 819
Juros e comissões pagas	(353 762 032)	(322 242 088)
Recuperação de crédito e de juros anulados em exercícios anteriores	8 312 641	7 174 593
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(105 605 657)	(103 928 001)
Contribuição para o fundo de pensões	(73 710 455)	(86 909 000)
Outros recebimentos/(pagamentos)	29 716 854	(7 680 601)
Fluxos de caixa operacionais antes das alterações nos activos operacionais	63 419 380	90 630 722
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito	(65 760 240)	616 381 172
Créditos sobre clientes	(868 987 214)	(1 266 342 961)
Outros activos operacionais	(16 573 264)	(1 115 699)

(Em euros)

	2002	2001
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	1 019 068 468	701 040 841
Débitos para com clientes	(519 880 940)	(258 340 251)
Débitos representados por títulos	195 599 950	80 781 200
Outros passivos operacionais	(10 532 525)	(8 860 895)
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	(203 646 385)	(45 825 871)
(Pagamento)/recebimento de Impostos sobre lucros	(16 932 060)	1 277 228
Caixa líquida das actividades operacionais	(220 578 445)	(44 548 643)
Fluxo de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	14 275 956	423 689
Compra de títulos de investimento	(1 085 376 996)	(793 985 270)
Compra de participações e de partes de capital em empresas coligadas	(3 086 479)	(286 813 903)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento	1 144 853 382	536 530 634
Valores recebidos na venda de participações e partes de capital em empresas coligadas	396 609	390 369
Compra de imobilizações	(13 335 632)	(21 328 249)
Valores recebidos na venda de imobilizações	3 098 869	603 821
Imóveis e outros bens recebidos em dação	6 907 687	5 494 349
Juros recebidos	16 770 672	9 951 951
Caixa líquida das actividades de investimento	84 504 068	(548 732 609)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:		
Emissão de obrigações subordinadas	15 050 000	330 278 757
Reembolso de obrigações subordinadas	(74 819 685)	–
Remuneração paga dos títulos de participação	(2 739 133)	(1 930 411)
Remuneração paga dos empréstimos obrigacionistas subordinados	(21 748 869)	(14 952 873)
Remuneração paga de obrigações de caixa	(6 908 974)	(5 932 986)
Aumento de capital e prémios de emissão	129 150 000	200 905 817
Caixa líquida das actividades de financiamento	37 983 339	508 368 304
(Diminuição)/aumento líquido em caixa e seus equivalentes	(98 091 038)	(84 912 948)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	287 066 892	372 060 860
Caixa e seus equivalentes da Madeisisa em Abril de 2002	55 869	–
Caixa e seus equivalentes da Sulférias em Dezembro de 2002	14 415	–
Caixa e seus equivalentes da Totta Irland PLC em Junho de 2001	–	72 141
Caixa e seus equivalentes da Santander Imovest em Maio de 2001	–	(153 161)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	189 046 138	287 066 892

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2002

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valia (+)	Menos-valia (–)
A) Títulos — negociação					–	–	–
De rendimento fixo — emitidos por residentes					–	–	–
De dívida pública portuguesa					–	–	–
Outros emissores					–	–	–
Obrigações					–	–	–
Outros obrigações					–	–	–
Valores de rendimento variável					–	–	–
Emitidos por não residentes					–	–	–
Acções	–	–	–	–	–	–	–
Soma					–	–	–
Total de títulos de negociação					–	–	–
B) Títulos — investimento					–	–	–
De rendimento fixo — de emissores públicos					–	–	–
De dívida pública portuguesa					–	–	–
A curto prazo					–	–	–
A médio e a longo prazos				–	–	–	–
Tesouro — Médio prazo/1997/04 — OTRV	17 000 000	0,01	0,01	0,01	169 773,50	90,50	–
Tesouro — Médio prazo/1996/03 — OTRV	36 400 000	0,01	0,01	0,01	364 269,32	–	269,32
Tesouro — Médio prazo/Jan./1994/04 — OEVT	2 058 773 356	0,01	0,01	0,01	20 773 681,17	1 111 079,60	–
Tesouro — Médio prazo/Abr./1998/03 — OEVT	84	0,01	0,01	0,01	0,84	–	–
Tesouro — Médio prazo/Out./2000/05 — OEVT	50 000 000	0,01	0,01	0,01	519 505,94	6 744,06	–
Soma					21 677 230,77	1 117 914,17	269,32
De outros emissores públicos nacionais					–	–	–
A médio e a longo prazos					–	–	–
Soma					–	–	–
De rendimento fixo — de outros emissores					–	–	–
Emitidos por residentes					–	–	–
A curto prazo					–	–	–
Ricardo Gallo — Vidro de Embalagem, S. A. — 28.ª emissão	30	50 000,00	50 000,00	–	1 500 000,00	–	–
Soma					1,500 000,00	–	–

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valia (+)	Menos-valia (–)
Obrigações de caixa					–	–	–
Obrigações de caixa BSP — Taxa fixa 2002	1 250 000	50,00	50,00	–	62 500 000,00	–	–
Soma					62 500 000,00	–	–
A médio e a longo prazos					–	–	–
Caixa Totta 6.6 — 1.ª série — Obrig. Cx.	4 703	50,00	50,00	–	235 150 00	–	–
Caixa Totta 6.6 — 2.ª série — Obrig. Cx.	30 435	50,00	50,00	–	1 521 750,00	–	–
Caixa Totta 6.6 — 3.ª série — Obrig. Cx.	14 050	50,00	50,00	–	702 500,00	–	–
BSM Tops 1997	4 489 181	0,01	0,01	0,01	44 959,15	–	9 068,15
Soma					2 504 359,15	–	9 068,15
De rendimento fixo — emitido por não residentes					–	–	–
Soma					–	–	–
Valores de rendimento variável					–	–	–
Emitidos por residentes					–	–	–
Acções					–	–	–
Portugália	50 000	5,00	9,88	–	493 809,92	–	486 766,00
Geofinança — Portador	16 277	4,99	3,99	–	64 951,47	–	64 953,46
Geofinança — Nominolivos	75 462	4,99	4,04	–	304 783,03	–	304 780,48
Fábrica Portugal, S. A.	11 170	4,99	0,05	–	585,02	–	30,00
Funfrap — Fundição Portuguesa, S. A. R. L.	50 000	4,99	0,50	–	25 064,59	377 560,08	–
Procapital — Investimentos Imobiliários, S. A.	236 126	4,99	9,04	–	2 134 117,61	–	2 134 118,00
CPC — Imobiliária, S. A.	62 000	4,99	0,07	–	4 329 57	–	4 330,00
Sociedade Têxtil a Flor do Campo, S. A.	42 500	4,99	4,99	–	211 989,11	–	211 989,00
FAFER — Empreend. Urbanist. e de Construção, S. A.	35 271	4,99	22,45	–	791 667,08	–	588 661,00
Gestinsua, S. A.	87	5,00	35,49	–	3 087,45	–	2 669,00
Nova Vouga — Ind. Alimentação, S. A. R. L.	27 117	4,99	0,05	–	1 420,22	–	1 421 57
Pirites Alentejanas	317 922	5,00	4,99	–	1 585 793,54	–	1 585 794,00
Finangest — Emp. Financ. Gestão e Desenv., S. A. R. L.	74 250	5,00	11,97	–	888 857,85	–	312 682,00
PME — Capital, S. A.	100 000	5,00	4,99	–	498 797,90	–	54 685,00
Sodera — Soc. Desenvolv. Regional Alentejo, S. A.	2 437	24,94	16,96	–	41 337,88	–	18 475,00
Soset — Soc. Desenv. Reg. Penins. Setúbal, S. A.	15 000	4,99	4,99	–	74 819,68	–	20 171,00
PMF. Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A.	100 000	4,99	4,99	–	498 797,90	–	144 649,00
Vilatêxtil	10 000	4,99	4,99	–	49 879,79	–	49 680,00
Soma					7 674 089,59	377 560,09	5 966 254,52
Quotas	–	–	–	–	–	–	–
Porticentro — Soc. Constr. Gestão e Turismo, L.da	1	4 825,87	50 189,04	–	50 189,04	–	50 189,00
Soma					50 189,04	–	50 189,00

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valia (+)	Menos-valia (–)
Títulos de participação					–	–	–
Soma					–	–	–
Unidades de participação					–	–	–
FRIE PME Capital	58	24 939,89	23 133,90	–	1 341 766,34	–	561 150,00
FRIE PME Capital Retex	16	24 939,89	24 939,89	–	399 038,32	–	46 434,00
FRIE PME Investimentos	58	24 939,89	17 113,93	–	992 607,82	–	–
FRIE PME Investimentos Retex	16	24 939,89	24 939,89	–	399 036 32	–	76 169,00
FRIE — IPE Capital — Retex/PAIEP	16	24 939,89	24 939,89	–	399 038,32	9 507,09	–
Margueira — Soc. Gest. de Fundos Imobiliários, S. A.	2 841 527	5,00	4,99	–	14 173 476,92	–	–
Imovest	915 985	5,00	8,64	9,09	7 911 352,45	415 409,19	–
Multiglodal	2 504 420	5,00	5,00	5,06	12 519 846,02	148 512,11	–
Soma					38 136 164,50	573 428,39	683 753,00
Outros valores					–	–	–
Soma					–	–	–
Emitidos por não residentes					–	–	–
Acções					–	–	–
Ausant Holding					3 020 348,57	–	–
Companhia Diamantes de Angola	660	2,49	10,13	–	6 684,59	–	6 684,59
Soma					3 027 033,16	–	8 884,59
Títulos próprios					–	–	–
De rendimento fixo					–	–	–
A médio e a longo prazos					–	–	–
CPP Tops 1997	21 495 695	0,01	0,01	0,01	215 143,26	–	43 199,20
Soma					215 143,26	–	43 199,20
Total de títulos de investimento					137 434 209,49	2 068 902,64	6 779 417,77
C) Títulos a vencimento					–	–	–
De emissores públicos					–	–	–
De dívida pública portuguesa					–	–	–
A médio e a longo prazos					–	–	–
Soma					–	–	–
Total de títulos de vencimento					–	–	–

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valia (+)	Menos-valia (–)
D) Imobilizações financeiras					–	–	–
Participações					–	–	–
Em outras empresas no País					–	–	–
Acções					–	–	–
SPGM — Sociedade de Investimentos, S. A.	150 000	1,00	1,00	–	149 639,37	4 734,59	–
Norgarante — Soc. Garantia Mútua, S. A.	50 000	1,00	1,00	–	49 879,79	1 578,20	–
Lisgarante — Soc. Garantia Mútua, S. A.	50 000	1,00	1,00	–	49 879,79	1 578,20	–
SIBS — Sociedade Interbancária Serviços, S. A. R. L.	338 222	5,00	4,99	–	1 687 044,22	1 291 507,47	–
UNICRE — Cartão Unibanco, S. A. R. L.	149 610	5,00	3,81	–	569 546,61	1 199 330,40	–
Margueira — Soc. Gest. de Fundos Imobiliários, S. A.	3 238	4 99	4,99	–	16 151,08	–	2 856,00
Soma					2 522 140,65	2 498 728,86	2 856,00
Outras					–	–	–
Instituto Nacional Habitação	377 590 008	0,01	0,02	–	7 909 574,07	3 029 532,68	–
Soma					7 909 574,07	3 029 532,88	–
Em outras empresas no estrangeiro					–	–	–
Banco Internacional da Guine/Bissau	159 740	PG 50 000	1,17	–	186 808,34	–	186 808,34
Banco Totta Ásia, S. A.	10	MOP 1 000	119,56	–	1 195,62	–	–
SWIFT — Soc .Worldwide Interbank F. Telecommun.	6	125,00	227,23	–	1 363,41	–	–
Soma					689 367,37	–	186 808,34
Partes de capital cm empresas coligadas					–	–	–
Em instituições de crédito no estrangeiro					–	–	–
Acções					–	–	–
Totta Ireland, Plc.	1 282 741	0,52	222,72	–	285 690 361,23	–	–
Em outras empresas no País					–	–	–
Acções					–	–	–
Mermul — Mercados Múltiplos, S. A. R. L.	25 000	4,99	19,52	–	487 974,48	–	387 535,00
Tottaurbe, S. A.	50 000	5,00	4,05	–	202 691,51	–	–
Quotas					–	–	–
Madeisisa, SGPS	1	–	–	–	1 572 602,61	–	–
Soma					287 953 629,84	–	387 535,00

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais-valia (+)	Menos-valia (–)
Outras imobilizações financeiras				–	–	–	
TREM II — Aluguer de Material Circulante, ACE					7 049 295,00	–	–
Tottaurbe, S. A. — Prestações Acessórias de Capital					99 759 579,41	–	–
Gcslinsua, S. A. — Suprimentos					68 917,12	–	–
Porticcentro — Suprimentos					23 164,17	–	23 164,17
FAFER — Suprimentos					272 254,70	–	–
Soma					107 173 210,41	–	23 164,17
Total das imobilizações financeiras					405 747 922,54	5 528 261,54	600 363,51
Total geral					543 182 132,03	7 597 164,17	7 379 781,29

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Montantes em milhares de euros,
excepto quando expressamente indicado)

Nota introdutória:

A Companhia Geral de Crédito Predial Português (adiante designada por Banco ou CPP) foi constituída em 1864 e nacionalizada em 14 de Março de 1975 através do Decreto-Lei n.º 132-A/75.

Em 7 de Setembro de 1990, pelo Decreto-Lei n.º 272/90, foi transformada em sociedade anónima de capitais públicos, passando a designar-se Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., podendo também usar a denominação de Crédito Predial Português, S. A. Através do Decreto-Lei n.º 199/92, de 23 de Setembro, e da resolução do conselho de ministros n.º 35/92, publicada no *Diário da República* de 30 de Setembro, que definiram as condições de reprivatização do Banco, o capital do CPP foi vendido na sua totalidade a entidades privadas mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa, em 2 de Dezembro de 1992.

Como resultado da aquisição pelo Santander Central Hispano (SCH) da maioria do capital do Banco Totta & Açores, S. A. (Totta), então seu principal accionista, o CPP passou a integrar o grupo financeiro SCH em Portugal. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o capital social do Banco é detido indirectamente na sua totalidade pelo Totta, sendo as suas operações influenciadas pelo Grupo em que se insere.

O CPP está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos e em outros activos. O Banco tem como principal actividade o financiamento à habitação e construção.

Para o efeito, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o CPP dispõe da seguinte rede comercial:

	2002	2001
Balcões	158	156
Espaços — habitação	8	8
Sucursal financeira exterior	2	2
Escritórios de representação	4	4
	172	170

As sucursais financeiras exteriores estão localizadas na Região Autónoma da Madeira e Ilhas Caimão, respectivamente, estando os escritórios de representação localizados em países com comunidades de emigrantes (Alemanha, França e Suíça).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao CPP, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 — Comparabilidade da informação:

No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 33 658 milhares de euros. Adicionalmente, de acordo com o previsto no aviso n.º 12/2001, no exercício de 2002 o Banco passou a amortizar o aumento das responsabilidades decorrente de reformas antecipadas a partir da data efectiva da reforma. Até 2001, procedia-se à amortização de um décimo desse acréscimo das responsabilidades no ano em que se concretizava a reforma antecipada (notas n.os 3.3 alínea *j*), 27 e 49).

No exercício de 2001, após obtida autorização do Banco de Portugal, o Banco anulou por contrapartida de reservas e prémios de emissão o acréscimo das responsabilidades por serviços passados resultante das reformas antecipadas efectuadas em 1999 e 2000, líquido das amortizações registadas até 31 de Dezembro de 2000, nos montantes de 10 236 milhares de euros e 8150 milhares de euros, respectivamente. Ainda em 2001, após autorização do Banco de Portugal, o Banco amortizou por contrapartida de prémios de emissão o acréscimo de res-

ponsabilidades por serviços passados decorrente das reformas antecipadas efectuadas no exercício de 2001 até 30 de Novembro, no montante de 47 237 milhares de euros (nota n.º 51). Por este motivo, em 2001 os custos com reformas antecipadas referem-se apenas à amortização das reformas antecipadas efectuadas em Dezembro de 2001, no montante de 1130 milhares de euros.

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar estabelecida pelo Banco de Portugal. No que se refere às subsidiárias Mermul, Tottaurbe e Madeisisa, é utilizado o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

As demonstrações financeiras das sucursais financeiras exteriores na Região Autónoma da Madeira e nas Ilhas Caimão são agrupadas ao nível do Banco. Todos os saldos e transacções entre o Banco e as sucursais foram eliminados no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas participadas em 31 de Dezembro de 2002 não foram ainda objecto de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais de accionistas. Contudo, o conselho administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

A classificação das participações do Banco entre subsidiárias e associadas, bem como a sua identificação encontra-se na nota n.º 6.

A consolidação das empresas subsidiárias é efectuada pelo método da integração global. Os saldos e as transacções significativas entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

Para efeitos de consolidação as empresas associadas são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial *(equity method)*. De acordo com este método, o valor destas participações financeiras é ajustado com base na percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação efectiva do CPP no capital dessas empresas.

As diferenças de consolidação, apuradas entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas na data da compra ou da primeira consolidação, são registadas por contrapartida de reservas.

As participações que não são objecto de consolidação, pelo método da integração global ou por equivalência patrimonial, registam-se de acordo com o critério definido na nota n.º 3.3 alínea *d*).

3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

Os princípios de contabilidade mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram os seguintes:

a) *Especialização de exercícios*. — O Banco e as suas subsidiárias e associadas adoptam o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente, no que se refere aos juros das operações activas e passivas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Para as operações sem aval do Estado ou garantia hipotecária vencidas há mais de 30 dias, o Banco suspende a contagem dos respectivos juros, sendo apenas reconhecidos em proveitos se e quando recebidos. Os juros de crédito vencido sem garantia são anulados três meses após a data do incumprimento. Nos casos de créditos com garantia hipotecária, os juros são registados até à data em que passam a ser considerados em situação de contencioso.

b) *Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados*. — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, que são convertidos para euros ao câmbio médio do mês, indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de prejuízos e lucros em operações financeiras.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, que representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

Operações de permuta de divisas e de taxa de juro *(swaps)*:

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida da operação, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Os contratos de *swap* de taxa de juro, de negociação e de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos aos *swaps* de cobertura são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida das rubricas de juros da demonstração de resultados.

Os contratos de *swaps* de negociação são reavaliados mensalmente com base no diferencial actualizado dos fluxos futuros de pagamentos e recebimentos. O montante apurado na reavaliação é relevado em resultados, nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Equity swaps:

Tratam-se de estruturas contratadas com o Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (BSNP), para a cobertura da componente de *equity* (remuneração associada ao comportamento de um ou mais activos subjacentes ou índices de acções) de obrigações emitidas pelo CPP.

O valor nocional do contrato de *Swap* é registado em rubricas extrapatrimoniais e a componente de taxa de juro é mensualizada. As componentes de *equity* a pagar aos subscritores das obrigações e a receber do BSNP, o qual assegura as operações de cobertura, não são reavaliadas.

Os prémios pagos na contratação das operações são mensualizados ao longo do prazo das operações.

Opções:

O Banco detém contratos de opções de cobertura em aberto, os quais são registados pelo seu valor contratual em rubricas extrapatrimoniais. Os prémios pagos pelos contratos de cobertura são registados em custos diferidos e relevados em resultados durante o período de vida do elemento coberto.

c) *Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável*. — A carteira de títulos do Banco encontra-se classificada como de investimento. São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com o objectivo de retenção por períodos superiores a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. As menos-valias apuradas na valorização destes títulos ao respectivo valor de mercado, ou presumível de mercado quando não cotados, são provisionadas. Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados como proveitos a receber em contas de regularização do activo (nota n.º 27).

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. As diferenças face ao valor de mercado (ou presumível de mercado no caso de acções não cotadas), se corresponderem a perdas potenciais, são provisionadas.

d) *Partes do capital em empresas coligadas e participações*. — A rubrica de partes do capital em empresas coligadas nas demonstrações financeiras individuais corresponde ás participações maioritárias no capital de sociedades em que o interesse na sua manutenção esteja ligado à actividade do Banco e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro — empresas subsidiárias (nota n.º 6). Nas contas individuais, estas participações encontram-se registadas ao respectivo custo de aquisição.

Na rubrica de participações das demonstrações financeiras individuais são registadas as participações de capital inferiores a 50%, que se revistam de carácter duradouro e sejam detidas em resultado da existência de ligações de complementaridade com a actividade do Banco, sendo registadas pelo seu custo de aquisição (nota n.º 6).

As desvalorizações de valor significativo e com carácter permanente, identificadas nas participações detidas, são provisionadas.

Em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu aviso n.º 4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras. O regime estabelecido no aviso n.º 3/95 é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos-valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço. Nestas circunstâncias, a provisão mínima a constituir ascenderá a 40% da menos-valia que exceder os referidos 15%.

O Banco não tem em carteira participações financeiras com menos-valias não provisionadas, enquadráveis neste regime.

e) *Provisões para riscos de crédito e para risco-país*:

Estas provisões são determinadas nos termos do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, publicado em 30 de Junho, e incluem:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Trata-se de uma provisão específica, apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função das classes de risco, as quais reflectem o período decorrido após o respectivo vencimento e a existência ou não de garantias (notas n.os 14 e 25).

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o aviso n.º 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões e é calculada por aplicação de uma percentagem genérica de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo o representado por aceites, garantias e avales prestados (nota n.º 25). Para o crédito concedido a particulares sem finalidade específica, a percentagem genérica de provisão aplicada é de 1,5%, conforme estabelecido no aviso do Banco de Portugal n.º 2/99, de 26 de Janeiro. A base de cálculo da provisão para riscos gerais de crédito exclui os créditos garantidos pelo Estado ou outras entidades do Sector Público Administrativo e os créditos considerados na determinação da provisão para créditos de cobrança duvidosa.

A partir de 1 de Janeiro de 2001 as provisões constituídas para riscos gerais de crédito deixaram de ser fiscalmente aceites como custo. No entanto, face ao regime transitório definido, durante 2001 e 2002 são ainda aceites como custo fiscal 50% dos reforços desta provisão.

Em Dezembro de 2002 e 2001, o Banco tem constituídas provisões acima dos mínimos definidos pelo Banco de Portugal, para créditos classificados em situação normal mas relativamente aos quais existem algumas dúvidas quanto à sua total cobrabilidade, nos montantes de aproximadamente 24 776 milhares de euros e 33 620 milhares de euros, respectivamente. Estas provisões não são fiscalmente aceites como custo.

iv) Provisão para risco-país:

Destina-se a fazer face a problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

A provisão para risco-país encontra-se registada no activo como dedução às rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes (nota n.º 14). As necessidades de provisões são determinadas em função das classes de risco e dos níveis de provisionamento definidos pelo Banco de Portugal.

No exercício de 2001, na sequência da aquisição de títulos não cotados emitidos por entidades brasileiras, o Banco registou uma provisão para risco-país no montante de 10 107 milhares de euros (notas n.os 10 e 25). Estes títulos foram vendidos em 2002, tendo o Banco procedido à reposição da provisão.

v) Provisão para outros riscos e encargos:

Esta provisão destina-se a fazer face a responsabilidades com pensões de reforma, a incentivos a longo prazo a conceder a altos quadros do Banco, a impostos diferidos passivos relativos a operações de derivados, à desvalorização de participações financeiras em agrupamentos complementares de empresas e a contingências fiscais. O remanescente destina-se à cobertura de outros riscos específicos decorrentes da actividade do Banco.

A nível consolidado, esta rubrica de inclui também 3999 milhares de euros para fazer face a eventuais perdas num projecto imobiliário.

Parte significativa desta provisão não é aceite fiscalmente como custo.

vi) Fundo para riscos bancários gerais:

Em 31 de Dezembro de 2001, esta provisão destinava-se a fazer face a riscos inerentes à actividade do Banco, não sendo fiscalmente aceite como custo.

f) *Imobilizações corpóreas*. — O imobilizado em curso encontra-se registado ao custo de aquisição.

O imobilizado corpóreo adquirido até 31 de Dezembro de 1991 foi reavaliado nos termos da legislação aplicável, através da aplicação dos índices de actualização estabelecidos ao custo de aquisição e à depreciação acumulada. No âmbito do processo de reprivatização do Banco, os imóveis de serviço próprio adquiridos até 31 de Dezembro de 1991 foram reavaliados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 22/92, de 14 de Fevereiro, com base no menor dos valores resultantes das avaliações elaboradas por duas entidades independentes.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica de reservas de reavaliação (notas n.os 15 e 51).

O valor líquido resultante da reavaliação efectuada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico ou reavaliado, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais (de 1993 a 1996 foram utilizadas as taxas mínimas) as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada para as diferentes rubricas do imobilizado:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Viaturas	4
Equipamento informático	4
Mobiliário e máquinas para uso administrativo	5 a 8
Instalações interiores e equipamento de segurança	4 a 10
Despesas em edifícios arrendados	10

Uma parte, correspondente a 40% do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo Banco, não é aceite como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente para o sector bancário em Portugal, o Banco não regista os impostos diferidos passivos que resultam desta situação.

g) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas correspondem, principalmente, a custos incorridos com a mudança de imagem do CPP, a gastos com projectos de desenvolvimento, nomeadamente nas áreas de melhoria de processos e implementação de novos sistemas de informação, bem como a despesas com aumentos de capital e aquisição de sistemas de tratamento automático de dados.

As amortizações são calculadas com base nas taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, as quais correspondem a um período de três anos (seis anos para as adições de 1996).

h) *Aplicações por recuperação de créditos*. — Estas aplicações correspondem essencialmente a imóveis obtidos pelo Banco em dação em pagamento de créditos vencidos, sendo apresentadas na rubrica de "Outros activos" (nota n.º 31). Estes imóveis são registados pelo valor da arrematação e não são objecto de depreciação.

Nos termos do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, o Banco provisiona as menos-valias potenciais apuradas entre o valor contabilístico dessas aplicações e o correspondente valor esperado de realização, determinado com base em avaliações.

i) *Impostos sobre lucros*. — O Banco e as subsidiárias e associadas são tributados individualmente e estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

O Banco não regista impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em sede de IRC, excepto no que se refere aos impostos diferidos passivos relativos à tributação de produtos derivados.

j) *Pensões de reforma*. — O CPP subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACTV para o pessoal no activo.

De acordo com o aviso n.º 12/2001, de 9 de Novembro e o aviso n.º 7/2002, de 31 de Dezembro, do Banco de Portugal, as principais regras de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e do respectivo financiamento, são as seguintes:

i) Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de manter um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, no final de cada exercício;

ii) O acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas pode ser registado em custos diferidos e amortizado num período de 10 anos a contar da data efectiva da reforma, não podendo, porém, ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria.

Em 2001, o CPP obteve autorização do Banco de Portugal para amortizar por contrapartida de reservas as responsabilidades adicionais decorrentes das reformas antecipadas efectuadas até 30 de Novembro de 2001 e as de exercícios anteriores que em 31 de Dezembro de 2000 ainda se encontravam diferidas em contas de regularização do activo.

No exercício de 2002, o CPP passou a amortizar os acréscimos de responsabilidades com reformas antecipadas a partir da data efectiva da passagem à reforma.

As contribuições efectuadas que ainda não foram relevadas como custo, estão registadas em contas de regularização do activo (nota n.º 27).

iii) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado;

iv) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencial para cálculo dos desvios;

10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do mesmo exercício.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima referidos, podem ser registados como custos diferidos e amortizados num período de 10 anos, com início no ano seguinte àquele em que são apurados.

Em 31 de Dezembro de 2001, o CPP reconheceu uma parte das perdas actuariais e financeiras existentes nessa data em custos com o pessoal e o remanescente, registado em flutuação de valores, foi provisionado a nível da provisão para outros riscos e encargos.

Em 2002, o CPP optou por reconhecer como custo do exercício o valor mínimo requerido pelo aviso n.º 12/2001, ou seja, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado. Os desvios actuariais e financeiros ocorridos durante o exercício foram registados em flutuação de valores, até ao limite definido pelo Banco de Portugal no seu aviso n.º 7/2002, tendo o montante remanescente sido registado em despesas com custo diferido.

Na nota n.º 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma. Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

k) *Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito*. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados ao valor nominal (nota n.º 23).

l) *Fundo de Garantia de Depósitos*. — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2002, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 25% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 850 milhares de euros. Os 75% remanescentes, no montante de 2549 milhares de euros, foram reflectidos em rubricas extrapatrimoniais como um compromisso irrevogável (nota n.º 23), de desembolso obrigatório em qualquer momento que o Fundo o solicite. Como consequência deste procedimento, o montante total das contribuições não desembolsadas desde 1995 até 31 de Dezembro de 2002 ascende a 11 700 milhares de euros (nota n.º 23).

6 — Partes de capital em empresas coligadas, participações, partes de capital em empresas associadas e outras participações financeiras:

O Banco detém um conjunto de participações em empresas subsidiárias e associadas. São consideradas empresas subsidiárias os investi-

mentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, juntamente com o Banco, uma unidade de decisão. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro cuja percentagem de participação do Banco se situe entre 20% e 50% do seu capital e em relação às quais não exista uma relação de domínio mas apenas de complementaridade face às actividades do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2002, a estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação, directa ou indirecta, superior a 20%, pode ser resumida da seguinte forma:

Entidade	Sector de actividade	Percentagem de participação		Método de consolidação
		Directa	Efectiva	
Totta Ireland, Plc	Financeiro	100,00	100,00	Integral.
Mermul	Promoção imobiliária	100,00	100,00	Integral.
Totta Urbe — Empresa de Administração e Construções, S. A.	Compra e const. de imóveis para revenda	100,00	100,00	Integral.
Madeisisa — SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Gestão de participações sociais	100,00	100,00	Integral.
Benim — Sociedade Imobiliária, S. A.	Promoção imobiliária	–	25,00	Equiv. patrimonial.
Banco Internacional da Guiné-Bissau	Bancária	49,00	49,00	Excl. de consolidação.

A Totta Ireland, Plc, foi constituída em 3 de Dezembro de 1997, com sede em Dublin na Irlanda. Tem por objecto social o exercício de actividades financeiras e o seu capital social ascende a 285 692 milhares de euros. Em Julho de 2001 o CPP adquiriu esta participação ao Banco Totta & Açores, S. A. (Totta) por 285 690 milhares de euros.

A Mermul — Mercados Múltiplos, S. A., foi adquirida em 1979 e tem como objecto social a actividade de promoção imobiliária e construção civil, nomeadamente a compra e a beneficiação de imóveis para revenda. Tem um capital social realizado de 125 milhares de euros. A relação de complementaridade com a actividade do Banco estabelece-se, nomeadamente, através da sua intervenção como mediadora na venda de imóveis que vêm à posse do CPP por recuperação de créditos.

A Tottaurbe — Empresa de Administração e Construções, S. A., foi constituída em 13 de Fevereiro de 1964 com a denominação de Emaco — Empresa de Administração e Construções, S. A., tendo sido alterada para a actual em 14 de Outubro de 1991. Tem por objecto social a compra e construção de imóveis para revenda, urbanização e venda de terrenos e administração de propriedades, contando com um capital social de 25 848 milhares de euros. No segundo semestre de 2000, o Banco adquiriu esta participação ao Totta por 205 milhares de euros. No exercício de 2002, a Tottaurbe adquiriu a totalidade do capital social da Sulférias — Sociedade Imobiliária do Algarve, S. A., tendo procedido à sua liquidação e incorporação dos respectivos activos e passivos em Dezembro de 2002.

A Madeisisa — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da, foi adquirida em 2002 à Santander Investment, S. A. Tem um capital social realizado de 3058 milhares de euros, constituído por uma única quota detida pelo CPP. O custo de aquisição correspondeu ao valor da sua situação líquida em 30 de Abril de 2002. A actividade da empresa e gestão de participações sociais. Na aquisição da Madeisisa foi apurada uma diferença de consolidação positiva no montante de 17 milhares de euros que foi amortizada por contrapartida de reservas (nota n.º 51).

O Banco Internacional da Guiné-Bissau, S. A. R. L. (BIGB) foi constituído em 14 de Novembro de 1989 com a participação do Estado Guineense e de diversas instituições financeiras nacionais, incluindo o CPP. A participação do CPP no capital social deste Banco, que era de 17,5% no final de 1991, passou para 49% em 1992. O BIGB tem por objecto a realização de operações próprias de bancos comerciais no âmbito e em conformidade com as directrizes reguladoras da actividade bancária na Guiné-Bissau. Participam igualmente no BIGB, para além do CPP, o Estado Guineense com 26% e diversas entidades privadas locais que em conjunto detêm a maioria do capital social e o controlo da gestão.

Apesar da sua classificação como empresa associada, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o BIGB não foi objecto de consolidação, atendendo a que se encontra em processo de liquidação, a qual teve início em Abril de 2002. Contudo, a não consolidação do BIGB pelo método de equivalência patrimonial não tem impacto significativo na situação financeira consolidada do CPP. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 a participação no capital desta entidade encontrava-se integralmente provisionada.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras das sociedades acima indicadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 são como segue:

	Total do activo		Capitais próprios		Proveitos		Lucro/(prejuízo) do exercício	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Empresas subsidiárias:								
Totta Ireland, Plc	814 316	601 703	299 376	307 451	98 080	104 433	12 336	18 516
Mermul	101	48	93	37	–	5	(58)	(85)
TottaUrbe	108 927	106 924	4 908	2 074	5 412	5 259	2 585	728
Madeisisa — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	1 604	–	1 596	–	50	–	39	–
Empresas associadas:								
Banco Intern. Guiné-Bissau (*a*)	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.

(*a*) Valores não disponíveis.

A situação líquida da TottaUrbe em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, exclui as prestações suplementares de capital concedidas pelo CPP nos montantes de 99 760 milhares de euros e 100 009 milhares de euros, respectivamente (nota n.º 31).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a diferença entre o valor das participações e o valor correspondente à parte proporcional que as mesmas representam nos capitais próprios das empresas subsidiárias e associadas detalha-se como segue:

	Capitais próprios		Valor da participação		Valor da participada		Custo de aquisição		Diferenças	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Totta Ireland, Plc	299 376	307 451	100	100	299 376	307 451	285 690	285 690	13 686	21 761
Mermul	93	37	100	100	93	37	488	125	(395)	(88)
TottaUrbe	4 908	2 074	100	100	4 908	2 074	203	203	4 705	1 871
Madeisisa — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	1 596	–	100	–	1 596	–	1 573	–	23	–

Partes de capital em empresas coligadas:

Nas demonstrações financeiras individuais, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Número de acções/ quotas	Parti-cipação (percent.)	Custo de aquisição		Provisões (nota n.º 25)	
			2002	2001	2002	2001
Totta Ireland, PLC	1 282 741	100	285 690	285 690	–	–
Mermul	25 000	100	488	125	(388)	(125)
TottaUrbe	50 000	100	203	203	–	–
Madeisisa — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	1	100	1 573	–	–	–
			287 954	286 018	(388)	(125)

Participações e outras participações financeiras:

Estas rubricas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, têm a seguinte composição:

	Percen-tagem de partici-pação no capital	CPP		Consolidado	
		Custo da participação		Custo da participação	
		2002	2001	2002	2001
Empresas no País:					
INH — Instituto Nacional de Habitação	5	7 910	7 910	7 910	7 910
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	7	1 687	1 687	1 687	1 687
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	9	570	570	570	570
SPGM — Sociedade de Investimentos, S. A.	2	150	249	150	249
Margueira, S.G.F.I.I., S. A.	3	16	16	16	16
Norgarante	2	50	–	50	–
Lisgarante	2	50	–	50	–
Associação da Bolsa de Valores de Lisboa	2	–	25	–	25
Outras		–	12	14	16
		10 433	10 459	10 447	10 473
Empresas no estrangeiro:					
Banco Internacional da Guiné-Bissau	49	187	187	187	–
Outras		1	–	1	–
		10 621	10 646	10 635	10 473
Provisões para menos-valias (nota n.º 25)		(190)	(188)	(205)	(16)
		10 431	10 458	10 430	10 457

A participação do Banco na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto foi trocada por acções da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., a qual foi classificada na carteira de negociação e alienada no primeiro semestre de 2002. O ganho nesta operação, no montante de 751 milhares de euros, foi registado em lucros em operações financeiras.

Partes de capital em empresas associadas:

Nas demonstrações financeiras consolidadas, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Participação no capital (percent.)	Valor da participação	
		2002	2001
Benim — Sociedade Imobiliária, S. A.	25	1 881	1 591
Banco Internacional da Guiné-Bissau	49	–	187
		1 881	1 778
Provisões para menos-valias (nota n.º 25)		–	(187)
		1 881	1 591

No exercício de 2002, a nível das demonstrações financeiras consolidadas a participação financeira no Banco Internacional da Guiné-Bissau passou a ser registada na rubrica de outras participações financeiras.

No exercício de 2001 o CPP passou a reavaliar a participação na Benim pelo método da equivalência patrimonial.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano subsequente apresentam os seguintes montantes:

	2002	2001
Títulos da divida pública	364	–
Obrigações de outros emissores nacionais	3 959	106 200
Obrigações de outros emissores estrangeiros	–	39 146
	4 323	145 346

9 — Créditos sobre empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais créditos mantidos com empresas do Grupo eram os seguintes:

	2002					2001			
	Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito	Outros créditos sobre instit. de crédito	Crédito concedido	Obrig. e outros títulos de rendim. fixo	Juros e prov. a receber	Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito	Outros créditos sobre instit. de crédito	Crédito concedido	Juros e prov. a receber
Banco Totta & Açores	7 739	57 085	–	2 459	91	10 669	116 585	–	233
Banco Santander Portugal	94	–	–	62 500	2 199	685	10 289	–	16
SCH — Leasing	–	170 000	73 571	–	1 324	–	–	166 246	424
SCH — Factor	–	32 000	24 054	–	273	–	–	55 678	435
Totta & Açores International	–	20 123	–	–	2 285	–	32 871	–	2 534
Banco Santander de Neg. Portugal	–	2 300	–	–	311	25 000	2 300	–	179
SCH — Sfac	–	5 044	–	–	43	–	–	5 236	16
SCH — Rent	–	–	1 072	–	75	–	–	47 180	151
Totta Seguros — Comp. Seguros Vida	–	–	–	–	1 406	–	–	–	–
Santander SGFIM	–	–	–	–	559	–	–	–	292
SCH — Loc	–	–	–	–	–	–	–	107 858	259
Santander Gestão de Activos	–	–	–	–	–	–	–	–	42

10 — Carteira de títulos:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

Obrigações e outros títulos de rendimento fixo

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
De emissores públicos nacionais:				
Tesouro médio prazo — OEVT	21 293	20 949	21 293	20 949
Tesouro médio prazo — OTRV	534	464	534	464
	21 827	21 413	21 827	21 413
Provisão para menos-valias (nota n.º 25)	–	–	–	–
	21 827	21 413	21 827	21 413
De outros emissores:				
Nacionais:				
Obrigações de caixa BSP Taxa Fixa 2002	62 500	–	62 500	–
Obrigações de caixa Totta 6.6 2.ª série	1 522	–	1 522	–
Ricardo Gallo	1 500	1 200	1 500	1 200
Obrigações de caixa Totta 6.6 3.ª série	702	–	702	–
Obrigações de caixa Totta 6.6 1.ª série	235	–	235	–
BPSM Tops 1997	45	45	45	45
BTA Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	–	–	213 233	220 363
BSP Obrigações Perpétuas Subordinadas 2001	–	–	13 818	13 818
MC LOC 97/04	–	–	1 995	1 995
Credifim 98/03	–	–	4 988	4 988
Obrigações de caixa MC LOC 98/05	–	–	1 995	1 995
Obrigações de caixa MC LOC 98/05 2.ª emissão	–	–	1 995	1 995
Obrigações perpétuas MC Factor 98	–	–	599	599
Obrigações de caixa subordinadas MC Factor 98/05	–	–	219	219
Portugal Telecom — 13.ª emissão	–	80 000	–	80 000
Portugal Telecom — 16.ª emissão	–	25 000	–	25 000
	66 504	106 245	305 346	352 217
Provisão para depreciação de títulos de investimento (nota n.º 25)	(9)	(8)	(9)	(8)
	66 495	106 237	305 337	352 209
De outros não residentes:				
Lloyds TSB Bank	–	22 842	–	22 842
Banco Bradesco	–	16 304	–	16 304
Polo Securities FRN	–	–	–	1 695
Amsteel Financial International	–	–	–	681
	–	39 146	–	41 522

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Provisão para menos-valias (nota n.º 25)	–	–	–	(511)
Provisão para risco país (nota n.º 25)	–	(10 107)	–	(10 107)
	–	29 039	–	30 904
Títulos próprios	66 495	135 276	305 337	383 113
CPP Tops 1997	215	215	215	215
Provisão para menos-valias (nota n.º 25)	(43)	(35)	(43)	(35)
	172	180	172	180
	66 667	135 456	305 509	383 293

Em 31 de Dezembro de 2001, a provisão para risco-país refere-se a risco Brasil e foi determinada da seguinte forma:

Lloyds TSB Bank	22 842
Banco Bradesco	16 304
Proveitos a receber	1 281
	40 427
Provisão para risco país (25%)	(10 107)
	30 320

As taxas de juro médias dos títulos de rendimento fixo em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, apuradas com base no seu valor nominal, são as seguintes:

(Em percentagem)

	2002	2001
Títulos da dívida pública — a médio e a longo prazos	8,65	8,61
Títulos de outros emissores nacionais	5,35	–
Títulos de outros emissores não residentes	–	6,80

Acções e outros títulos de rendimento variável

	CPP						Consolidado					
	2002			2001			2002			2001		
	Valor de balanço	Provisão (nota n.º 25)	Valor de carteira	Valor de balanço	Provisão (nota n.º 25)	Valor de carteira	Valor de balanço	Provisão (nota n.º 25)	Valor de carteira	Valor de balanço	Provisão (nota n.º 25)	Valor de carteira
De emissores nacionais:												
PT Multimédia, SGPS, S. A.	–	–	–	–	–	–	215 598	–	215 598	215 598	–	215 598
Procapital — Investimentos Imobiliários, S. A.	2 134	(2 134)	–	2 134	(2 134)	–	2 134	(2 134)	–	2 134	(2 134)	–
Pirites Alentejanas, S. A.	1 586	(1 586)	–	1 586	(1 586)	–	1 586	(1 586)	–	1 586	(1 586)	–
Finangest — Emp. Financ. de Gestão e Desenv., S. A.	889	(313)	576	889	(451)	438	889	(313)	576	889	(451)	438
Fafer — Emp. Urb. Const., S. A.	792	(589)	203	792	(589)	203	792	(589)	203	792	(569)	203
PME Capital — Soc. Portug. de Capital de Risco, S. A.	499	(55)	444	499	(130)	369	499	(55)	444	499	(130)	369
PME Investimentos — Soc. de Investimentos, S. A.	499	(145)	354	499	(200)	299	499	(145)	354	499	(200)	299
Portugália	494	(487)	7	494	(368)	126	494	(487)	7	494	(368)	126
Geofinança — Nominativas	305	(305)	–	305	(305)	–	305	(305)	–	305	(305)	–
Geofinança — Portador	65	(65)	–	65	(65)	–	65	(65)	–	65	(65)	–
Saciedade Têxtil A Flor do Campo, S. A.	212	(212)	–	212	(212)	–	212	(212)	–	212	(212)	–
Soset — Soc. Des. Reg. Setúbal, S. A.	75	(20)	55	75	(20)	55	75	(20)	55	75	(20)	55
Vilalôxtil	50	(50)	–	50	(50)	–	50	(50)	–	50	(50)	–
Sodera — Soc. Desenvolv. Regional Alentejo, S. A.	41	(18)	23	41	(18)	23	41	(18)	23	41	(18)	23
Funfrap — Fundição Portuguesa, S. A. R. L.	25	–	25	25	–	25	25	–	25	25	–	25
CPC — Imobiliária, S. A.	4	(4)	–	4	(4)	–	4	(4)	–	4	(4)	–
Outras	4	(4)	–	4	(4)	–	4	(4)	–	4	(4)	–
	7 674	(5 987)	1 687	7 674	(6 136)	1 538	223 272	(5 987)	217 285	223 272	(6 136)	217 136
De emissores estrangeiros:												
Ausant Holding	3 020	–	3 020	3 020	–	3 020	3 020	–	3 020	3 020	–	3 020
Companhia de Diamantes de Angola	7	(7)	–	7	(7)		7	(7)		7	(7)	–
	3 027	(7)	3 020	3 027	(7)	3 020	3 027	(7)	3 020	3 027	(7)	3 020
Unidades de participação:												
Margueira Capital	14 173	–	14 173	14 173	–	14 173	14 173	–	14 173	14 173	–	14 173
Imovest	7 911	–	7 911	7 431	–	7 431	7 911	–	7 911	7 431	–	7 431
Multiglobal	12 520	–	12 520	–	–	–	12 520	–	12 520	–	–	–
FRIE — PME Capital (ex-Norpedip)	1 342	(561)	781	1 342	(805)	537	1 342	(561)	781	1 342	(805)	537
FRIE — PME Capital Retex (ex-Norpedip — Retex)	993	(46)	947	993	(40)	953	993	(46)	947	993	(40)	953
FRIE — PME Investimentos (ex-Sulpedip)	399	–	399	399	(367)	32	399	–	399	399	(367)	32
FRIE — PME Investim. Retex (ex-Sulpedip — Retex)	399	–	399	399	(72)	327	399	–	399	399	(72)	327
FRIE — IPE Capital — Retex/Paiep	399	(76)	323	399	–	399	399	(76)	323	399		399
	38 136	(683)	37 453	25 136	(1 284)	23 852	38 136	(683)	37 453	25 136	(1 284)	23 852
Quotas:												
Porticentro — Soc. Const. Gestão e Turismo, L.da	50	(50)	–	50	(50)	–	50	(50)	–	50	(50)	–
	48 887	(6 727)	42 160	35 887	(7 477)	28 410	264 485	6 727	257 758	251 485	(7 477)	244 008

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Banco tem em carteira 15 287 545 acções da PT Multimédia, SGPS, S. A., registada ao custo de aquisição que ascendeu a 215 598 milhares de euros, correspondentes a 9,75% do seu capital. A menos-valia potencial decorrente deste investimento, no montante de 62 416 milhares de euros e 96 355 milhares de euros, respectivamente, não se encontra provisionada dado o Banco ter mecanismos que garantem o risco de desvalorização.

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital resultou da conversão da dívida da Lisnave, tendo sido constituído, essencialmente, com base em imóveis e terrenos utilizados por esta empresa na zona da Margueira. Este investimento tem garantia do Estado. As unidades de participação deveriam ter sido resgatadas até 31 de Dezembro de 2002, tendo a Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças solicitado aos bancos detentores das unidades de participação a dilatação do prazo por mais seis meses, mantendo-se as restantes condições em vigor anteriormente.

A comparação entre o valor por livros e o respectivo valor de mercado das obrigações e outros títulos de rendimento fixo e das acções e outros títulos de rendimento variável, é apresentada na nota n.º 28.

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 o movimento no imobilizado e nas respectivas amortizações foi como segue:

Contas	CPP										
	31 de Dezembro de 2002			31 de Dezembro de 2003							
				Valor bruto				Amortizações acumuladas			Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Transfer.	Abates	Total	Amortiz.	Abates	Total	
Imobilizações incorpóreas:											
Despesas de estabelecimento	10 394	10 365	29	89	–	–	10 483	44	–	10 409	74
Custos plurianuais	4 161	2 212	1 949	180	–	(5)	4 336	1 037	(2)	3 247	1 089
Sistemas de trat. autom. de dados *(software)*	19 131	13 037	6 094	8 361	1 024	(628)	27 888	6 134	(209)	18 962	8 926
Despesas de investig. e desenvolvimento	15 538	15 388	150	–	–	–	15 538	150	–	15 538	–
Imobilizações em curso	1 910	–	1 910	5	(1 024)	(887)	4	–	–	–	4
	51 134	41 002	10 132	8 635	–	(1 520)	58 249	7 365	(211)	48 156	10 093
Imobilizações corpóreas:											
Imóveis de serviço próprio	150 780	44 137	106 643	19	–	(4 321)	146 478	2 441	(3 474)	43 104	103 374
Equipamento	85 960	72 842	13 118	4 117	643	(1 403)	89 317	5 500	(1 277)	77 065	12 252
Património artístico	322	–	322	–	–	–	322	–	–	–	322
Despesas em edifícios arrendados	23 870	19 815	4 055	424	229	(8)	24 515	1 007	(2)	20 820	3 695
Imobilizado em loc. financ. (nota n.º 45)	215	206	9	–	–	–	215	9	–	215	–
	261 147	137 000	124 147	4 560	872	(5 732)	260 847	8 957	(4 753)	141 204	119 643
Imobilizações em curso:											
Imóveis de serviço próprio	78	–	78	–	(78)	–	–	–	–	–	–
Imóveis arrendados	218	–	218	–	(152)	(66)	–	–	–	–	–
Equipamento	1 831	–	1 831	207	(642)	(815)	581	–	–	–	581
	2 127	–	2 127	207	(872)	(881)	581	–	–	–	581
	263 274	137 000	126 274	4 767	–	(6 613)	261 428	8 957	(4 753)	141 204	120 224
Total	314 408	178 002	136 406	13 402	–	(8 133)	319 677	16 322	(4 964)	189 360	130 317

Contas	Consolidado												
	31 de Dezembro de 2002			31 de Dezembro de 2003									
				Valor bruto					Amortizações acumuladas				
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Transfer.	Entr./saídas	Abates	Total	Amortiz.	Entr./saídas	Abates	Total	Valor líq.
Imobilizações incorpóreas:													
Despesas de estabelecimento	10 833	10 804	29	89	–	45	–	10 967	44	45	–	10 893	74
Custos plurianuais	4 161	2 211	1 950	180	–	–	(5)	4 336	1 037	–	(3)	3 245	1 091
Sistemas de trat. autom. de dados *(software)*	19 158	13 065	6 093	8 361	1 024	–	(628)	27 915	6 134	–	(209)	18 990	8 925
Despesas de investig. e desenvolvimento	15 538	15 388	150	–	–	–	–	15 538	150	–	–	15 538	–
Imobilizações em curso	1 910	–	1 910	4	(1 024)	–	(887)	3	–	–	–	–	3
	51 600	41 468	10 132	8 634	–	45	(1 520)	58 759	7 365	45	(212)	48 666	10 093
Imobilizações corpóreas:													
Imóveis de serv. próprio	150 779	44 136	106 643	19	–	–	(4 320)	146 478	2 440	–	(3 473)	43 103	103 375
Equipamento	86 545	73 386	13 159	4 118	642	120	(1 425)	90 000	5 529	120	(1 301)	77 734	12 266
Património artístico	322	–	322	–	–	–	–	322	–	–	–	–	322
Despesas em edif. arrendados	23 870	19 816	4 054	424	229	–	(8)	24 515	1 006	–	(1)	20 821	3 694
Outros imóveis	8 345	1 313	7 032	–	–	–	–	8 345	91	–	–	1 404	6 941
Imobiliz. em locação financeira (nota n.º 45)	215	206	9			–	–	215	9	–	–	215	–
	270 076	138 857	131 219	4 561	871	120	(5 753)	269 875	9 075	120	(4 775)	143 277	126 598
Imobilizações em curso:													
Imóveis de serv. próprio	77	–	77	–	(77)	–	–	–	–	–	–	–	–
Imóveis arrendados	218	–	218	(66)	(152)	–	–	–	–	–	–	–	–
Equipamento	1 832	–	1 832	207	(642)	–	(815)	582	–	–	–	–	582
Outros imóveis	628	–	628	–	–	–	–	628	–	–	–	–	628
	2 755	–	2 755	141	(871)		(815)	1 210	–	–	–	–	1 210
	272 831	138 857	133 974	4 702	–	120	(6 568)	271 085	9 075	120	(4 775)	143 277	127 808
Total	324 431	180 325	144 106	13 336	–	165	(8 088)	329 844	16 440	165	(4 987)	191 943	137 901

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, no balanço individual e consolidado, os activos cedidos com acordo de recompra firme apresentam o seguinte detalhe:

	2002	2001
Crédito concedido	–	9 740
Títulos	115 327	3 772
	115 327	13 512

Nestas datas estas operações estavam reflectidas nas seguintes contas do passivo:

	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito (nota n.º 18)	–	9 740
Débitos para com clientes	115 327	3 772
	115 327	13 512

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica de tem a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Aplicações em instituições de crédito no País:				
Títulos de depósito	64 560	153 193	64 560	153 193
Depósitos a prazo	26 250	14 366	119 322	126 217
Empréstimos de curto prazo	164	1 529	164	1 529
Aplicações a muito curto prazo	15 432	657	15 432	657
Operações de compra com acordo de revenda	28 256	–	28 256	–
	134 662	169 745	227 734	281 596
Aplicações em outras instituições de crédito no País:				
Mercado monetário interbancário	–	25 000	–	25 000
Empréstimos de curto prazo	207 010	5 236	207 010	5 236
Depósitos a prazo	–	–	–	2 301
	207 010	30 236	207 010	32 537
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:				
Empréstimos de médio e longo prazo	–	4 103	–	4 103
Depósitos a prazo	213 999	266 921	213 999	266 921
Aplicações vencidas	–	2 602	–	2 602
Outros	82	435	82	435
	214 081	274 061	214 081	274 061
	555 753	474 042	648 825	588 194
Provisões acumuladas:				
Aplicações vencidas (nota n.º 25)	–	(2 602)	–	(2 602)
Risco-país (nota n.º 25)	(40)	(4 151)	(40)	(4 151)
	(40)	(6 753)	(40)	(6 753)
	555 713	467 289	648 785	581 441

Durante o exercício de 2002, o Banco procedeu ao abate de créditos vencidos sobre Angola e a Guiné-Bissau, no montante global de 6 765 milhares de euros, tendo utilizado as provisões constituídas para o efeito (nota n.º 25).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica de apresenta a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	363 778	276 121	455 307	291 077
De três meses a um ano	124 598	118 910	126 141	152 693
De um ano a cinco anos	67 377	76 409	67 377	141 822
Aplicações vencidas	–	2 602	–	2 602
	555 753	474 042	648 825	588 194

As taxas de juro médias em vigor em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, distribuem-se da seguinte forma:

Esta rubrica de tem a seguinte composição:

(Em percentagem)

	2002	2001
Títulos de depósito	3,28	3,76
Mercado monetário interbancário	–	3,42
Outras aplicações em instituições de crédito no país	2,62	3,65
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2,69	3,73

Créditos sobre clientes:

Esta rubrica de tem a seguinte composição:

	CPP						Consolidado	
	2002			2001			2002	2001
	Comercial	Fomento à construção e habitação	Total	Comercial	Fomento à construção e habitação	Total	— Total	— Total
Crédito de curto prazo:								
Descobertos em depósitos à ordem	154 631	–	154 631	392 231	–	392 231	154 631	392 231
Contas correntes	822 578	–	822 578	521 545	–	521 545	822 578	521 545
Efeitos descontados	58 482	–	58 482	117 359	–	117 359	58 482	117 359
	1 035 691	–	1 035 691	1 031 135	–	1 031 135	1 035 691	1 031 135
Empréstimos:								
Em moeda nacional	13 906	26 811	40 717	218 562	40 134	258 696	12 277	342 538
Em moeda estrangeira	213	–	213	2 912	–	2 912	238 799	2 912
Cartões de crédito	10 057	–	10 057	7 782	–	7 782	38 497	7 782
	24 176	26 811	50 987	229 256	40 134	269 390	289 573	353 232
	1 059 867	26 811	1 086 678	1 260 391	40 134	1 300 525	1 325 264	1 384 367
Crédito a médio/longo prazos:								
Empréstimos:								
Em moeda nacional	1 409 286	5 863 363	7 272 649	1 049 872	5 492 475	6 542 347	7 272 649	6 539 879
Em moeda estrangeira	128 219	431	128 650	491	–	491	128 650	491
Locação financeira	474	–	474	234	–	234	474	234
	1 537 979	5 863 794	7 401 773	1 050 597	5 492 475	6 543 072	7 401 773	6 540 604
Crédito e juros vencidos	58 097	197 882	255 979	82 642	165 891	248 533	255 980	251 002
	2 655 943	6 088 487	8 744 430	2 393 630	5 698 500	8 092 130	8 983 017	8 175 973
Provisões para:								
Crédito e juros vencidos			(112 552)			(130 826)	(112 552)	(130 826)
Créditos de cobr. duvidosa			(4 215)			(7 275)	(4 215)	(7 275)
Risco-país			(336)			(50)	(336)	(50)
			(117 103)			(138 151)	(117 103)	(138 151)
			8 627 327			7 953 979	8 865 914	8 037 822

O movimento nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país é apresentado na nota n.º 25.

Para além das provisões para risco específico de crédito, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o Banco dispõe de provisões para riscos gerais de crédito que nas suas contas consolidadas ascendem a 114 197 milhares de euros e 117 197 milhares de euros, respectivamente (notas n.º 3.3 alínea *e*) e 25).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a exposição do CPP em países considerados de risco, detalha-se como segue:

	2002							
	Outros créditos sobre instit. de crédito	Créditos sobre clientes	Total	Garantias recebidas	Exposição	Provisões		
						Risco-país	Aplicações vencidas	Total
Bahamas	–	2 900	2 900	–	2 900	290	–	290
Guiné-Bissau	81	14	95	–	95	47	–	47
Brasil	–	104	104	–	104	26	–	26
Moçambique	–	9	9	–	9	5	–	5
Angola	–	7	7	–	7	4	–	4
África do Sul	–	14	14	–	14	4	–	4
	81	3 048	3 129	–	3 129	376	–	376

	2001							
	Outros créditos sobre instit. de crédito	Créditos sobre clientes	Total	Garantias recebidas	Exposição	Provisões		
						Risco-país	Aplicações vencidas	Total
Angola	4 758	–	4 758	–	4 758	2 156	2 602	4 758
Guiné-Bissau	1 948	312	2 260	(216)	2 044	1 999	–	1 999
Bahamas	–	7	7	–	7	1	–	1
Brasil	–	180	180	–	180	45	–	45
	6 706	499	7 205	(216)	6 989	4 201	2 602	6 803

Quanto à sua duração residual, o escalonamento dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito vencido, é o seguinte:

Prazos	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Até três meses	802 522	1 200 548	802 523	1 208 132
De três meses a um ano	1 066 138	818 211	1 066 138	819 230
De um a cinco anos	2 399 159	975 557	2 399 159	978 394
Mais de cinco anos	4 220 632	4 849 281	4 459 217	4 919 215
	8 488 451	7 843 597	8 727 037	7 924 971

Por sectores de actividade o saldo da rubrica de créditos sobre clientes, pode ser analisado da seguinte forma:

	CPP						Consolidado					
	2002				2001		2002				2001	
	Vivo	Vencido	Total	Percentagem	Total	Percentagem	Vivo	Vencido	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Agricult. e silvicult., e pesca	5 115	7 497	12 612	0,14	15 059	0,19	5 115	7 497	12 612	0,14	15 059	0,18
Indústrias extractivas	21 981	2 346	24 327	0,28	1 696	0,02	21 981	2 346	24 327	0,27	1 696	0,02
Indústrias transformadoras	45 399	3 530	48 929	0,56	103 555	1,28	45 399	3 530	48 929	0,54	103 555	1,27
Electricidade, água e gás	2 136	–	2 136	0,02	1 766	0,02	4 521	–	4 521	0,05	1 766	0,02
Construção e obras públicas	684 622	28 280	712 902	8,15	855 733	10,57	684 622	28 280	712 902	7,94	855 733	10,47
Com. por grosso e a retalho	90 069	7 069	97 138	1,11	165 561	2,05	90 069	7 069	97 138	1,08	165 561	2,03
Transportes, armazen. e comunic.	29 215	374	29 589	0,34	40 612	0,50	29 215	374	29 589	0,33	40 612	0,50
Instituições financeiras	154 703	89	154 792	1,77	383 087	4,73	154 703	89	154 792	1,72	466 930	5,71
Administração pública	26 086	–	26 086	0,30	64 120	0,79	26 086	–	26 086	0,29	64 120	0,78
Particulares:												
Habitação	5 643 353	159 161	5 802 514	66,36	4 918 550	60,78	5 643 353	159 161	5 802 514	64 59	4 918 550	60,16
Consumo a outros	1 118 163	18 458	1 136 621	13,00	1 078 821	13,33	1 118 163	18 458	1 136 621	12,65	1 078 821	13,20
Crédito à habitação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Outros	867 609	29 175	696 784	7,97	463 570	5,73	903 810	29 176	932 986	10,39	463 570	5,67
	8 488 451	255 979	8 744 430	100,00	8 092 130	100,00	8 727 037	255 980	8 983 017	100,00	8 175 973	100,00

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, estavam autorizadas e não utilizadas pelos clientes linhas de crédito nos montantes de 663 468 milhares de euros e 1 066 346 milhares de euros, respectivamente (nota n.º 23).

15 — Reavaliações de imobilizações corpóreas:

O movimento nas reservas de reavaliação do CPP desde a data da sua privatização detalha-se como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 1991	38 442
Reavaliação do imobilizado efectuada em 1992	6 330
Utilização para o aumento de capital social do Banco em 1992	(38 442)
Reavaliação do imobilizado em 1994	174
Utilização para o aumento de capital social do Banco em 1997	(6 504)
Reavaliação do imobilizado em 1998	23 245
Saldo em 31 de Dezembro 2002 e 2001	23 245

Durante os exercícios de 2002 e 2001, o CPP não procedeu à reavaliação do seu activo imobilizado corpóreo.

Em 31 de Dezembro de 2002 o efeito das reavaliações do imobilizado corpóreo pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2002						
	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Valor líquido
	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	
Imóveis:							
De serviço próprio	44 547	101 931	146 478	(13 109)	(29 995)	(43 104)	103 374
Equipamento:							
Mobiliário e material	7 044	3 211	10 255	(6 291)	(2 868)	(9 159)	1 096
Máquinas e ferramentas	3 891	922	4 813	(3 505)	(830)	(4 335)	478
Equipamento informático	40 340	1 485	41 825	(37 100)	(1 366)	(38 466)	3 359
Instalações interiores	18 188	3 825	22 013	(14 329)	(3 013)	(17 342)	4 671
Material de transporte	1 805	23	1 828	(1 025)	(13)	(1 038)	790
Equipamento de segurança	5 956	339	6 295	(5 861)	(334)	(6 195)	100
Outro equipamento	2 290	–	2 290	(532)	–	(532)	1 758
	79 514	9 805	89 319	(68 643)	(8 424)	(77 067)	12 252
	124 061	111 736	235 797	(81 752)	(38 419)	(120 171)	115 626

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica de tem a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
À vista:				
No País	7 012	20 241	7 012	18 228
No estrangeiro	3 995	95 567	3 995	95 567
	11 007	115 808	11 007	113 795
A prazo ou com pré-aviso:				
No País:				
Empréstimos de curto prazo	–	5	–	5
Mercado monetário interbancário	24 000	4 041 740	24 000	4 041 740
Operações de venda com acordo de recompra (nota n.º 13)	–	9 740	–	9 740
Empréstimos de muito curto prazo	–	19 290	–	19 290
Depósitos a prazo	5 068 567	67 460	5 068 567	67 460
Outros recursos	91	–	91	528
	5 092 658	4 138 235	5 092 658	4 138 763
No estrangeiro:				
Depósitos a prazo	147 049	134 225	630 869	399 556
Outros recursos	1 455	64 806	1 454	64 806
	148 504	199 031	632 323	464 362
	5 241 162	4 337 266	5 724 981	4 603 125
	5 252 169	4 453 074	5 735 988	4 716 920

Quanto à sua duração residual os Débitos para com instituições de crédito decompõem-se como segue:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Débitos a prazo ou com pré-aviso:				
Até três meses	407 991	4 180 441	407 990	4 182 454
De três meses a um ano	4 833 171	146 262	5 316 991	326 140
De um a cinco anos	–	10 563	–	94 531
Total	5 241 162	4 337 266	5 724 981	4 603 125
Débitos à vista	11 007	115 808	11 007	113 795
Total	5 252 169	4 453 074	5 735 988	4 716 920

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as taxas de juro médias em vigor distribuem-se da seguinte forma:

(Em percentagem)

	CPP	
	2002	2001
Mercado monetário interbancário	3,79	4,03
Depósitos a prazo	3,03	3,84
Débitos para com instituições de crédito no estrangeiro	3,31	3,71

Débitos para com clientes:

Esta rubrica de tem a seguinte composição:

	CPP						Consolidado	
	2002			2001			2002	2001
	Empresas	Particulares	Total	Empresas	Particulares	Total	Total	Total
À vista:								
Depósitos à ordem	382 075	679 961	1 062 036	579 358	1 065 606	1 644 964	1 061 948	1 644 931
A prazo:								
Depósitos a prazo:								
30 a 90 dias	204 126	175 398	379 524	236 405	325 436	561 841	379 524	561 841
91 a 180 dias	70 078	49 506	119 584	58 694	515 897	574 591	119 584	574 591
181 dias a um ano	82 499	1 145 757	1 228 256	33 000	472 327	505 327	1 228 256	505 327
Superior a um ano	3 257	161 644	164 901	3 531	236 885	240 416	164 901	240 416
	359 960	1 532 305	1 892 265	331 630	1 550 545	1 882 175	1 892 265	1 882 175
Outros débitos	–	74 933	74 933	–	9 678	9 678	74 933	9 678
	359 960	1 607 238	1 967 198	331 630	1 560 223	1 891 853	1 967 198	1 891 853
Depósitos de poupança:								
Habitação	–	91 452	91 452	–	84 482	84 482	91 452	84 482
Emigrantes	–	1 135	1 135	–	1 107	1 107	1 135	1 107
Reformados	–	183 942	183 942	–	203 081	203 081	183 942	203 081
Outros	–	3 329	3 329	–	3 431	3 431	3 329	3 431
	–	279 858	279 858	–	292 101	292 101	279 858	292 101
Total	742 035	2 567 057	3 309 092	910 988	2 917 930	3 828 918	3 309 004	3 828 885

Quanto à sua duração residual estes débitos decompõem-se como segue:

	CPP						Consolidado	
	2002			2001			2003	2002
	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	Total	Total
Não exigível à vista:								
Até três meses	158 075	1 176 005	1 334 080	124 294	1 093 654	1 217 948	1 334 081	1 217 948
De três meses a um ano	121 399	694 124	815 523	150 461	681 725	832 186	815 523	832 186
De um a cinco anos	384	97 050	97 434	17 346	116 474	133 820	97 433	133 820
Mais de cinco anos	–	19	19	–	–	–	19	–
Total	279 858	1 967 198	2 247 056	292 101	1 891 853	2 183 954	2 247 056	2 183 954
Exigível à vista	–	1 062 036	1 062 036	–	1 644 964	1 644 964	1 061 948	1 644 931
Total	279 858	3 029 234	3 309 092	292 101	3 536 817	3 828 918	3 309 004	3 828 885

19 — Débitos representados por títulos — obrigações em circulação:

Esta rubrica de tem a seguinte composição:

	CPP e consolidado	
	2002	2001
CPP Banca Europeia 2003	30 000	30 000
CPP Euro Valorização EUR/USD	20 000	20 000
CPP Euro Valorização EUR/YEN — 1.ª série	–	30 000
CPP Euro Valorização EUR/YEN — 2.ª série	15 562	15 562

	CPP e consolidado	
	2002	2001
CPP EuroSeguradoras	26 112	26 112
Obrigações cupão zero	2 300	2 300
Plano Novo Investidor 9 Mais	25 000	25 000
Aplicação CPP 8,25 — 1.ª série	20 000	20 000
Aplicação CPP 8,25 — 2.ª série	10 000	10 000
CPP Europa Mais	22 720	22 720
CPP Duplinvest	12 500	12 500
Aplicação CPP 6x6 — 1.ª série	527	527
Aplicação CPP 6x6 — 2.ª série	5 277	5 277
Aplicação CPP 6x6 — 3.ª série	9 462	9 462
Crédito Predial Euro Preço	12 254	–
Crédito Predial Crescente	20 000	–
Crédito Predial Max4	12 803	–
CPP Taxa Fixa 2002	125 000	–
Crédito Predial Multisatisfação	12 520	–
Crédito Predial Cabaz Clássico	4 805	–
Crédito Predial Real Estate	10 046	–
Crédito Predial Valor Europa	7 668	–
Crédito Predial Valor Oriente	8 578	–
Crédito Predial Crescimento Europa 22	6 000	–
Crédito Predial Investimento Banca	5 926	–
	425 060	229 460

As obrigações CPP Banca Europeia 2003 foram emitidas em 28 de Junho de 2000, pelo montante global de 30 000 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 3 de Julho de 2003. Estas obrigações têm remuneração variável, que será calculada e paga no vencimento, em função da evolução do índice Dow Jones Euro Stoxx Bank, com um mínimo de 4,5% e um máximo de 30%.

As obrigações CPP Euro Valorização EUR/USD foram emitidas em 22 de Maio de 2000, pelo montante global de 20 000 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 22 de Maio de 2003. Estas obrigações têm uma remuneração fixa de 3,5% até 22 de Novembro de 2001 e variável até ao vencimento, em função da evolução do câmbio do euro face ao dólar norte-americano com um mínimo de 3,5% e um máximo de 17,5%.

As obrigações CPP Euro Valorização EUR/YEN — 1.ª série foram emitidas em 1 de Agosto de 2000, pelo montante global de 30 000 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 1 de Agosto de 2002. Estas obrigações têm uma remuneração fixa de 2% até 1 de Agosto de 2001 e variável até ao vencimento, em função da evolução do câmbio do euro face ao yen com um mínimo de 2% e um máximo de 38%.

As obrigações CPP Euro Valorização EUR/YEN — 2.ª série foram emitidas em 1 de Junho de 2001, pelo montante global de 15 562 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 2 de Junho de 2003. Estas obrigações não pagam juros. O seu valor de reembolso corresponde ao valor nominal acrescido de uma remuneração variável que será no mínimo de 4% e no máximo de 20% nominais, sendo calculada em função da evolução do câmbio EUR/JPY entre as datas de emissão e de reembolso.

As obrigações CPP EuroSeguradoras foram emitidas em 7 de Novembro de 2000, pelo montante global de 26 112 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 7 de Novembro de 2003. Estas obrigações têm uma remuneração variável, que será calculada e paga no vencimento, em função da evolução do índice Dow Jones Euro Stoxx Insurance, com um mínimo de 4,5% e um máximo de 30%.

As obrigações Plano Novo Investidor 9 Mais foram emitidas em 27 de Dezembro de 2000, pelo montante global de 25 000 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 31 de Março de 2004. Estas obrigações têm uma remuneração fixa de 3% a pagar em 27 de Dezembro de 2001, 27 de Dezembro de 2002 e 31 de Março de 2004. O valor de reembolso corresponde ao valor nominal acrescido de uma remuneração variável que será no mínimo de 0% e no máximo de 50%, sendo calculada em função da evolução trimestral do índice Nasdaq 100R entre 27 de Dezembro de 2000 e 27 de Março de 2004.

As duas séries de obrigações de caixa Crédito Predial Aplicação 8,25 foram emitidas nos dias 1 e 7 de Fevereiro de 2001, respectivamente, pelo valor de 20 000 milhares de euros e 10 000 milhares de euros. Estas obrigações têm uma remuneração de 4% sobre o valor nominal ao fim do primeiro ano e de 4,25% sobre o valor nominal a pagar na data de reembolso, que ocorrerá em 1 e 7 de Maio de 2003, respectivamente.

As obrigações de caixa Crédito Predial Duplinvest correspondem a 250 000 obrigações de valor nominal de 50 euros cada, tendo sido emitidas em 30 de Julho de 2001. Estas obrigações não têm subjacente o pagamento de juros, sendo o seu valor de reembolso, que ocorrerá em 30 de Novembro de 2004, corresponde ao valor nominal acrescido de uma remuneração variável, que será no mínimo de 0% e no máximo de 50%, sendo calculada em função da evolução mensal do índice Dow Jones eurostoxx 50 entre a data de emissão e de reembolso.

As obrigações de caixa Crédito Predial Europa Mais foram emitidas no dia 26 de Março de 2001, pelo montante global de 22 720 milhares de euros, correspondentes a 454 400 obrigações de valor nominal de 50 euros cada. A remuneração destas obrigações é paga na data de reembolso, que será no mínimo de 22,5% e no máximo de 50%, sendo indexada à variação mensal do índice Dow Jones eurostoxx 50 entre a data de emissão e de reembolso.

As três séries de obrigações Aplicação CPP 6x6 foram emitidas pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, em 24 de Julho, 16 de Agosto e 18 de Setembro de 2000, respectivamente, pelo montante global de 25 000 milhares de euros cada, com um valor nominal de 50 euros por obrigação. Estas obrigações têm uma remuneração fixa de 3,3% no final do primeiro e do segundo ano a contar da data de emissão, e uma remuneração de 6,6% no final do terceiro ano.

As obrigações de caixa Crédito Predial Euro Preço foram emitidas em 28 de Janeiro de 2002, pelo montante global de 12 254 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 28 de Janeiro de 2005. Estas obrigações têm uma remuneração variável indexada à Euribor a três meses com *spread* negativo de 0,80%.

As obrigações de caixa Crédito Predial Crescente foram emitidas em 28 de Março de 2002, pelo montante global de 20 000 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 29 de Março de 2004. Estas obrigações têm uma remuneração fixa de 3% em 28 de Março de 2003 e de 4% em 29 de Março de 2004. O valor de reembolso é igual ao valor nominal.

As obrigações de caixa Crédito Predial Max 4 foram emitidas a 29 de Abril de 2002, pelo montante global de 12 803 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 29 de Abril de 2004. As obrigações têm uma remuneração variável indexada a um cabaz constituído por acções das empresas Sony Corp, Nokia OYJ, BMW e Coca-cola, com um mínimo de 3% e um máximo de 10%.

As obrigações de caixa CPP Taxa Fixa 2002 foram emitidas a 2 de Maio de 2002, pelo montante global de 125 000 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 2 de Maio de 2009. As obrigações têm uma remuneração fixa anual de 5,3%.

As obrigações de caixa Crédito Predial Multisatisfação foram emitidas em 11 de Junho de 2002, até ao montante global de 20 000

milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 14 de Junho de 2005. Estas obrigações têm uma taxa fixa de 7,5%, com pagamento intercalar de juros a 11 de Setembro de 2002. Estas obrigações têm ainda um reembolso variável indexado ao comportamento do Fundo de Investimento Multiglobal e a um cabaz de acções constituído pelos índices Dow Jones eurostoxx 50 e PSI 20, com um mínimo de 0%. O Banco contratou com o BSNP um *equity Swap* para cobertura do risco associado ao índice Dow Jones Eurostoxx 50, através do qual converte a remuneração variável a pagar numa taxa indexada à Euribor e adquiriu unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal para cobertura do risco associado a esta componente.

As obrigações de caixa Crédito Predial Cabaz Clássico foram emitidas a 15 de Julho de 2002, pelo montante global de 4 805 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 15 de Julho de 2004.

As obrigações têm uma remuneração variável calculada e paga no vencimento, indexada a um cabaz de quatro acções, com um mínimo de 2,5% e máximo de 16%.

As obrigações de caixa Crédito Predial Real Estate foram emitidas a 1 de Agosto de 2002, pelo montante global de 10 046 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 4 de Agosto de 2005. As obrigações têm uma remuneração variável calculada e paga no vencimento, indexada ao fundo de investimento imobiliário HAUS-INVEST, com um mínimo de 0% e máximo de 6%.

As obrigações de caixa Crédito Predial Valor Europa foram emitidas a 4 de Outubro de 2002, pelo montante global de 7 688 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 7 de Outubro de 2005. As obrigações têm uma remuneração variável anual indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50. O valor de reembolso é igual ao valor nominal.

As obrigações de caixa Crédito Predial Valor Oriente foram emitidas a 4 de Novembro de 2002, pelo montante global de 8 578 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 4 de Novembro de 2005. As obrigações têm uma remuneração variável anual indexada à variação do euro face ao iene, com um mínimo de 0% e um máximo de 5%. O valor de reembolso é igual ao valor nominal. Estas obrigações encontram-se cobertas por dois *equity swaps* contratados com o BSNP, para converter a remuneração numa taxa indexada a Euribor.

As obrigações de caixa Crédito Predial Crescimento Europa 22 foram emitidas a 2 de Dezembro de 2002, pelo montante global de 6000 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 7 de Dezembro de 2005. As obrigações têm uma remuneração variável indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50, com um mínimo de 3% e um máximo de 22%.

As obrigações de caixa Crédito Predial Investimento Banca foram emitidas a 30 de Dezembro de 2002, pelo montante global de 5926 milhares de euros, com um valor nominal de 50 euros por obrigação, sendo reembolsáveis no dia 16 de Janeiro de 2006. As obrigações têm uma remuneração variável calculada e paga no vencimento, sendo indexada a um cabaz de 3 acções, com um mínimo de 3% e um máximo de 18%.

Estas obrigações encontram-se cobertas por *equity swaps* e *swaps* de taxa de juro, contratados com o Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., para converter a remuneração destas obrigações numa taxa indexada à Euribor, tal como se segue:

	Número de contratos	Cobertura	Taxa de juro
CPP Banca Europeia 2003	1	*Equity swap*	Euribor seis meses
CPP Euro Valorização EUR/USD	1	*Equity swap*	Euribor seis meses
CPP Euro Valorização EUR/YEN — 2.ª série	1	*Equity swap*	Euribor três meses
CPP EuroSeguradoras	1	*Equity swap*	Euribor seis meses
Plano Novo Investidor 9 Mais	2	*Equity swap*	Euribor seis meses
CPP Europa Mais	2	*Equity swap*	Euribor seis meses
CPP Duplinvest	1	*Equity swap*	Euribor três meses
Aplicação CPP 6x6 — 1.ª série	2	*Swap* de taxa de juro	Euribor 12 meses
Aplicação CPP 6x6 — 2.ª série	2	*Swap* de taxa de juro	Euribor 12 meses
Aplicação CPP 6x6 — 3.ªsérie	3	*Swap* de taxa de juro	Euribor 12 meses
Crédito Predial Euro Preço	1	*Equity swap*	Euribor três meses
Crédito Predial Max4	1	*Equity swap*	Euribor três meses
Crédito Predial Multisatisfação	1	*Equity swap*	Fixa
Crédito Predial Cabaz Clássico	1	*Equity swap*	Euribor três meses
Crédito Predial Real Estate	1	*Equity swap*	Euribor três meses
Crédito Predial Valor Europa	1	*Equity swap*	Euribor três meses
Crédito Predial Valor Oriente	1	*Equity swap*	Euribor três meses
Crédito Predial Crescimento Europa 22	1	*Equity swap*	Fixa
Crédito Predial Investimento Banca	1	*Equity swap*	Euribor três meses
Aplicação CPP 8,25 — 1.ª série	2	*Swap* de taxa de juro	Euribor três meses
Aplicação CPP 8,25 — 2.ªsérie	1	*Swap* de taxa de juro	Euribor três meses
Crédito Predial Crescente	2	*Swap* de taxa de juro	Fixa

21 — Débitos sobre empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2002, e 2001, os principais débitos mantidos com empresas do Grupo eram os seguintes:

	2002				2001			
	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem	Juros e custos a pagar	Garantias prestadas	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem	Juros e custos a pagar	Garantias prestadas
Banco Totta & Açores	5 147 697	–	33 819	27 769	4 404 444	–	57 647	28 019
Banco Santander de Negócios Portugal	51 075	91	458	–	111 740	–	600	–
Tolta & Açores International	22 049	–	349	–	10 710	–	707	–
Banco Santander Portugal	47	–	–	–	25 131	–	–	–
Totta Seguros — Comp. Seguros Vida	–	2 982	–	–	–	–	–	–
Santander SGFIM	–	156	–	–	–	111	–	–
Santander Gest	–	151	–	–	–	–	–	–
Petrofinac, SGPS	–	142	–	–	–	139	–	–
Mermul	–	89	–	–	–	–	–	–
Santander Imovest	–	69	–	–	–	2 659	3	–
BSN Dealer	–	5	–	–	–	8	–	–
Totta Serviços	–	–	–	–	–	1 278	3	–
Siemca	–	–	–	–	–	13	–	–

22 — Passivos subordinados:

Esta rubrica de tem a seguinte composição:

	CPP e consolidado	
	2002	2001
Títulos de participação:		
Emissão de 1988	24 940	24 940
Emissão de 1989	37 410	37 410
	62 350	62 350
Empréstimos subordinados:		
Empréstimo obrigacionista subordinado	–	74 820
Obrigações perpétuas subordinadas:		
Tops	29 927	29 927
CPP 2001	299 279	299 279
Obrigações de caixa subordinadas:		
CPP 2001	20 000	20 000
Eurostoxx 50	11 000	11 000
Crédito Predial Garantido seis anos	15 050	–
	437 606	497 376

a) Títulos de participação:

Os títulos de participação foram emitidos em 1988 e 1989 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 321/85, de 5 de Agosto, com um valor nominal unitário de 4,99 euros. Estas emissões foram integralmente subscritas pelo público, tendo gerado prémios de emissão que foram incorporados no capital do Banco em 1989 e 1990, nos montantes de 3741 milhares de euros e 5611 milhares de euros, respectivamente.

Os títulos de participação podem ser reembolsados desde o 10.º ano de vida do título, mediante um pré-aviso de seis meses por parte do Banco. A emissão de 1988 vence juros anualmente em 1 de Novembro e a de 1989 em 1 de Junho.

O rendimento destes títulos, composto por uma parte fixa e uma parte variável, é determinado como segue:

Parte fixa:

Sobre 70% do valor nominal, aplica-se uma taxa de juro igual à taxa de referência TD3, fixada no boletim da Euronext Lisboa, em vigor no início de cada período de contagem de juros, multiplicada por 1,05.

Em 31 de Dezembro de 2002, a taxa de remuneração fixa era de 1,7% para a emissão de 1988 (2,4% em 31 de Dezembro de 2001) e de 1,9% para a emissão de 1989 (2,7% em 31 de Dezembro de 2001).

Parte variável:

Incide sobre 30% do valor nominal e é calculada com base numa taxa de juro igual ao produto da taxa de referência, pelo quociente entre os resultados do Banco no exercício anterior ao seu vencimento e os resultados do Banco no exercício que o precede. Em 31 de Dezembro de 2002, a taxa de remuneração variável era de 1,1% para a emissão de 1988 (1,3% em 31 de Dezembro de 2001) e de 1,5% para a emissão de 1989 (2,1% em 31 de Dezembro de 2001).

No caso da emissão de 1988, a remuneração variável não poderá exceder 140% nem ser inferior a 80% da taxa de referência utilizada no cálculo da remuneração fixa. No caso da emissão de 1989, a remuneração total (fixa e variável) não poderá exceder 130% nem ser inferior a 110% da taxa de referência utilizada no cálculo da remuneração fixa.

b) Empréstimo obrigacionista subordinado:

Em 15 de Julho de 1992 o Banco procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no montante global de 74 820 milhares de euros, representado por obrigações com o valor nominal de 4,99 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente, em 15 de Janeiro e 15 de Julho de cada ano, sendo calculados por aplicação da taxa base anual calculada e divulgada pelo Banco de Portugal, multiplicada pelo factor 1,07.

Para o cupão com início em 15 de Julho de 2001, a taxa de juro fixada foi de 4,5625%.

O empréstimo foi totalmente amortizado em 15 de Julho de 2002.

c) Obrigações perpétuas subordinadas:

i) Títulos Obrigacionistas Perpétuos Subordinados (TOPS):

Em 26 de Novembro de 1997 o Banco procedeu a uma emissão de 6 000 000 de obrigações perpétuas subordinadas, de valor nominal de 4,99 euros cada.

Os juros vencem-se semestral e postecipadamente, em 4 de Junho e 4 de Dezembro de cada ano.

A taxa de juro aplicável corresponde à taxa Euribor para o prazo de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil do período semestral de contagem de juros anterior, acrescida de:

0,4 de ponto percentual do 2.º ao 20.º cupão inclusive;
0,9 de ponto percentual do 21.º ao 40.º cupão inclusive;
1,4 de ponto percentual a partir do 41.º cupão inclusive.

Para o cupão com início a 4 de Dezembro de 2002, a taxa de juro fixada foi de 3,377%.

Por iniciativa do Banco, poderá ser efectuado o reembolso antecipado (*call-option*), total ou parcial do empréstimo, neste caso por redução ao valor nominal, a partir do vencimento do 20.º cupão, inclusive, e em qualquer vencimento dos cupões seguintes, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.

ii) Títulos Obrigacionistas Perpétuos Subordinados CPP 2001:

Em 21 de Fevereiro de 2001 o Banco emitiu 60 000 000 de obrigações perpétuas subordinadas, por subscrição particular e directa, ao valor nominal de 4,99 euros cada.

Os juros vencem-se semestral e postecipadamente, em 23 de Fevereiro e 23 de Agosto de cada ano.

A taxa de juro aplicável corresponde à taxa Euribor para o prazo de seis meses divulgada no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de:

1,6 de ponto percentual do 1.º ao 20.º cupão inclusive;
1,75 de ponto percentual a partir do 21.º cupão inclusive.

Para o cupão com início em 23 de Agosto de 2002 a taxa de juro fixada foi de 5,005%. Por iniciativa do Banco, poderá ser efectuado o reembolso antecipado (*call-option*), total ou parcial do empréstimo, neste caso por redução ao valor nominal, a partir do vencimento do 20.º cupão, inclusive, e em qualquer vencimento dos cupões seguintes, mediante:

d) Obrigações de caixa subordinadas:

i) Obrigações de caixa subordinadas CPP 2001:

Em 16 de Abril de 2001, o Banco emitiu 400 000 obrigações de caixa subordinadas denominadas CPP 2001, de valor nominal de 50 euros cada.

Os juros, correspondentes a 5% sobre o valor nominal, vencem-se anual e postecipadamente no dia 16 de Abril de cada ano.

A data de reembolso destas obrigações é 16 de Abril de 2009. O Banco tem a opção de efectuar o reembolso antecipado do empréstimo obrigacionista, total ou parcialmente (neste último caso por redução ao seu valor nominal), ao par, a partir de 16 de Abril de 2006 e posteriormente, no final de cada semestre, sempre mediante autorização prévia do Banco de Portugal.

ii) Obrigações de caixa subordinadas Eurostoxx 50:

Em 14 de Maio de 2001 o Banco procedeu à emissão de 220 000 obrigações de caixa subordinadas denominadas CPP eurostoxx 50, de valor nominal de 50 euros cada.

Os juros, correspondentes a 2% do valor nominal, vencem-se anual e postecipadamente.

A data de reembolso destas obrigações é 14 de Maio de 2007. O respectivo valor corresponderá ao valor nominal acrescido de uma remuneração variável correspondente a um mínimo de 2% e um máximo de 50% do Valor Nominal, calculada em função da evolução mensal do índice Dow Jones Eurostoxx 50 entre a data de emissão e de reembolso.

O Banco contratou, com o BSNP, um *equity swap* para cobertura do risco associado a este passivo, através do qual converte a remuneração variável a pagar numa taxa indexada à Euribor a três meses.

iii) Obrigações de caixa subordinadas Crédito Predial Garantido seis anos:

Em 2 de Dezembro de 2002 o Banco procedeu à emissão de 301 000 obrigações de caixa subordinadas denominadas Crédito Predial Garantido seis anos de valor nominal de 50 euros cada.

Os juros vencem-se anual e postecipadamente, estando indexados à variação do índice Dow Jones Euro Stoxx 50, com um mínimo de 1% e um máximo de 8,15%, entre a data de emissão e de reembolso.

As obrigações serão reembolsadas ao valor nominal em 5 de Dezembro de 2008.

O Banco contratou com o BSNP um *equity swap* para cobertura do risco associado a este passivo, através do qual converte a remuneração variável a pagar numa taxa indexada à Euribor a três meses.

Destas emissões encontravam-se cotadas na Euronext Lisboa aquelas cujo valor de mercado, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, é indicado abaixo:

	2002	2001
Títulos de participação:		
Emissão de 1988	12 472	15 321
Emissão de 1989	21 511	23 194
	33 983	38 515
Emprést. obrigacionista subordinado	–	74 820
Obrig. perpétuas subordinadas — Tops	23 939	25 139
	57 922	138 474

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Passivos eventuais:				
Activos dados em garantia:				
Banco de Portugal	49 880	161 880	49 880	161 880
Fundo de garantia de depósitos	11 700	9 151	11 700	9 151
Sistema de indemnização ao investidor	602	388	602	388
Garantias e avales prestados	222 580	161 151	222 581	163 508
Créditos documentários abertos	508	1 676	508	2 022
Fianças e indemnizações	17	46 948	17	46 948
	285 287	381 194	285 287	383 897
Compromissos:				
Por linhas de crédito irrevogáveis (nota n.º 14)	663 468	1 066 346	663 468	1 066 346
Por operações a prazo	43 407	16 501	43 407	16 501
Contratos a prazo de depósitos	1 170	9 970	1 170	225 635
Fundo de garantia de depósitos	11 700	797	11 700	797
Sistema de indemnização ao investidor	1 219	–	1 219	–
Outros	1	–	1	–
	720 965	1 093 614	720 965	1 309 279
Responsabilidades por prestação de serviços:				
Títulos depositados	1 615 356	1 556 493	1 615 356	544 620
Depósito, guarda e cobrança de outros valores	6 478	289	6 478	7 880
	1 621 834	1 556 782	1 621 834	552 500

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os activos dados em garantia ao Banco de Portugal referem-se a títulos de depósito — Série B, destinados a garantir o bom funcionamento do SPGT — Sistema de Processamento de Grandes Transacções. Nestas datas, esta rubrica de inclui ainda os valores não pagos da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos e as responsabilidades potenciais para com o sistema de indemnização aos investidores. Em 31 de Dezembro de 2001, inclui também os títulos dados ao Banco de Portugal para garantia dos euros recebidos à consignação no final do exercício de 2001.

Para além dos compromissos acima referidos, em 31 de Dezembro de 2002 existem os seguintes saldos relativos a outras rubricas extrapatrimoniais:

	CPP	Consolidado
Operações cambiais à vista:		
Compras	1 470	1 470
Vendas	1 477	1 477
Operações cambiais a prazo:		
Compras	308 196	556 684
Vendas	303 944	552 715
Operações de *swap* de taxa de juro:		
Compras	1 294 995	1 291 995
Vendas	1 294 995	1 294 955
Operações de *swap* de moeda e taxa de juro:		
Compras	214 248	–
Vendas	205 410	–
Opções:		
Compras	8 803	8 803
Contratos de garantia de taxas de juro	319 437	319 437
Operações de *equity swap*	298 134	513 732

Em 31 de Dezembro de 2002, a actividade desenvolvida pelo CPP e suas subsidiárias em operações de derivados traduz-se nos seguintes valores:

	CPP						Consolidado					
	Valor nominal dos contratos			Justo valor (*a*)			Valor nominal dos contratos			Justo valor (*a*)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:												
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):												
Cambiais a prazo (*outright forwards*) — compras	–	306 196	308 196	–	238 683	238 663	–	556 684	556 684	–	427 414	427 414
Cambiais a prazo (*outright forwards*) — vendas	–	(303 944)	(303 944)	–	(235 425)	(235 425)	–	(552 715)	(552 715)	–	(430 456)	(430 456)
	–	4 252	4 252	–	3 258	3 296	–	3 969	3 969	–	(3 042)	(3 042)
Contratos sobre taxa de juro:												
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):												
swaps (*interest rate swaps*)	1 266 130	26 665	1 294 995	6 359	699	7 058	1 266 130	26 865	1 294 995	6 359	699	7 058
Caps	319 437	–	319 437	(44)	–	(44)	319 437	–	319 437	(44)	–	(44)
Opções	8 803	–	8 803	8 554	–	6 554	8 803	–	8 803	6 554	–	8 554
	1 594 370	28 865	1 623 235	14 869	699	15 568	1 594 370	28 865	1 623 235	14 869	699	15 568
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:												
Cross currency swaps — compras	–	214 248	214 248	–	215 533	215 533	–	–	–	–	–	–
Cross currency swaps — vendas	–	(205 410)	(205 410)	–	(206 635)	(206 635)	–	–	–	–	–	–
	–	8 838	8 836	–	8 898	8 896	–	–	–	–	–	–
Contratos sobre cotações:												
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):												
swaps sobre colações (*equity swaps*)	296 134	–	298 134	(3 101)	–	(3 101)	513 732	–	513 732	66 080	–	65 564
	1 892 504	41 955	1 934 459	11 766	12 855	24 623	2 108 102	32 834	2 140 936	80 949	–	78 090

(*a*) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência.

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor.
Os ganhos nos derivados de cobertura são compensados por perdas em operações de balanço.
Em 31 de Dezembro de 2002, as maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura são as seguintes:

	CPP						Consolidado					
	Até seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Até seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de juro:												
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):												
swaps (*interest rate swaps*)	92 377	4 470	99 289	105 667	964 327	1 266 130	92 377	4 470	99 289	105 667	964 327	1 266 130
Caps	–	–	42 083	29 784	247 570	319 437	–	–	42 083	29 784	247 570	319 437
Opções	–	8 803	–	–	–	8 603	–	8 803	–	–	–	8 803
	92 377	13 273	141 372	135 451	1 211 897	1 594 370	92 377	13 273	141 372	135 451	1 211 897	1 594 370

	CPP						Consolidado					
	Até seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Até seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre cotações:												
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):												
swaps sobre cotações (*equity swaps*)	35 662	78 831	151 665	16 926	15 050	298 134	251 260	78 831	151 665	16 926	15 050	513 732
	129 039	92 104	293 037	152 377	1 226 947	1 892 504	343 637	92 104	293 037	152 377	1 226 947	2 108 102

Em 31 de Dezembro de 2002, as maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

	CPP				Consolidado			
	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	Mais de cinco anos	Total	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:								
Transaccionados em mercados de balcão (OTC):								
Cambiais a prazo (*outright forwards*) — compras	–	–	306 196	308 196	–	–	556 684	556 684
Cambiais a prazo (*outright forwards*) — vendas	–	–	(303 944)	(303 944)	–	–	(552 715)	(552 715)
	–	–	4 262	4 252	–	–	3 969	3 969
Contratos sobre taxa de juro:								
Transaccionados em mercados de balcão (OTC):								
Swaps (*interest rate swaps*)	15 506	13 359	–	28 865	15 506	13 359	–	28 865
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:								
Cross Currency swaps — compras	–	–	214 248	214 248	–	–	–	–
Cross Currency swaps — Vendas	–	–	(205 410)	(205 410)	–	–	–	–
	–	–	6 838	6 836	–	–	–	–
	15 506	13 359	13 090	41 955	15 506	13 359	3 969	32 834

24 — Pensões de reforma:

As responsabilidades com pensões de reforma são apresentadas na nota n.º 49.

25 — Movimentos nas provisões:

Os movimentos nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 apresentam o seguinte detalhe:

Contas	CPP										
	Saldos em 31 de Dezembro de 2000	Resultados		Transferências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Resultados		Transferências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2002
		Aumentos	Anulações				Aumentos	Anulações			
Provisões classificadas no passivo:											
Para riscos e encargos:											
Riscos gerais de crédito [notas n.os 14 e 3.3, alínea *e*)]	111 376	14 207	(7 954)	(428)	–	117 201	17 970	(19 381)	(1 593)	–	114 197
Outros riscos e encargos (notas n.os 41)	1 993	21 686	(679)	–	(1 046)	21 954	14 601	(3 202)	4 371	–	37 724
Riscos de flut. de câmbios (nota n.º 27)	424	–	–	–	–	424	–	–	–	–	424
	113 793	35 893	(8 633)	(428)	(1 046)	139 579	32 571	(22 583)	2 778	–	152 345
Fundo para riscos banc. gerais [nota n.º 3.3, alínea *e*)]	1 992	2 738	–	(359)	–	4 371	–	–	(4 371)	–	–
Provisões classific. como redução a rubricas do activo:											
Crédito e juros vencidos — instituições de crédito (nota n.º 14)	2 464	–	–	–	138	2 602	–	–	4 163	(6 765)	–
Crédito e juros vencidos — créditos sobre clientes (nota n.º 14)	127 792	24 557	(159)	–	(21 364)	130 826	48 224	(4 553)	–	(61 945)	112 552
Crédito e juros vencidos — títulos (nota n.º 10)	1 067	–	–	–	(1 067)	–	–	–	–	–	–
Créd. de cobrança duvidosa [notas n.os 14 e 3.3 alínea *e*)]	4 095	5 531	(2 274)	–	(77)	7 275	1 880	(6 534)	1 593	1	4 215
	135 418	30 088	(2 433)	–	(22 370)	140 703	50 104	(11 087)	5 756	(68 709)	116 767
Para risco-país:											
Créd. sobre clientes [notas n.os 14 e 3.3, alínea *e*)]	5	48	(3)	–	–	50	330	(45)	–	1	336
Instituições de crédito [notas n.os 14 e 3.3, alínea *e*)]	3 931	4	–	–	216	4 151	–	(8)	(4 163)	60	40
Tít. de rendim. fixo [notas n.os 10 e 3.3, alínea *e*)]	10 535	10 109	(10 537)	–	–	10 107	–	(10 107)	–	–	–
	14 471	10 161	(10 540)	–	216	14 308	330	(10 160)	(4 163)	61	376
Para depreciação de títulos de investimento:											
De rendimento fixo (nota n.º 10)	50	–	(7)	–	–	43	9	–	–	–	52
De rendimento variável (nota n.º 10)	6 694	28	(9)	764	–	7 477	129	(879)	–	–	6 727
	6 744	28	(16)	764	–	7 520	138	(879)	–	–	6 779
Menos-valias em outras aplic. (nota n.º 31)	2 689	407	(548)	–	–	2 548	4 773	(232)	–	–	7 089
	275 107	79 315	(22 170)	(23)	(23 200)	309 029	87 916	(44 941)	–	(68 648)	283 356

Contas	CPP										
	Saldos em 31 de Dezembro de 2000	Resultados		Transfe-rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Resultados		Transfe-rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2002
		Aumentos	Anulações				Aumentos	Anulações			
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	187	1	–	–	–	188	2	–	–	–	190
Partes de capital em empresas coligadas (nota n.º 6)	125	–	–	–	–	125	363	(100)	–	–	388
Outras imobilizações financ. (nota n.º 31)	–	–	–	23	–	23	–	–	–	–	–
	312	1	–	23	–	336	365	(100)	–	–	601
	275 419	79 316	(22 170)	–	(23 200)	309 365	88 281	(45 041)	–	(68 648)	283 957

Contas	Consolidado												
	Saldos em 31 de Dezembro de 2000	Resultados		Aquis. Totta Ireland	Transfe-rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Resultados		Incorpor. da Sulférias	Transfe-rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2002
		Aumentos	Anulações					Aumentos	Anulações				
Provisões classificadas no passivo:													
Para fiscos e encargos:													
Riscos gerais de crédito [notas n.os 14 e 3.3, alínea *e*)]	111 373	14 206	(7 954)	–	(428)	–	117 197	17 970	(19 381)	–	(1 589)	–	114 197
Outros riscos e encargos (notas n.os 41)	4 137	23 546	(679)	–	–	(1 047)	25 957	14 601	(3 269)	18	4 367	–	41 674
Pensões e encargos similares	75	–	(75)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Riscos de flut. de câmbios (nota n.º 27)	424	–	–	–	–	–	424	–	–	–	–	–	424
	116 009	37 752	(8 708)	–	(428)	(1 047)	143 578	32 571	(22 650)	18	2 778	–	156 595
Fundo para riscos banc. gerais [nota n.º 3.3, alínea *e*)]	1 992	2 738		–	(359)	–	4 371	–	–	–	(4 371)	–	–
Provisões classific. como redução a rubricas do activo:													
Crédito e juros vencidos — instituições de crédito (nota n.º 14)	2 464	–	–	–	–	138	2 602	–	–	–	4 163	(6 765)	–
Crédito e juros vencidos — créditos sobre clientes (nota n.º 14)	127 792	24 557	(159)	–	–	(21 364)	130 826	48 225	(4 554)	–	–	(61 945)	112 552
Crédito e juros vencidos — títulos (nota n.º 10)	1 067	–	–	–	–	(1 067)	–	–	–	–	–	–	–
Créditos de cobrança duvidosa [nota n.º 3.3, alínea *e*)]	4 095	5 531	(2 274)	–	–	(77)	7 275	1 881	(6 534)	–	1 593	–	4 215
	135 418	30 088	(2 433)	–	–	(22 370)	140 703	50 106	(11 088)	–	5 756	(68 710)	116 767
Para risco-país:													
Créditos sobre clientes [notas n.os 14 e 3.3, alínea *e*)]	5	48	(3)	–	–	–	50	330	(45)	–	–	1	336

Contas	Consolidado												
	Saldos em 31 de Dezembro de 2000	Resultados		Aquis. Totta Ireland	Transfe-rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Resultados		Incorpor. da Sulférias	Transfe-rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2002
		Aumentos	Anulações					Aumentos	Anulações				
Instituições de crédito [notas n.os 14 e 3.3, alínea *e*)]	3 931	4	–	–	–	216	4 151	–	(8)	–	(4 163)	60	40
Títulos de rendim. fixo [notas n.os 10, 14 e 3.3, alínea *e*)]	10 535	10 109	(10 537)	–	–	–	10 107	–	(10 107)	–	–	–	–
	14 471	10 161	(10 540)	–	–	216	14 308	330	(10 160)	–	(4 163)	61	376
Para depreciação de títulos de investimento:													
De rendimento fixo (nota n.º 10)	50	509	(20)	222	–	(207)	554	–	(451)	–	8	(59)	52
De rendimento variável (nota n.º 10)	6 694	28	(9)	–	764	–	7 477	137	(879)	–	(8)	–	6 727
	6 744	537	(29)	222	764	(207)	8 031	137	(1 330)	–	–	(59)	6 779
Menos-valias em outras aplic. (nota n.º 31)	3 287	408	(748)	–	–	–	2 947	4 832	(408)	6 048	–	–	13 419
	277 921	81 684	(22 458)	222	(23)	(23 408)	313 938	87 976	(45 636)	6 066	–	(68 708)	293 636
Imobilizações financeiras (nota n.º 6)	219	1	(17)	–	–	–	203	2	–	–	–	–	205
Outras imobiliz. financeiras (nota n.º 31)	409	–	(409)	–	23	–	23	–	–	–	–	–	23
	628	1	(426)	–	23	–	226	2	–	–	–	–	228
	278 549	81 685	(22 884)	222	–	(23 408)	314 164	87 978	(45 636)	6 066	–	(68 708)	293 864

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a provisão para riscos gerais de crédito inclui 24 776 milhares de euros e 33 620 milhares de euros, respectivamente, relativos a provisões acima dos mínimos definidos pelo Banco de Portugal, destinadas a fazer face a riscos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2002, a provisão para outros riscos e encargos inclui 14 643 milhares de euros para fazer face a responsabilidades com pensões de reforma (nota n.º 27), 4395 milhares de euros destinados ao pagamento de incentivos a longo prazo a altos quadros do Banco, 4154 milhares de euros para impostos diferidos passivos, 1969 milhares de euros referentes à desvalorização de participações financeiras em Agrupamentos Complementares de Empresas e 3699 milhares de euros para fazer face a contingências fiscais.

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo desta rubrica de inclui 14 643 milhares de euros relativos a responsabilidades com pensões de reforma (nota n.º 27) e 2200 milhares de euros destinados ao pagamento de incentivos a longo prazo a altos quadros do Banco.

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Activo:				
Proveitos a receber:				
Juros de crédito comercial	7 817	8 518	9 695	8 518
Juros de crédito de fomento à construção e habitação	4 546	9 538	4 547	9 538
Juros de títulos	5 585	3 004	6 169	3 675
Juros de aplicações em instituições de crédito	4 422	5 979	4 667	6 409
Juros de outras aplicações	4 078	3 581	4 078	4 117
Juros de *swaps* de taxa de juro	5 739	12 367	10 546	20 794
	32 187	42 987	39 702	53 051
Despesas com custo diferido:				
Financiamento de reformas antecipadas [notas n.os 3.3, alínea *j*) e 49]	42 335	10 172	42 335	10 172
Diferimento de perdas actuariais e financ. [notas n.os 3.3, alínea *j*) e 49]	9 425	–	9 425	–
Operações de venda com acordo de recompra	1 551	1 546	1 551	1 546
Crédito habitação — ofertas	10 850	6 009	10 850	6 009
Equity swaps	172	962	172	962
Prémios de opções	11	27	11	27
Outras	135	170	136	172
	64 479	18 886	64 480	18 888
Material de economato em existência	523	537	523	537
Outras contas de regularização:				
Flutuação de valores:				
Imobilizações financeiras (nota n.º 25)	424	424	424	424
Fundo de pensões [notas n.os 3.3, alínea *j*) e 49]	38 876	14 643	38 876	14 643
Reavaliação de *swaps* de taxa de juro [nota n.º 3.3, alínea *b*)]	9 328	9 464	–	–
Reavaliação de *forwards* [nota n.º 3.3, alínea *b*)]	3 258	2 896	–	–
Opções — compras	–	2 316	–	2 316
Rubricas relacionadas com cartões	1 257	–	1 257	–
Outros valores a regularizar	7 100	3 776	15 010	3 238
	60 243	33 519	55 567	20 621
	157 432	95 929	160 272	93 097

A rubrica de despesas com custo diferido — crédito habitação — ofertas é referente aos encargos que o Banco suportou com as campanhas Oferta Mobília, Oferta Lar e Oferta Carro, os quais estão a ser objecto de amortização. O montante amortizado em 2002 ascendeu a 1144 milhares de euros (185 milhares de euros em 2001). O valor das ofertas ainda não pagas encontra-se registado na rubrica de outros passivos (nota n.º 31).

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Passivo:				
Custos a pagar:				
Juros de depósitos:				
À ordem	505	5 350	505	5 350
A prazo	14 002	21 887	14 002	21 887
Poupança	2 554	2 943	2 554	2 943
Outros	882	–	882	–
	17 943	30 180	17 943	30 180
Juros de recursos de instituições monetárias	17 663	53 387	23 990	59 028
Juros de obrigações de caixa	7 199	2 396	7 199	2 396
Juros de títulos de participação	881	1 219	881	1 219
Juros de empréstimos subordinados	6 282	8 554	6 282	8 554
Férias e subsídio de férias	6 185	6 170	6 185	6 178
Remunerações variáveis a pagar	3 298	4 921	3 298	4 921
Comissões de angariação de créditos à habitação	12 523	7 333	12 523	7 333
Comissões de contratação	4 916	6 416	4 916	6 416
Juros de *swaps* de taxa de juro	1 777	2 371	789	3 379
Outros	2 505	7 187	2 808	5 402
	63 229	99 954	68 871	104 826
	81 172	130 134	86 814	135 006

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Receitas com proveito diferido:				
Juros de desconto	351	665	351	665
Juros de títulos de investimento	11	609	11	609
Juros de operações de compra com acordo de revenda	1 176	–	1 176	–
Juros de *swaps* de taxa de juro	729	1 067	729	1 067
Juros de garantias prestadas	217	–	217	–
Outras	282	4	298	21
	2 766	2 345	2 782	2 362
Outras contas de regularização:				
Flutuação de valores	105	68	105	65
Reavaliação de *forwards* [nota n.º 3.3, alínea *b*)]	–	–	3 042	2 703
Reavaliação de *swaps* de taxa de juro [nota n.º 3.3, alínea *b*)]	–	–	–	7 753
Prémios ou descontos em *swaps* de moeda a amortizar	8 838	–	8 838	–
Adiantamentos por conta de vendas de aplicações em imóveis (nota n.º 31)	642	1 252	642	1 252
Opções — vendas	–	2 316	–	2 316
Rubricas relacionadas com cartões	2 382	7 452	2 382	7 452
Depósitos de clientes a regularizar	–	4 494	–	4 494
Outros valores a regularizar	3 244	1 910	3 622	1 028
	15 211	17 492	18 631	27 063
	99 149	149 971	108 227	164 431

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes ainda não imputados a resultados relativos a títulos de investimento são como segue:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Títulos adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	206	928	206	928
Títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	–	–	–	2 724

b) Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos de investimento e o que lhe corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados) é a seguinte:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
Títulos da dívida pública:				
Custo de aquisição	21 827	21 413	21 827	21 413
Provisões para menos-valias	–	–	–	–
Valor de balanço	21 827	21 413	21 827	21 413
Mais-valias potenciais	1 118	1 636	1 118	1 636
Valor de mercado	22 945	23 049	22 945	23 049
De outros emissores:				
Custo de aquisição	66 719	145 606	305 561	393 954
Provisões para menos-valias	(52)	(43)	(52)	(554)
Valor de balanço e de mercado	66 667	145 563	305 509	393 400
Provisões para risco país	–	(10 107)	–	(10 107)
	66 667	135 456	305 509	383 293
Acções e outros títulos de rendimento variável:				
Custo de aquisição	48 887	35 887	264 485	251 485
Provisões para menos-valias	(6 727)	(7 477)	(6 727)	(7 477)
Valor de balanço	42 160	28 410	257 758	244 008
Menos-valias potenciais	–	–	(62 416)	(96 355)
Mais-valias potenciais	951	802	951	802
Valor de mercado	43 111	29 212	196 293	148 455

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as mais-valias potenciais na carteira de obrigações encontram-se afectas à cobertura de menos-valias potenciais em outros elementos patrimoniais.

As menos-valias potenciais na carteira de acções não foram provisionadas pelo facto do Banco dispor de mecanismos que garantem os investimentos efectuados.

29 — Capital subscrito:

Em 28 de Junho de 2001, o capital social do Banco foi aumentado de 164 603 milhares de euros (33 000 000 000 escudos) para 234 435 milhares de euros (47 000 000 000 escudos), mediante a emissão de 14 000 000 de novas acções com um valor nominal de 4,99 euros cada (mil escudos) e um prémio de emissão de 131 074 milhares de euros (nota n.º 51). Este aumento de capital foi totalmente subscrito pelos dois accionistas do Banco.

Em 19 de Setembro de 2001, o capital social do Banco foi redenominado para euros, tendo o valor nominal de cada acção passado a ser de cinco euros. Esta alteração foi efectuada através de um aumento do capital social no montante de 565 milhares de euros, por utilização de prémios de emissão (nota n.º 51).

Na assembleia geral do CPP realizada em 22 de Fevereiro de 2002, foi deliberado proceder-se a um aumento do seu capital social no montante de 45 000 milhares de euros, tendo para o efeito sido emitidas nove milhões de novas acções ordinárias, de valor nominal de cinco euros cada e com um prémio de emissão de nove euros e trinta e cinco cêntimos por acção.

Consequentemente, o prémio de emissão total ascendeu a 84 150 milhares de euros e o capital social do CPP aumentou para 280 000 milhares de euros (nota n.º 51). Estas novas acções foram subscritas pelas seguintes entidades:

Petrofinac, SGPS, S. A.	1 147 333
Tottafinance — Serviços Financeiros, SGPS, S. A.	4 934 004
Taxagest, SGPS, S. A.	2 918 663
	9 000 000

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o capital do Banco está representado por 56 milhões e 47 milhões de acções, respectivamente, com o valor nominal de cinco euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2002		2001	
	Número de acções	Percentagem de participação	Número de acções	Percentagem de participação
Foggia, SGPS, S. A.	33 211 811	59,31	33 211 811	70,66
Petrofinac, SGPS, S. A.	14 935 522	26,67	13 788 189	29,34
Tottafinance, Serviços Financeiros, SGPS, S. A.	4 934 004	8,81	–	–
Taxagest, SGPS, S. A.	2 918 663	5,21	–	–
	56 000 000	100,00	47 000 000	100,00

31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Activo:				
Bonificações a receber do Estado	36 560	35 062	36 560	35 062
Aplicações por recuperação de créditos [nota n.º 3.3, alínea *h*)]	41 080	23 992	41 080	24 395
Promessas de dação	10 836	–	10 836	–
Existências de imóveis	–	–	7 137	–
Impostos sobre lucros a recuperar (nota n.º 41)	74	–	1 373	–
Devedores diversos residentes	4 177	2 925	6 906	3 688
Valor a regularizar com o Fundo de Pensões (nota n.º 49)	1 266	–	1 266	–
Ouro e outros metais preciosos	672	593	672	593
Bonificações a receber de outras entidades	907	615	907	615
Outras disponibilidades	373	1 769	373	1 769
Contribuições de capital	96 267	140 267	96 267	140 267
Outras imobilizações financeiras:				
Prestações suplementares (nota n.º 6)	99 760	100 009	–	–
Contratos de suprimento	364	92	614	–
Trem II — Aluguer de Material Circulante A.C.E.	7 049	3 425	7 049	3 425
Outros	125	27	151	1 207
	299 510	308 776	211 191	211 021
Provisões para outras aplicações (nota n.º 25)	(7 089)	(2 548)	(13 419)	(2 947)
Provisões para outras imobilizações financeiras (nota n.º 25)	(23)	(23)	(23)	(23)
	(7 112)	(2 571)	(13 442)	(2 970)
	292 398	306 205	197 749	208 050

O saldo da rubrica de promessas de dação corresponde a acordos de dação em cumprimento celebrados com clientes para recuperação de créditos cuja formalização através de escritura ainda não foi realizada.

O saldo da rubrica de bonificações a receber do Estado em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, corresponde ao valor de bonificações de juros, relativas a prestações vencidas de empréstimos de fomento à habitação, calculadas de acordo com as disposições legais aplicáveis, e decompõe-se como segue:

	2002	2001
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não recebidas	13 674	11 107
Bonificações processadas no final do período e ainda não reclamadas	22 886	23 955
	36 560	35 062

Em 31 de Dezembro de 2002, relativamente aos imóveis que vêm à posse do CPP por recuperação de créditos, estavam celebrados contratos de promessa de venda no montante de 1426 milhares de euros (4251 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2001), para os quais foram recebidos adiantamentos de 642 milhares de euros (1252 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2001).

Durante o exercício de 2001 o CPP adquiriu uma participação de 26,7% na Ausant Holding, GmbH (entidade do Grupo SCH). Esta participação encontra-se registada na carteira de títulos de investimento, tendo o CPP concedido à mesma contribuições de capital. Este investimento não foi registado pela equivalência patrimonial, dado o CPP não ter influência na sua gestão. Em 2002, o CPP cedeu ao Totta contribuições de capital na Ausant Holding no valor de 44 000 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a provisão para outras aplicações tem a seguinte composição:

	2002	2001
Aplicações por recuperações de créditos	2 654	2 548
Promessas de dação	4 435	–
	7 089	2 548

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Retenção de impostos na fonte	4 875	4 552	4 875	4 563
Valores recebidos para regularização de créditos em contencioso	–	1 964	–	1 964
Cobrança por conta de terceiros	37	–	37	–
Credores por valores a liquidar	985	12	985	12
Fornecedores	4 129	5 249	4 165	5 249
Credores diversos — oferta mobília e oferta lar	2 573	2 654	2 573	2 654
Impostos sobre lucros a pagar (nota n.º 41)	8 079	10 079	9 239	12 496
IVA a pagar	230	559	246	567
Conta a pagar ao fundo de pensões (nota n.º 49)	–	515	–	515
Outros	884	1 189	893	1 806
	21 792	26 773	23 013	29 826

34 — Efectivos:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o Banco teve em média 1852 empregados ao seu serviço (1962 no exercício de 2001), distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Funções directivas	88	83	92	85
Funções de chefia	337	366	339	368
Funções específicas	350	362	350	363
Funções administrativas e comerciais	1 077	1 151	1 085	1 166
	1 852	1 962	1 866	1 982

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

As remunerações e outros encargos atribuídos ao conselho de administração foram os seguintes (nota n.º 56):

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Conselho de administração	832	1 163	956	1 452

Não existem adiantamentos ou créditos concedido a membros dos órgãos sociais, nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37 — Montante global dos activos e passivos representados em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o contravalor em euros dos elementos do activo e do passivo representados em moeda estrangeira é como segue:

	CPP e consolidado	
	2002	2001
Activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 294	2 422
Disponibilidades à vista sobre instituições crédito	5 751	18 575
Outros créditos sobre instituições de crédito	49 296	28 385
Créditos sobre clientes	236	1 248
Títulos de rendimento fixo	–	39 146
Outros activos	7	33
Contas de regularização	830	1 384
Operações cambiais (compras)	238 390	170 451
	296 804	261 644
Passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	3 647	31 539
Débitos para com clientes	48 438	49 671
Contas de regularização	4 566	442
Operações cambiais (vendas)	238 390	174 245
	295 041	255 897
Activo/(passivo) líquido	1 763	5 747

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Nos exercícios em 2002 e 2001, a distribuição dos proveitos por mercados geográficos para a actividade global tem a seguinte composição:

	Continente	Madeira	*Cayman*	Total
Juros e proveitos equiparados:				
2002	468 645	8 407	838	477 890
2001	514 072	18 649	602	533 323
Rendimento de títulos:				
2002	28 101	–	–	28 101
2001	14 396	–	–	14 396
Comissões:				
2002	51 322	–	–	51 322
2001	46 767	–	–	46 767
Lucros em operações financeiras:				
2002	59 021	54	2	59 077
2001	66 629	247	10	66 886
Outros proveitos de exploração:				
2002	16 828	–	–	16 828
2001	15 655	3	–	15 658
Total:				
2002	623 917	8 461	840	633 218
2001	657 519	18 899	612	677 030

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Outros proveitos de exploração:				
Recuperação de créditos incobráveis	8 313	8 745	8 313	8 748
Prestação de serviços diversos	3 288	3 328	3 732	3 461
Reembolso de despesas	3 957	3 461	3 957	3 795
Aluguer de terminais de pagamento automático	678		678	
Rendimento de imóveis	95	–	114	–
Outros	497	124	498	151
	16 828	15 658	17 292	16 155

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	179	145	179	154
Despesas com correspondentes e colaboradores no estrangeiro	111	259	111	358
Despesas relacionadas com clientes	190	–	190	–
Despesas relacionadas com cartões	119	–	119	–
Despesas de utilização de sistema	112	–	112	–
Outros	62	100	62	2
	773	504	773	514
Ganhos extraordinários:				
Mais-valias na realização de valores imobilizados	1 150	662	1 150	1 497
Excesso de estimativa de IRC a pagar do exercício anterior	3 439	4 903	3 439	4 903
Juros recebidos relativos a dívidas da Moçambique e Guiné	–	1 263	–	1 263
Ganhos relativos a exercícios anteriores	361	1 419	361	1 550
Juros e comissões de exercícios anteriores	3 871	–	3 871	–
Recuperação de IRC de 1994	209	–	209	–
Excesso de estimativa de contribuição autárquica a pagar	154	–	154	–
Outros ganhos extraordinários	1 425	231	1 547	941
	10 609	8 478	10 731	10 154
Perdas extraordinárias:				
Menos-valias na realização de valores imobilizados	625	1 735	625	257
Multas e penalidades legais	111	258	111	258
Perdas relativas a exercícios anteriores	1 097	459	1 097	910
Juros e comissões de exercícios anteriores	2 478	–	2 478	–
Amortiz. de despesas com custo diferido relat. a reformas antecip. (nota n.º 49)	2 138	1 130	2 138	1 130
Liquidação adicional de impostos (nota n.º 41)	119	416	119	416
Indemnizações pagas	1 060	894	1 060	894
Encargos com reformas antecipadas	3 099	–	3 099	–
Perdas com o encerramento do BIGB	138	–	138	–
Outras perdas extraordinárias	2 116	511	2 650	1 459
	12 981	5 403	13 515	5 324

40 — Encargos imputados e pagos no período relativos a passivos subordinados:

Os encargos imputados e pagos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, relativos aos títulos de participação, ao empréstimo obrigacionista subordinado e às obrigações de caixa e perpétuas subordinadas, são como segue:

	2002		2001	
	Valores pagos	Valores imputados a custos	Valores pagos	Valores imputados a custos
Títulos de participação:				
Emissão de 1988	924	898	815	808
Emissão de 1989	1 815	1 503	1 115	1 455
	2 739	2 401	1 930	2 263
Empréstimo obrigacionista subordinado	2 993	1 428	3 741	3 592
Obrigações de caixa subordinadas:				
CPP 2001	1 000	1 000	–	708
Eurostoxx 50	190	188	164	189
	4 183	2 616	3 905	4 489
Obrigações perpétuas subordinadas:				
Tops	1 150	1 151	1 573	1 525
CPP 2001	16 416	15 693	9 481	15 653
Crédito Predial Garantido seis anos	–	26	–	–
	17 566	16 870	11 054	17 178

41 — Carga fiscal:

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionado daquela dotação, foi a seguinte:

	CPP			Consolidado		
	2003	2002	2001	2003	2002	2001
Dotação para impostos sobre lucros	15 200	12 468	8 320	16 626	14 062	8 902
Lucro antes de impostos	88 039	48 302	14 444	91 873	51 873	15 193
Carga fiscal (percentagem)	17,27	25,81	57,60	18,10	27,11	58,59
Pagamentos por conta	7 195	2 383	8 275	7 195	2 383	8 579
Retenções na fonte	–	6	274	1 565	(817)	622
Impostos sobre lucros a (recuperar)/pagar (nota n.º 31)	8 005	10 079	(229)	7 866	12 496	(299)

O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação. As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante urh período de quatro anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais, relativamente aos exercícios de 1999 a 2002.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58.º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Nos exercícios de 2002 e 2001, a taxa efectiva de imposto é inferior à taxa normal devido essencialmente a variações patrimoniais negativas referentes a responsabilidades por reformas antecipadas efectuadas em anos anteriores, prejuízos apurados por agrupamentos complementares de empresas em que o Banco participa e benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos.

As autoridades fiscais analisaram, em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e Imposto do Selo, a situação tributária do CPP referente aos exercícios de 1993 a 2000, inclusive.

No início de 2000, o Banco recebeu liquidações adicionais de IRC referentes aos exercícios de 1997 e 1998, no montante de 4120 milhares de euros, o qual foi integralmente pago.

A provisão de 2045 milhares de euros constituída no exercício de 1999 foi totalmente utilizada e o remanescente, no montante de 2075 milhares de euros, foi registado em perdas extraordinárias. Não obstante, o CPP deduziu reclamação graciosa para um montante de 2075 milhares de euros.

O CPP recebeu no segundo semestre de 2001 as correcções em sede de IRC referentes ao exercício de 1999 que se traduziram num valor a pagar de 416 euros, o qual foi integralmente pago e registado em perdas extraordinárias (nota n.º 39).

O CPP recebeu em Dezembro de 2001 uma liquidação adicional de Imposto do Selo referente a 1999, no valor de 119 milhares de euros (nota n.º 39), a qual foi paga em Janeiro de 2002.

Em 30 de Dezembro de 2002, o CPP recebeu o relatório final das autoridades fiscais referente ao exercício de 2000. A natureza das correcções efectuadas respeita essencialmente a provisões não aceites fiscalmente, a custos com pensões não aceites e à perda de isenção fiscal da sucursal financeira exterior da Zona Franca da Madeira. A liquidação adicional foi objecto de pagamento parcial ao abrigo do regime de regularização de dívidas (Decreto-Lei n.º 248-A/2000, de 14 de Novembro), tendo o CPP pago 224 milhares de euros no início de Janeiro de 2003. O CPP apresentou defesa contra as propostas de correcção, em sede de direito de audição.

Para fazer face ao diferencial entre os valores reclamados e os pagos e a outras contingências, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o Banco tem constituídas provisões para riscos e encargos.

Na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que qualquer outra liquidação adicional, relativamente aos exercícios ainda em aberto, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

43 — Consolidação:

As contas do Banco são consolidadas a nível das demonstrações financeiras do Banco Totta & Açores, S. A., com sede na Rua Áurea n.º 88 — Lisboa, local onde poderão ser obtidas.

45 — Operações de locação financeira:

O Banco não tem crédito concedido sob a forma de operações de locação financeira.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são registados no activo em Imobilizações corpóreas e no passivo em outros passivos, pelo valor do contrato, de acordo com as normas em vigor.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o montante bruto destas operações é de 215 milhares de euros (nota n.º 11).

47 — Resultados com empresas do grupo:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os principais resultados em transacções com empresas do Grupo SCH foram os seguintes:

	2002	2001
Juros suportados em operações de tomada de fundos:		
Banco Santander Portugal, S. A.	178	3 936
Banco Totta & Açores, S. A.	156 757	179 338
Totta & Açores International, Ltd.	688	1 914
Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.	3 464	2 639
Santander — Imovest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A.	29	131
Siemca, Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.	–	8
Totta Serviços — Sociedade Corretora de Seguros, L.da	–	9
Totta Finance — Sociedade Financeira, S. A.	–	691
Foggia — SGPS, S. A.	–	10 484
Totta & Açores Ireland, Ltd.	–	661
BSN Dealer	27	–
Santander SGFIM	1	–
Juros obtidos em operações de empréstimo de fundos:		
Banco Santander Portugal, S. A.	253	2 004
Banco Totta & Açores, S. A.	868	25 079
Banco Santander Negócios Portugal, S. A.	167	23
Totta & Açores International, Ltd.	2 237	4 014
SCH LOC — Sociedade de Locação Financeira, S. A.	–	7 009

	2002	2001
SCH Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.	835	1 562
SCH Factor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A.	1 766	2 633
SCH Leasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.	8 760	8 629
SCH SFAC — Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A.	177	229
Comissões obtidas:		
Banco Totta & Açores, S. A.	32	42
SCH LOC — Sociedade de Locação Financeira, S. A.	–	126
SCH Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.	66	39
SCH Factor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A.	44	97
SCH Leasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.	340	202
SCH SFAC — Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A.	28	43
Santander — Imovest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A.	1 470	1 219
Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A.	6	40
Santander — SGFIM, S. A.	–	2 663
SCH Seguros, S. A.	–	214
Comissões suportadas:		
Banco Totta & Açores, S. A.	17 440	16
Siemca, Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.	–	2

49 — Pensões de reforma e sobrevivência:

Segundo a legislação laborai em vigor para o sector bancário em Portugal, os empregados e as respectivas famílias têm direito a pensões de reforma e de sobrevivência calculadas de acordo com as disposições específicas do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector.

Por forma a assegurar a cobertura de todas as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, determinadas em função dos níveis salariais previstos no ACTV, com base num estudo actuarial realizado pela Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A., assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2002	2001
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
Pessoal no activo	64 281	71 439
Reformados e pensionistas	46 695	38 640
Reformados antecipadamente	276 517	234 691
	387 493	344 770
Cobertura das responsabilidades:		
Valor patrimonial do Fundo, fornecido pela entidade gestora	388 759	344 255
Valor a regularizar com o Fundo de Pensões (nota n.º 31)	(1 266)	–
Outros passivos (nota n.º 31)	–	515
	387 493	344 770
Custos diferidos com reformas antecipadas a imputar a períodos futuros (nota n.º 27)	42 335	10 172
Estimativa das responsabilidades por serviços futuros	76 286	75 190

Em exercícios anteriores o Banco utilizou a faculdade permitida pelo aviso n.º 6/95, do Banco de Portugal, de 21 de Setembro, tendo registado em custos diferidos as contribuições para os fundos de pensões necessárias para financiar integralmente o acréscimo das responsabilidades decorrentes de reformas antecipadas efectuadas em 1996, 1998 e 1999.

Para as reformas antecipadas do exercício de 2000, o CPP obteve autorização específica do Banco de Portugal para diferir o respectivo custo adicional por um período de 10 anos.

Após confirmação de uma autorização obtida anteriormente do Banco de Portugal, no exercício de 2000 o CPP amortizou por contrapartida de reservas, o saldo remanescente que se encontrava diferido no activo relativo a custos com reformas antecipadas dos exercícios de 1996 e 1998.

Ao abrigo das disposições transitórias em vigor quando da introdução do aviso n.º 12/2001, o CPP obteve autorização do Banco de Portugal para relevar contra reservas livres e prémios de emissão o acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas efectuadas em 2001 até 30 de Novembro, bem como os montantes registados em despesas com custo diferido do activo em 31 de Dezembro de 2000.

As despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas apresentaram o seguinte movimento:

Contribuições efectuadas para o Fundo de Pensões:	
Em 2002	34 301
Em 2001	58 539
Entre 1996 e 2000	64 986
	157 826
Amortização das despesas com custo diferido no exercício de 2002 (nota n.º 39):	
Reformas antecipadas de 2002	(1 008)
Reformas antecipadas de 2001	(1 130)
	(2 138)
Amortização das despesas com custo diferido efectuadas em exercícios anteriores	(19 313)

Amortiz. por reservas em 2000 dos custos diferidos relativos a reformas antecip. de 1996 e 1998	(28 417)
Amortiz. por reservas e prémios de emis. em 2001 dos custos diferidos relat. a reformas antecipadas de 1999 a 2001	(65 623)
Despesas com custo diferido em 31 de Dezembro de 2002 (nota n.º 27)	42 335

No exercício de 2001, o CPP passou a registar as amortizações das despesas com custo diferido em perdas extraordinárias.

Em 31 de Dezembro de 2001, e após autorização do Banco de Portugal, o CPP anulou por contrapartida de reservas e prémios de emissão, o acréscimo das responsabilidades por serviços passados resultante das reformas antecipadas efectuadas nos anos de 1999 e 2000, líquidas das amortizações efectuadas até 31 de Dezembro de 2000, nos montantes de 10 236 milhares de euros e 8150 milhares de euros, respectivamente.

Adicionalmente, procedeu também à anulação, por contrapartida de prémios de emissão, do acréscimo de responsabilidades por serviços passados resultante de reformas antecipadas efectuadas no exercício de 2001 até 30 de Novembro, no montante de 47 237 milhares de euros.

De acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2002 e 2001, os custos com pensões registados na rubrica custos com o pessoal têm a seguinte composição (nota n.º 56):

	2002	2001
Custo dos serviços correntes	3 973	4 755
Custo dos juros	20 686	16 519
Rendimento esperado	(20 690)	(16 717)
	3 969	4 557
Custo relativo às perdas actuariais e financ.	–	9 687
	3 969	14 244

Em 2001 o Banco optou por reconhecer em custos com o pessoal parte das perdas actuariais e financeiras existentes no final do exercício e provisionar o valor remanescente, reflectido em flutuação de valores, no âmbito da rubrica Provisões para riscos e encargos.

Em 2002 o Banco decidiu usar a faculdade de diferimento dos desvios actuariais e financeiros permitida pelo aviso n.º 7/2002, não tendo registado o respectivo custo. A evolução na flutuação de valores em 2002 e os custos diferidos registados neste exercício apresentam o seguinte detalhe:

Flut. de valores em 31 de Dezembro de 2001	14 643
Perdas actuariais e financ., líq., geradas no exerc. de 2002	24 233
Flut. de valores em 31 de Dez. de 2002 (nota n.º 27)	38 876
Custos diferidos em 31 de Dez. de 2002 (nota n.º 27)	9 425

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades com pensões de reforma e o que efectivamente se verificou, apresenta o seguinte detalhe:

	Pressupostos	Valores efectivamente verificados	
		2002	2001
Método actuarial	*Projected Unit Credit*	–	–
Tábua de mortalidade	TV 73/77	–	–
Taxa de rendimento do Fundo (percentagem)	6	(2,75)	(1,94)
Taxa de crescimento salarial (percentagem)	3	3,20	3,85
Taxa de crescimento das pensões (percentagem)	2	3,20	3,85
Taxa de rotação	Nula	–	–

A estimativa das responsabilidades não considera os encargos com os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., é a entidade que gere o Fundo de Pensões do Banco. Nesta data o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	2002	2001
Reformados e pensionistas	390	345
Reformados antecipadamente	1 194	1 060
Empregados no activo	1 751	1 790
	3 335	3 195

O movimento no Fundo de Pensões durante os exercícios de 2001 e 2002 foi o seguinte:

	2002	2001
Valor do Fundo no início do ano	344 255	277 027
Contribuições:		
CPP	73 710	86 909
Empregados	607	627
Rendimento líquido do Fundo	(9 230)	(5 250)
Pensões pagas	(20 583)	(15 058)
Valor do Fundo no final do ano	388 759	344 255

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Fundo de Pensões tinha imóveis arrendados a empresas do Grupo nos montantes totais de 1590 milhares de euros e 1252 milhares de euros e tinham títulos em carteira de empresas do Grupo que ascendiam a 29 578 milhares de euros e 24 800 milhares de euros, respectivamente.

50 — Participações:

A informação requerida por esta nota é apresentada nas notas n.os 3.3 alínea *d*) e 6.

51 — Movimento na situação líquida:

O movimento na situação líquida durante os exercícios de 2001 e 2002, foi o seguinte:

	CPP								
	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas			Reservas de reaval.	Result. transit.	Result. do exerc.	Total
			Legais	Outras	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	164 603	8 557	19 886	599	20 485	23 245	–	6 124	223 014
Aplicação de resultados	–	–	613	5 511	6 124	–	–	(6 124)	–
Aumento de capital (nota n.º 29)	69 832	131 074	–	–	–	–	–	–	200 906

	CPP								
	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas			Reservas de reaval.	Result. transit.	Result. do exerc.	Total
			Legais	Outras	Total				
Redenominação do capital para euros (nota n.º 29)	565	(565)	–	–	–	–	–	–	–
Utilização para custos com reformas (nota n.º 49)	–	(59 513)	–	(6 110)	(6 110)	–	–	–	(65 623)
Resultado liquido do exercido	–	–	–	–	–	–	–	35 834	35 834
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	235 000	79 553	20 499	–	20 499	–	–	–	394 131
Aplicação de resultados	–	–	3 583	–	3 583	–	32 251	(35 834)	–
Aumento de capital (nota n.º 29)	45 000	84 150	–	–	–	–	–	–	129 150
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	72 839	72 839
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	280 000	163 703	24 082	–	24 082	23 245	32 251	72 839	596 120

	Consolidado								
	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas			Reservas de reaval.	Result. transit.	Result. do exerc.	Total
			Legais	Outras	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	164 603	8 557	19 886	1 850	21 736	23 245	–	6 291	224 432
Aplicação de resultados	–	–	613	5 678	6 291	–	–	(6 291)	–
Aumento de capital (nota n.º 29)	69 832	131 074	–	–	–	–	–	–	200 906
Redenominação do capital para euros (nota n.º 29)	565	(565)	–	–	–	–	–	–	–
Utilização para custos com reformas (nota n.º 49)	–	(59 513)	–	(6 110)	(6 110)	–	–	–	(65 623)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	37 811	37 811
Outras	–	–	–	(52)	(52)	–	–	–	(52)
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	235 000	79 553	20 499	1 366	21 865	23 245	–	37 811	397 474
Aplicação de resultados	–	–	3 583	14 651	18 234	–	19 577	(37 811)	–
Aumento de capital (nota n.º 29)	45 000	84 150	–	–	–	–	–	–	129 150
Diferença de consolidação apurada na aquisição da Madeisisa (nota n.º 6)	–	–	–	(17)	(17)	–	–	–	(17)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	75 247	75 247
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	280 000	163 703	24 082	16 000	40 082	23 245	19 577	75 247	601 854

Prémios de emissão:

Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de Junho, os prémios de emissão não são distribuíveis nem podem ser utilizados para a aquisição de acções próprias, podendo no entanto ser usados para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva legal:

De acordo com o disposto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 25 de Setembro, o CPP destina uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Reservas de reavaliação:

As reservas de reavaliação, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 correspondem ao montante que resultou da reavaliação do imobilizado corpóreo do Banco no primeiro semestre de 1998 [notas n.os 3.3 alínea *f*) e 15], e podem utilizadas para cobertura de prejuízos acumulados ou a aumentar o capital, após realizadas.

A determinação do lucro consolidado, pode ser resumida como segue:

	2002	2001
Lucro líquido individual do CPP	72 839	35 834
Resultado líquido das empresas coligadas:		
Totta Ireland	12 336	18 516
Mermul	(58)	(85)
Tottaurbe	2 585	728
Madeisisa	39	–
Anulação de dividendos recebidos de:		
Santander Imovest	–	(2 644)
MC Pensões	–	(91)
Tottafimo	–	(200)
Dividendos antecipados do Totta Ireland	(12 892)	(11 347)

	2002	2001
Resultados adquiridos:		
Totta Ireland	–	(5 736)
Anulações da menos valia na venda da Imovest	–	1 196
Reavaliação da participação na Benim pelo método da equivalência patrimonial	–	1 442
Anulação da perda registada na liquidação da Tottafimo	–	199
Anulação da provisão para a Mermul	263	–
Outros	135	(1)
Lucro líquido consolidado	75 247	37 811

52 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Caixa	29 563	40 752	29 565	40 752
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	12 805	51 075	12 805	51 075
	42 368	91 827	42 370	91 827

De acordo com o Regulamento n.º 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes, estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100 000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

53 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:				
Depósitos à ordem	7 997	7 917	95 521	12 741
Cheques a cobrar	36 685	59 137	36 685	59 137
	44 682	67 054	132 206	71 878
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos à ordem	14 270	121 349	14 270	121 349
Cheques a cobrar	200	2 012	200	2 012
	14 470	123 361	14 470	123 361
	59 152	190 415	146 676	195 239

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

54 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Juros de disponibilidades no Banco de Portugal	2 440	3 557	2 440	3 557
Juros de aplicações em instituições de crédito no País	6 405	26 219	11 160	29 925
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	8 307	18 973	8 307	18 977
Juros de crédito interno a curto prazo	35 162	42 636	35 670	42 636
Juros de crédito em conta corrente	45 467	35 054	45 467	35 054
Juros de crédito interno a médio e longo prazos	349 201	380 343	348 603	380 343
Juros de crédito ao exterior	89	32	7 099	217
Juros de títulos de investimento	7 496	3 893	19 863	8 888
Juros cobrados sobre crédito vencido	4 208	6 154	4 208	6 154
Juros de swaps de taxa de juro	17 333	14 188	29 314	20 716
Juros de outras aplicações	1 111	1 616	2 970	2 180
Outros	671	658	682	655
	477 890	533 323	515 783	549 302

55 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Juros de depósitos de clientes:				
À ordem	17 594	21 881	17 594	21 882
A prazo	53 920	81 307	53 920	81 306
De poupança	7 062	8 701	7 062	8 701
	78 576	111 889	78 576	111 889
Juros de recursos de instituições de crédito no País	157 571	178 015	157 574	178 010
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	4 178	3 362	18 625	6 141
Juros de obrigações em circulação	11 712	7 375	11 712	7 375
Remuneração de títulos de participação (nota n.º 40)	2 401	2 263	2 401	2 263
Remuneração de obrigações subordinadas (nota n.º 40)	19 486	21 667	19 486	21 667
Juros de *swaps* de taxa de juro	14 499	13 701	17 207	15 207
Fundo de Garantia de Depósitos	850	926	850	926
Juros de credores diversos	–	3 917	–	3 917
Outros	1 245	1 180	1 245	1 181
	290 518	344 295	307 676	348 576

56 — Custos com pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Salários e vencimentos:				
Órgãos de gestão e fiscalização (nota n.º 35)	832	1 163	956	1 452
Empregados	45 189	46 981	45 616	47 485
	46 021	48 144	46 572	48 937
Encargos sociais:				
Obrigatórios:				
Caixa de abono de família	4 221	4 559	4 885	4 561
Pensões de reforma (nota n.º 49)	3 969	14 244	3 969	14 247
Custos com a Segurança Social	664	302	80	428
SAMS	3 566	3 290	3 568	3 294
Outros encargos sociais obrigatórios	429	285	439	296
Facultativos	488	376	489	376
	13 337	23 056	13 430	23 202
Outros custos com o pessoal:				
Outras remunerações variáveis	4 309	4 903	4 309	4 903
Indemnizações por passagem à reforma	–	5 047	–	5 047
Outros	439	297	560	649
	4 748	10 247	4 869	10 599
	64 106	81 447	64 871	82 738

57 — Rendimento de títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Títulos de investimento de rendimento variável:				
Acções:				
Ausant Holding	7 802	–	7 802	–
Outras	6 333	27	6 333	27
Unidades de participação	603	–	603	–

	CPP		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Participações financeiras:				
Totta Ireland, Plc	12 893	11 347	–	–
Santander Imovest	–	2 644	–	–
Unicre — Cartão Internacional de Crédito	254	60	254	60
INH — Instituto Nacional de Habitação	216	–	216	–
Outras	–	318	–	364
	28 101	14 396	15 208	451

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *António Manuel Palma Ramalho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal. — O Técnico de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Certificação legal das contas individuais e relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira individual contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício de 2002 da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP ou Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 10 293 359 milhares de euros e capitais próprios de 596 120 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 72 839 milhares de euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (*i*) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (*ii*) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (*iii*) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (*iv*) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que a exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no ponto 6 abaixo, a posição financeira individual da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras, os quais, excepto conforme indicado no ponto 7 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfases*. — As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2002 consistem num aumento do activo em 503 715 milhares de euros, num aumento das reservas em 3327 milhares de euros e num aumento do lucro do exercício em 2408 milhares de euros.

7 — No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 33 658 milhares de euros. Adicionalmente, de acordo com o previsto no aviso n.º 12/2001, no exercício de 2002 o Banco passou a amortizar o aumento das responsabilidades decorrente de reformas antecipadas a partir da data efectiva da reforma. Até 2001, procedia-se à amortização de um décimo desse acréscimo das responsabilidades no ano em que se concretizava a reforma antecipada [notas n.os 1, 3.3 alínea *j*), 27 e 49].

8 — As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento as normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa certificação legal das contas e relatório de auditoria datada de 22 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa à amortização por contrapartida de reservas e prémios de emissão do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 1999 e 2000, líquidas das amortizações efectuadas até 31 de Dezembro de 2000, e das ocorridas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de 65 623 milhares de euros [notas n.os 1, 3.3 alínea *j*), 49 e 51].

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — Magalhães, Neves e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do fiscal único (contas individuais)

Srs. Accionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e

parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas individuais do Banco do exercício de 2002, as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2002, preparado pelo conselho de administração. Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, a qual foi emitida com três ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerados os assuntos descritos nos pontos 6 e 7 da certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, os documentos de prestação de contas individuais do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — O Fiscal Único: Magalhães, Neves e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do fiscal único (contas consolidadas)

Srs. Accionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas subsidiárias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco e das suas subsidiárias as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do Banco do exercício de 2002, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2002, preparado pelo conselho de administração. Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, a qual foi emitida com dois ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no ponto 6 da certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — O Fiscal Único: Magalhães, Neves e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório do auditor (contas individuais)

(Montantes expressos em milhares de euros)

1 — Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (Banco ou CPP), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras individuais.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no ponto 4 abaixo, a posição financeira individual da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras, os quais, excepto conforme indicado no ponto 5 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior.

4 — As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2002 consistem num aumento do activo em 503 715 milhares de euros, num aumento das reservas em 3327 milhares de euros e num aumento do lucro do exercício em 2408 milhares de euros.

5 — No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos cora pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 33 658 milhares de euros. Adicionalmente, de acordo com o previsto no aviso n.º 12/2001, no exercício de 2002 o Banco passou a amortizar o aumento das responsabilidades decorrente de reformas antecipadas a partir da data efectiva da reforma. Até 2001, procedia-se à amortização de um décimo desse acréscimo das responsabilidades no ano em que se concretizava a reforma antecipada [notas n.os 1, 3.3 alínea *j*), 27 e 49].

6 — As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. O relatório de auditoria sobre estas demonstrações financeiras, datado de 22 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa à amortização por contrapartida de reservas e prémios de emissão do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 1999 e 2000, líquidas das amortizações efectuadas até 31 de Dezembro de 2000, e das ocorridas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de 65 623 milhares de euros [notas n.os 1, 3.3 alínea *j*), 49 e 51].

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — *Deloitte & Touche*.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas consolidadas)

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as

demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2002 da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP ou Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 10 797 073 milhares de euros e capitais próprios de 601 855 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 75 247 milhares de euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (*i*) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (*ii*) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (*iii*) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (*iv*) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no ponto 6 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfases*. — No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 33 658 milhares de euros. Adicionalmente, de acordo com o previsto no aviso n.º 12/2001, no exercício de 2002 o Banco passou a amortizar o aumento das responsabilidades decorrente de reformas antecipadas a partir da data efectiva da reforma. Até 2001, procedia-se à amortização de um décimo desse acréscimo das responsabilidades no ano em que se concretizava a reforma antecipada [notas n.os 1, 3.3 alínea *j*), 27 e 49].

7 — As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa certificação legal das contas e relatório de auditoria datada de 22 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa à amortização por contrapartida de reservas e prémios de emissão do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 1999 e 2000, líquidas das amortizações efectuadas até 31 de Dezembro de 2000, e das ocorridas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de 65 623 milhares de euros [notas n.os 1, 3.3 alínea *j*), 49 e 51].

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — Magalhães, Neves e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães.*

Relatório e parecer do fiscal único (contas consolidadas)

Srs. Accionistas:

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas subsidiárias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco e das suas subsidiárias as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do Banco do exercício de 2002, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2002, preparado pelo conselho de administração. Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, a qual foi emitida com dois ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no ponto 6 da certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — O Fiscal Único: Magalhães, Neves e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório do auditor (contas consolidadas)

(Montantes expressos em milhares de euros)

1 — Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (Banco ou CPP), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança

aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no ponto 4 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior.

4 — No exercício de 2002, o Banco alterou o critério do reconhecimento dos custos com pensões de reforma, tendo passado a utilizar a faculdade permitida pelo aviso n.º 12/2001, de 23 de Novembro do Banco de Portugal, de diferir os desvios negativos actuariais e financeiros, os quais passaram a ser registados no activo. As perdas actuariais e financeiras geradas em 2002, não reconhecidas como custo, ascenderam a 33 658 milhares de euros. Adicionalmente, de acordo com o previsto no Aviso n.º 12/2001, no exercício de 2002 o Banco passou a amortizar o aumento das responsabilidades decorrente de reformas antecipadas a partir da data efectiva da reforma. Até 2001, procedia-se à amortização de um décimo desse acréscimo das responsabilidades no ano em que se concretizava a reforma antecipada [notas n.os 1, 3.3 alínea *j*), 27 e 49].

5 — As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 são apresentadas de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. O relatório de auditoria sobre estas demonstrações financeiras, datado de 22 de Fevereiro de 2002, continha uma ênfase relativa à amortização por contrapartida de reservas e prémios de emissão do acréscimo de responsabilidades decorrente das reformas antecipadas efectuadas em 1999 e 2000, líquidas das amortizações efectuadas até 31 de Dezembro de 2000, e das ocorridas em 2001 até 30 de Novembro, no montante total de 65 623 milhares de euros [notas n.os 1, 3.3 alínea *j*), 49 e 51].

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003. — *Deloitte & Touche*.

Acta n.º 21 da assembleia geral

Aos 23 dias do mês de Maio de 2003, pelas 8 horas, reuniu na sua sede social sita na Rua Augusta, 237, em Lisboa, a assembleia geral do Crédito Predial Português, S. A., pessoa colectiva número 500844321, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1587, com o capital social de 280 000 000 euros. Assumiu a presidência da mesa da assembleia geral o presidente eleito, Dr. Jorge Maria Bleck, secretariado pela secretária da sociedade, Dr.ª Tereza de Almada Menezes.

Encontravam-se devidamente representados os accionistas representativos da totalidade do capital social do Crédito Predial Português, S. A. pelo presidente do conselho de administração, Eng. Eurico Silva Teixeira de Melo, através de cartas que ficam arquivadas na sociedade, conforme lista de presenças devidamente assinada e que fica anexa à presente acta. Atendendo a que a reunião não havia sido precedida das formalidades legais exigidas para a convocação e a que estava reunida a totalidade do capital social, foi pelo representante dos accionistas manifestada a vontade de que a assembleia se constituísse e deliberasse ao abrigo do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

O presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Jorge Maria Bleck, verificado o cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, e que a assembleia geral se encontrava legalmente constituída e em condições de validamente reunir e deliberar, nos termos do citado artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, declarou aberta a sessão, propondo, o que foi aprovado por unanimidade, que a assembleia deliberasse sobre os seguintes pontos da ordem do dia:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2002, bem como sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício;
2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2002;
3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
4.º Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de obrigações próprias.

Entrando-se, de imediato, no ponto 1.º da ordem do dia, foi dada a palavra ao administrador Dr. Miguel de Bragança, que apresentou e descreveu a conjuntura macroeconómica e explicou os pontos fundamentais da actividade da sociedade e das acções desenvolvidas pelo conselho de administração durante o exercício de 2002, tendo explicitado todos os aspectos que, no exercício em apreço, foram mais relevantes para a sociedade, a qual apresentou um resultado individual líquido de impostos de 72 838 649 euros e um resultado consolidado líquido de impostos de 75 246 692 euros.

Não tendo nenhum accionista pretendido usar da palavra, o presidente da mesa colocou o relatório, balanço e contas, na sua forma individual e consolidada, relativo ao exercício de 2002, à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O presidente da mesa passou à apreciação do ponto 2.º da ordem do dia — deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2002.

O presidente da mesa informou os senhores accionistas ter sobre o tema duas propostas que se completam, uma apresentada pelo conselho de administração e outra pelo accionista maioritário. O presidente começou por efectuar a leitura da proposta apresentada pelo conselho de administração:

«O resultado líquido do exercício, em termos individuais, referente ao ano de 2002, foi de 72 838 649 euros, e o resultado líquido do exercício consolidado, em 2002 e atribuível ao CPP, foi de 75 246 692 euros. Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento do Banco,

O conselho de administração vem, nos termos do artigo 19.º dos estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1 — 7 283 865 euros para reserva legal;
2 — O remanescente para resultados transitados, deduzido o montante que a assembleia geral deliberar atribuir aos administradores a título de participação nos resultados.»

De seguida, o presidente da mesa procedeu à leitura da proposta apresentada pelo accionista maioritário:

«A Foggia, SGPS, S. A., vem propor a distribuição global de 838 549 euros aos administradores do Crédito Predial Português, S. A., a título de participação nos resultados, devendo a imputação individual ser feita pela comissão de vencimentos.

Em consequência, mais se propõe que o remanescente, no montante de 64 716 235 euros, seja afectado a resultados transitados.

O presidente da mesa, considerando que estas propostas se completam, submeteu as mesmas em conjunto a votação, sendo o resultado da junção das mesmas o seguinte:

7 283 865 euros para reserva legal;
838 549 euros aos administradores com imputação individual a fazer pela comissão de vencimentos;
64 716 235 euros para resultados transitados.

Estas propostas foram aprovadas por unanimidade.

Seguidamente, e entrando no ponto 3.º da ordem do dia, foi aprovado também por unanimidade, um voto de louvor e confiança na administração e fiscalização da sociedade pela actividade desenvolvida ao longo do exercício findo, bem como nos respectivos membros daqueles órgãos.

O presidente da mesa passou ao ponto 4.º da ordem do dia — deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de obrigações pró-

prias — tendo passado a ler a proposta apresentada pelo conselho de administração:

«O conselho de administração propõe à assembleia geral que lhe seja concedida autorização, com a possibilidade de delegar na comissão executiva, para:

1 — Adquirir, por compra ou troca, obrigações emitidas pelo Banco, até ao montante máximo legalmente permitido para cada uma das emissões;

2 — alienar, por venda ou troca, as obrigações próprias que detenha;

3 — que as aquisições e alienações de obrigações próprias, caso as mesmas estejam admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas a um valor mínimo de 85% do valor da cotação no momento e a um valor máximo que seja o maior entre a cotação em Bolsa e o respectivo valor nominal;

4 — que as aquisições de obrigações próprias, caso as mesmas não estejam ou deixem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas de acordo com o seguinte critério:

Contrapartida mínima: 25% abaixo do menor dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor do reembolso;

Contrapartida máxima: 30% acima do maior dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor do reembolso.

5 — Que as alienações de obrigações próprias, caso as mesmas não estejam ou deixem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas de acordo com o seguinte critério:

Contrapartida mínima: 30% abaixo do menor dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso;

Contrapartida máxima: 25% acima do maior dos seguintes valores — valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso.

O mandato conferido nos números precedentes poderá ser exercido a todo o tempo até à primeira reunião do conselho de administração a seguir à assembleia geral de aprovação de contas do exercício social do ano de 2003.»

Posta à votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada esta sessão pelas 8 horas e 30 minutos e dela lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente da mesa e pela secretária da sociedade.

A Assembleia Geral: *(Assinatura ilegível.)* 2000605206